



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SÉRGIO KAZUYOSHI FUJI

**PSICOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DE  
VULNERABILIDADES SOCIAIS:  
UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E DO COTIDIANO**

---

Londrina  
2021

SÉRGIO KAZUYOSHI FUJI

**PSICOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DE  
VULNERABILIDADES SOCIAIS:  
UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E DO COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 02.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F961 Fuji, Sérgio Kazuyoshi.

Psicologia social no contexto de vulnerabilidades sociais: uma perspectiva crítica e do cotidiano / Sérgio Kazuyoshi Fuji. - Londrina, 2021.  
136 f.

Orientador: Alexandre Bonetti Lima.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Desigualdade Social - Tese. 2. Subcidadania - Tese. 3. Psicologia Social - Tese. 4. Conscientização - Tese. I. Lima, Alexandre Bonetti. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

SÉRGIO KAZUYOSHI FUJI

**PSICOLOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DE  
VULNERABILIDADES SOCIAIS:  
UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E DO COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 02.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Sônia Regina Vargas Mansano  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Alejandra Astrid León Cedeño  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 22 de fevereiro de 2021.

Dedico este trabalho ao meu *ditian* (avô em japonês), que foi durante toda minha infância e início da adolescência, um grande mestre para mim. Sábio senhorzinho que tinha múltiplas qualidades, habilidades e hábitos. Das qualidades, honestidade, integridade e respeito; das habilidades, excelente marceneiro e lavrador; dos hábitos, prática de espiritualidade, leitura e escrita diárias, trabalhos voluntários e comunitários. Minha singela homenagem, a todos seus ensinamentos, que de alguma forma aparecem neste estudo e que carrego comigo, com muito carinho para toda vida. *Domo Arigatou Gozaimasu* (Muito obrigado em japonês).

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores das periferias e às comunidades que me acolheram e contribuíram para minha formação por meio das inúmeras trocas de experiências, conversas, diálogos e discussões, abrindo meu olhar para outros horizontes e perspectivas.

Aos professores do Mestrado pela dedicação e pelo amor à docência, que com maestria ministraram suas aulas e ao mesmo tempo acolheram as angústias, de nós, discentes.

Aos colegas de Mestrado, um grupo que se fortaleceu junto, que dividiu angústias, alegrias, medos, acertos, tristezas, conhecimentos, decisões, risadas, choros, entusiasmos, dúvidas e conquistas durante essa caminhada - nada simples - do Mestrado na UEL.

À professora Sônia Regina Vargas Mansano que, com seu jeito provocador e amável, promoveu durante as disciplinas inúmeras “bagunças” em mim, seja na forma de pensar ou de expressar, e que, em grande medida, me ajudou a encontrar – novos e outros – caminhos possíveis para escrita da pesquisa.

À professora Tatiana Alves Cordaro Bichara que ressurgiu em minha vida em um momento muito oportuno e contribuiu, mormente, com sua sensibilidade, apoio, leitura e olhar crítico sobre o trabalho que propus desenvolver neste estudo.

À professora, mestra e amiga Alejandra Astrid León Cedeño que iluminou meu caminho, principalmente durante a graduação, e me apresentou toda a potencialidade da Psicologia Social Comunitária de um jeito muito peculiar – de estrangeira tão abasileirada –, por meio de suas ideias, de seus ideais e de suas utopias para construção de um mundo melhor; e foi, sem sombra de dúvidas, uma fonte de inspiração para produção deste estudo.

Ao professor, amigo e orientador Alexandre Bonetti Lima que, com sua grande sabedoria, conhecimento, inteligência e sensibilidade, me ajudou a percorrer o caminho da escrita, da pesquisa, das leituras, das ideias e dos conceitos de forma leve, crítica e sensível,

sempre disponível e disposto a acolher minhas angústias, falhas, tropeços e dúvidas e transformá-las em aprendizados para a vida, para docência e para pesquisa.

À equipe de trabalho do Marista Escola Social Irmão Acácio que desde o início incentivou a entrada no Mestrado e forneceu subsídios essenciais para prosseguimento e conclusão deste estudo.

Aos amigos mais íntimos que me acompanham na vida e que me fortalecem em momentos difíceis e delicados, assim como também, compartilham comigo dos momentos alegres, engraçados e de conquistas pessoais como esta, do tão desejado mestrado em Psicologia.

À minha mãe e ao meu pai deixo um agradecimento especial, por todas as lições de amor, dedicação, carinho, cuidado, compreensão, companheirismo, humildade e sabedoria que me dão a cada dia e me fazem querer continuar crescendo como pessoa. Sinto-me orgulhoso e privilegiado por ter pais como vocês e espero retribuir um pouquinho disso tudo, sendo um bom pai para Sari e estando ao seu lado para qual caminho escolher.

À minha filha, pequena Sari, que me traz a paz, o equilíbrio, a magia, o amor, a felicidade, a alegria e o encanto pela vida, e que me faz rever constantemente o sentido de tudo na vida, com toda sua ternura, carinho, beleza e originalidade.

Por fim, a todos aqueles/as que contribuíram direta e indiretamente para realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

Enquanto a utopia continuar sendo uma necessidade, nosso maior trabalho será o de resistir.

**Sérgio Kazuyoshi Fuji (2021)**

Fuji, S. K. **Psicologia Social no contexto de vulnerabilidade social:** uma perspectiva crítica e do cotidiano. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

A desigualdade social no Brasil impõe modos de vida bastante precários a uma grande parcela da população no país, enquanto uma pequena parte desfruta de condições privilegiadas. As vulnerabilidades sociais presentes em nosso meio e que são sentidas pela população mais pobre, apresentam várias formas de restrições, violências e opressões como a precariedade das condições de moradia, a miséria, o desemprego, a baixa qualidade de ensino público, o aumento da criminalidade, a dificuldade ou ausência de acesso aos serviços básicos como saúde, saneamento básico, transporte público, entre outros, assinalam cada vez mais a relevância de refletir criticamente o modelo de sociedade contemporânea em que estamos inseridos, assim como também (re)pensar as relações de poder que atravessam as diferentes formas de sociabilidades e suas implicações nas dimensões intersubjetivas, em diversos cotidianos e realidades no país. A desigualdade, que não se limita apenas às questões de ordem econômicas, apresenta, ao longo de sua construção, conflitos políticos, sociais e culturais, como o avanço do sistema capitalista neoliberal, o processo de modernização em países periféricos do capitalismo, a naturalização da subcidadania, a manutenção da colonialidade (do poder) na produção da vida em sociedade, e o racismo que tem a escravidão como matriz histórica não devidamente superada. Dessa forma, somos atravessados por biopolíticas e necropolíticas que implicam em um jogo de inclusão perversa da exclusão social de pessoas desprovidas de direitos, que se somam à grande massa descartada pelo sistema capitalista, por meio de mecanismos e dispositivos presentes nos discursos e nas práticas sociais em nosso cotidiano. Sendo assim, é possível apontar a coexistência de um conjunto de forças em disputa na produção científica na Psicologia, no qual se entrecruzam racionalidades normativas, coloniais e canônicas, bem como outras perspectivas mais críticas, politizadas, descoloniais e periféricas, que buscam não apenas romper com modelos dominantes e hegemônicos ou negá-los, mas, sobretudo, criar novas formas de pensar e agir sobre a realidade. Para isso, é fundamental discutir algumas questões sociais e epistemológicas acerca da produção de conhecimento da Psicologia Social, explorando as dimensões de sua práxis no que se refere à atenção às condições impostas de vulnerabilidades sociais. Este estudo buscou refletir sobre as fronteiras da subcidadania, dos processos de subjetivação e da produção de subjetividades marcadas pela desigualdade social, pela exclusão social, pelo racismo, pela violência e pelas diversas formas de precarização das condições de vida, a partir da práxis e da história – mnemicamente registrada - como psicólogo social comunitário, situado em cotidianos das periferias urbanas cujas situações de subcidadania se presentificam marcadamente. Histórias e memórias que se desdobram em discussões em torno de uma multiplicidade de discursos e práticas no dia a dia destes lugares periféricos da cidade nos quais interagi densamente, e procurei tecer reflexões, a partir de elementos concretos dessa realidade, para contribuir e participar do diálogo com profissionais e pesquisadores que se movem no sentido de construir uma Psicologia Social comprometida social e politicamente para a conscientização/ emancipação das subcidadanias e para desconstrução das opressões e das violências naturalizadas em nosso contexto histórico.

**Palavras-chave:** desigualdade social; subcidadania; psicologia social; conscientização; emancipação.

Fuji, S. K. **Social psychology in the context of social vulnerability: a critical and everyday perspective.** 2021. 129 p. Dissertation (Master's in Psychology). Londrina State University, Londrina, 2021.

## ABSTRACT

Social inequality in Brazil imposes very precarious ways of life on a large portion of the population in the country, while a small part enjoys privileged conditions. The social vulnerabilities present in our environment and which are felt by the most vulnerable population, present various forms of restrictions, violence and oppression such as precarious housing conditions, misery, unemployment, low quality of public education, increased crime, the difficulty or lack of access to basic services such as health, basic sanitation, public transport, among others, increasingly point to the relevance of critically reflecting the model of contemporary society in which we operate, as well as (re) thinking about the relationships of power that go through the different forms of sociability and their implications in the intersubjective dimensions, in different daily lives and realities in the country. Inequality, which is not limited only to economic issues, presents, throughout its construction, political, social and cultural conflicts, such as the advance of the neoliberal capitalist system, the modernization process in capitalist peripheral countries, the naturalization of subcitizenship, the maintenance of coloniality (of power) in the production of life in society, and the racism that has slavery as a historical matrix not properly overcome. Thus, we are crossed by biopolitics and necropolitics that imply a game of perverse inclusion of the social exclusion of people without rights, which are added to the great mass discarded by the capitalist system, through mechanisms and devices present in the discourses and social practices in our daily lives. Thus, it is possible to point out the coexistence of a set of forces in dispute in scientific production in Psychology, in which normative, colonial and canonical rationalities intertwine, as well as other more critical, politicized, decolonial and peripheral perspectives, which seek not only to break with dominant and hegemonic models or deny them, but above all, create new ways of thinking and acting on reality. For this, it is essential to discuss some social and epistemological questions about the production of knowledge in Social Psychology, exploring the dimensions of its praxis with regard to attention to the conditions imposed by social vulnerabilities. This study sought to reflect on the boundaries of sub-citizenship, the processes of subjectivation and the production of subjectivities marked by social inequality, social exclusion, racism, violence and the various forms of precarious living conditions, based on praxis and history - mnemically registered - as a community social psychologist, located in the daily lives of urban peripheries whose situations of sub-citizenship are markedly present. Stories and memories that unfold in discussions around a multiplicity of discourses and practices in the daily lives of these peripheral places in the city in which I interacted densely, and tried to weave reflections, from concrete elements of this reality, to contribute and participate in the dialogue with professionals and researchers that move towards building a Social Psychology that is socially and politically committed to raise awareness / emancipation of sub-citizens and to deconstruct oppression and violence naturalized in our historical context.

**Keywords:** social inequality; subcitizenship; social psychology; awareness; emancipation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS III	Centro de Atenção Psicossocial Adulto
CAPS i	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CENSE	Centro de Socioeducação
CEI	Centro de Educação Infantil
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COHAB	Companhia de Habitação de Londrina
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FVG	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PC	Psicologia Comunitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROMIC	Programa Municipal de Incentivo à Cultura
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: NATURALIZAÇÃO DE UM PROBLEMA HISTÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	COMO O BRASIL SE APRESENTA ATUALMENTE? .....	23
2.2	MATRIZES HISTÓRICAS DA NATURALIZAÇÃO DA SUBCIDADANIA NO BRASIL .....	32
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DA “CANONIZAÇÃO” DAS EPISTEMOLOGIAS POSITIVISTAS NA PSICOLOGIA SOCIAL MODERNA.....</b>	<b>42</b>
3.1	FUNDAMENTOS PARA UMA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA DO COTIDIANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E EPISTEMOLÓGICAS .....	47
<b>4</b>	<b>NAS FRONTEIRAS DA SUBCIDADANIA: PERCURSO DO PSICÓLOGO NA COMUNIDADE .....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>RESISTÊNCIAS FRONTEIRIÇAS: O CAMINHO DAS PINGUELAS..</b>	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social do país impõe modos de vida bastante precários a uma grande parcela da população brasileira, enquanto uma pequena parte desfruta de condições privilegiadas. As vulnerabilidades sociais presentes em nosso meio e que são sentidas pela população mais pobre, apresentam várias formas de restrições, violências e opressões, como a precariedade das condições de moradia, a miséria, o desemprego, a baixa qualidade de ensino público, o aumento da criminalidade, a dificuldade ou ausência de acesso aos serviços básicos como saúde, saneamento básico, transporte público, entre outros, que assinalam cada vez mais a relevância de refletir criticamente o modelo de sociedade contemporânea em que estamos inseridos, assim como também (re)pensar as relações de poder que atravessam as diferentes formas de sociabilidades e suas implicações nas dimensões intersubjetivas, em diferentes cotidianos e realidades do país. A desigualdade, que não se limita apenas às questões de ordem econômicas, apresenta, ao longo de sua construção, conflitos políticos, sociais e culturais, como o avanço do sistema capitalista neoliberal, o processo de modernização dos países periféricos do capitalismo, a naturalização da subcidadania, a manutenção da colonialidade (do poder) na produção da vida em sociedade, e o racismo atual que tem a escravidão como matriz histórica não devidamente superada. Dessa maneira, podemos dizer que somos atravessados por biopolíticas e necropolíticas que implicam em um jogo de inclusão perversa da exclusão social de pessoas desprovidas de direitos, que se somam à grande massa descartada pelo sistema capitalista, por meio de mecanismos e dispositivos presentes nos discursos e nas práticas sociais em nosso cotidiano.

Atualmente vivemos um período de pandemia do novo Corona vírus, que reflete com mais intensidade e força, a diferença abissal no que se refere ao padrão e à qualidade na manutenção da vida e a (des)preocupação do Estado em relação a maioria da população, que mesmo próximo das 200 mil vítimas fatais da doença, sendo a maioria pessoas pobres e

negras, proclama pela precarização das políticas públicas como o SUS (Sistema Único de Saúde) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social): pela falta de investimento nas universidades públicas para pesquisas, principalmente neste momento em que não há vacinas próprias para a doença; prezando o incentivo às políticas de privatização e o sucateamento dos serviços públicos; fomentando a restrição e até retirada de benefícios socioassistenciais essenciais sobretudo para esta ocasião; consentindo com o aumento abusivo dos preços de produtos básicos como alimentação e higiene; dentre outras situações de insegurança e instabilidade instaladas neste momento histórico, e que acentuam ainda mais a desproteção social das famílias mais pobres. Isso expõe abertamente muitas questões histórico-críticas e crônicas, das quais enquanto psicólogos não podemos simplesmente fechar os olhos e cruzar os braços.

Se por um lado, a Psicologia, desde sua origem no ocidente, desempenhou predominantemente a função de ferramenta de governamentalidade gerando saberes voltados para domesticação e controle da população, por outro, vem buscando cumprir outro papel na sociedade, desempenhando outros serviços e produzindo saberes mais próximos à realidade das camadas mais oprimidas e excluídas. Podemos apontar a coexistência de conjunto de forças em disputa na produção científica na Psicologia, no qual se entrecruzam racionalidades normativas, coloniais e canônicas, bem como outras perspectivas mais críticas, politizadas, descoloniais e periféricas, que buscam não apenas romper com modelos hegemônicos e dominantes ou negá-los, mas, sobretudo, criar novas formas de pensar e agir sobre a realidade. Nesse sentido, é fundamental discutir algumas questões sociais e epistemológicas acerca da produção de conhecimento da Psicologia Social Crítica, explorando as dimensões de sua práxis no que se refere à atenção das pessoas e a superação das condições de vulnerabilidades impostas.

Este estudo convida o leitor a percorrer pelas fronteiras da subcidadania, dos processos

de subjetivação e da produção de subjetividades marcadas pela desigualdade social, pela exclusão social, pelo racismo, pela violência e pelas diversas formas de precarização das condições de vida da população, que (sobre)vive sobretudo nas periferias, por meio do percurso profissional que vivenciei enquanto psicólogo em comunidades de periferia. O caminho desta práxis foi marcado por muitos momentos conflituosos, desafiadores e difíceis, mas, que se buscou especialmente em todos eles partilhar da potencialização das resistências fronteiriças que emergem desse contexto, acolhendo as pessoas e seus sofrimentos, que são, em grande medida, provenientes dos efeitos das relações opressivas e excludentes que se operam nas periferias, cultivando e semeando possibilidades de mudanças concretas deste terreno estéril das subcidadanias para outro, da produção de alternativas e modos de vidas melhores e mais dignas para a população em situação de vulnerabilidade social. A reflexão e o processo de conscientização de nossa realidade parte dos microlugares da periferia que, muitas vezes, são invisibilizados, estigmatizados e banalizados, mas, que comporta, em grande medida, o enfrentamento – pessoal e/ou coletivo – diário, real e concreto dos problemas sociais da desigualdade social, que insistimos em jogar para debaixo do tapete, quando renunciamos ou deixamos de implicar com elas. As discussões em torno de algumas das histórias vividas nessa experiência como psicólogo comunitário revelam uma multiplicidade de discursos e práticas sociais desses lugares periféricos, registrados em memória, nos quais interagi densamente, e que foram compostos por diversos encontros com pessoas, situações e circunstâncias, em busca de contribuir para a produção de transformações possíveis da realidade e para os processos de potencialização de emancipações, nos quais a Psicologia pode servir como uma ferramenta útil, viável e acessível a serviço da população oprimida e excluída socialmente. Delineia-se, dessa maneira, a metodologia desta pesquisa como uma etnografia mnêmica.

A composição desta pesquisa foi subdividida em seções que visam, inicialmente,

discutir a desigualdade social no Brasil e a naturalização deste problema em nosso meio, a partir da reflexão das matrizes históricas que sustentam a subcidadania, e que são materializadas até o presente momento nas vulnerabilidades sociais do país. Em seguida, são explanadas algumas considerações críticas acerca da “canonização” das epistemologias positivistas na Psicologia Social Moderna e os fundamentos para uma Psicologia Social Comunitária do Cotidiano como alternativa crítica em relação à produção de conhecimento científico. Na sequência são apresentados pequenos recortes de histórias situadas nas comunidades de periferia, a partir da minha experiência profissional como psicólogo social, onde tive o contato com a população em situação de vulnerabilidade social e que permitiu trazer para a discussão, elementos concretos dessa realidade e tecer reflexões acerca das possibilidades de contribuições da Psicologia neste espaço. Por fim, termino o estudo refletindo acerca da produção de resistências nos microlugares da periferia, da travessia e da construção de pinguelas provisórias que se apresentam tão necessárias como uma via possível para se alcançar a mudança e a transformação social tão almejada, com vistas a concretização da utopia de um mundo mais justo e digno para todos nós.

## **2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: NATURALIZAÇÃO DE UM PROBLEMA HISTÓRICO**

O Brasil apresenta-se como um país cujas condições de vida entre a população são bastante desiguais. De acordo com o relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2019, o Brasil figura (há algum tempo) como um dos países que apresenta maior desigualdade social do planeta. A desigualdade social presente em nossa sociedade impõe modos de vida bastante precários a uma grande parcela, enquanto outros desfrutam de condições privilegiadas. A desigualdade não se limita apenas às questões de ordem econômica, mas, também, políticas, sociais e culturais, assumindo várias facetas, como “a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer” (Schwarcz, 2019, p.126).

As várias formas de restrições, violência e opressão percebidas no interior dessas desigualdades como a precariedade das condições de moradia, miséria, desemprego, baixa qualidade de ensino público, aumento da criminalidade, dificuldade ou ausência de acesso aos serviços básicos como saúde, saneamento básico, transporte público, entre outros, assinalam cada vez mais a relevância de refletir criticamente as relações de poder do modelo de sociedade contemporânea que o Brasil faz parte, e as implicações nas dimensões intersubjetivas nos diferentes cotidianos e realidades do país.

Anibal Quijano (2010), um dos expoentes do movimento decolonialista latino-americano, desenvolveu o conceito de colonialidade, como um dos elementos característicos e específico do padrão do poder capitalista no mundo inaugurado com o colonialismo e permanece até hoje. Para o autor, a colonialidade

sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (Quijano, 2010, p.84).

Assim, as relações de dependência econômicas, políticas e culturais das colônias permanecem, mesmo após o fim da colonização, atendendo às necessidades do capitalismo e consolidando uma dominação de hegemonia eurocentrada, por meio da associação colonialidade - modernidade. A concepção de modernidade parte de uma racionalidade, que tem como referência central a Europa e os europeus, no qual a humanidade poderia ser dividida em sociedades cujas populações poderiam ser diferenciadas em superiores e inferiores, racionais e irracionais, civilizadas e primitivas, avançadas ou atrasadas, ricas ou pobres.

O desenvolvimento social, político e econômico brasileiro encontra-se enraizado dentro dessa perspectiva de mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, o que acaba por naturalizar a experiência dos sujeitos neste padrão de poder, e colocar as condições de desigualdade social como etapa de um processo automático de evolução, atrelando as mudanças e seu desenvolvimento exclusivamente aos ideais de mercado, competitividade e, eficiência, centrada no indivíduo e nos interesses privados.

Contudo, os efeitos do padrão de poder capitalista nos países considerados periféricos vêm mostrando que os resultados não são exclusivamente de progresso econômico e social, mas, sobretudo, do agravamento e maior precarização das condições de vida da população, principalmente nas camadas mais populares e para aqueles mais pobres. Relatórios e estudos da Oxfam Brasil de 2018 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018 demonstram estagnação do país em termos econômicos e de renda e o aumento da produção da pobreza e extrema pobreza nos últimos anos (Schwarcz, 2019). Com o avanço do neoliberalismo tem-se acentuado ainda mais o cenário de desigualdade, tendo em vista menor

investimento por parte do Estado nas áreas sociais, piora nas condições de trabalho (para o trabalhador) com a flexibilização das leis trabalhistas e pouco estímulo e/ou falta de acesso aos bens culturais à população, sobretudo nas camadas mais populares. Diferentemente de como é difundido, o neoliberalismo, como aponta Loic Wacquant (2012), não pode ser considerado apenas como um sistema econômico, mas, sobretudo, como um projeto político, pois, a base de sua intervenção está na articulação entre Estado, mercado e cidadania. Essa combinação “almeja reformar e redirecionar o foco do Estado de modo a fomentar e apoiar ativamente o mercado como uma criação política em curso” (Wacquant, 2012, p.510), pois, trabalha sua reengenharia colocando o Estado como principal agenciador das subjetividades, das relações sociais e das representações coletivas tendo o mercado como foco principal e fundamental em qualquer instância da organização social. O crescente incentivo e estímulo dado aos empresários de grande e médio porte, que assumem cada vez mais o controle do país, a não taxação das grandes fortunas, a flexibilização nas leis e regras para privatização das empresas estatais para as multinacionais, sem dúvida, seduzem a população com altos investimentos econômicos e tecnológicos nos setores que atua, o que acaba por alimentar o mito de que a solução para as crises dos países se encontra nas mãos das elites empresariais. Contudo, a terceirização e privatização implicam uma diminuição nos investimentos em políticas públicas e uma quebra dos direitos sociais conquistados historicamente, como por exemplo, o sucateamento do SUS, do SUAS, dos setores da educação pública (escolas, colégios e universidades), a alteração das leis trabalhistas, impondo dinâmicas mais precárias ao trabalhador em favor da saúde das empresas e enriquecimento de seus donos e proprietários.

Wacquant (2012) destaca ainda o crescimento e a consagração do braço penal do Estado como um componente essencial do regime neoliberal. O aumento da população carcerária está diretamente relacionado às mudanças estratégicas de fortalecimento do

mercado nas políticas econômicas e sociais. Com um verdadeiro pacote de investimento sobre a ideia de (in)segurança, o autor enfatiza o emparelhamento de uma série de ações que vão legitimar intervenções como:

o aparelhamento ostensivo da polícia dentro e em torno das áreas relegadas e o aumento dos recursos destinados aos tribunais para lidar com o comportamento rebelde ou com os pequenos delitos; a ampliação da rede judicial mediante sanções alternativas, esquemas de controle pós-custódia e o desenvolvimento exponencial de bancos de dados digitalizados da justiça; a proliferação de centros de retenção administrativa para confinar e expulsar migrantes irregulares; a hiperatividade dos legisladores na frente criminal (eles multiplicaram e endureceram as sanções penais a uma velocidade jamais testemunhada) e o boom de um setor da mídia que negocia imagens catastróficas do perigo criminal; a promoção da luta contra o crime nas ruas ao topo da agenda de governo (ao mesmo tempo em que os delitos empresariais eram ativamente descriminalizados) e a proeminência da questão da “insegurança” nas campanhas eleitorais; e a submissão da política penal a parâmetros emotivos e simbólicos, em aberta desconsideração da expertise penológica (Wacquant, 2012, p. 513).

O neoliberalismo incentiva a liberdade individual e de mercado, contudo, sua vantagem limita-se apenas às elites econômicas e aos detentores reais do capital, aos demais, microempresários, pequenos investidores e principalmente às camadas mais populares, restam condições mínimas de lucro, quando não levam os sujeitos a maiores exposições às vulnerabilidades sociais com o endividamento para bancos privados, perda de bens, a consequente precarização das condições de vida, que vão se tornando cada vez mais violentas e excludentes com o empobrecimento e a falta de recursos (materiais e culturais). Todo esse aparato imposto contribui para aumento da desigualdade de classe, aprofundamento da

exclusão social, a criminalização da pobreza e a reprodução do racismo, como é o caso do Brasil e dos demais países periféricos do capitalismo, que personifica e estigmatiza parte da população como responsável e ativadores dos problemas sociais.

As contribuições do pensamento de Michel Foucault (1926-1984), nesta discussão, podem ajudar a refletir sobre como os dispositivos presentes na sociedade – como a colonialidade que atravessa a estrutura social, como alguns dos mecanismos citados dentro do modelo neoliberal e sua racionalidade, como a competitividade, o individualismo, a privatização, mercantilização de tudo (coisas, pessoas, ideias) – são capazes de influenciar os modos como as subjetividades são construídas, a partir do controle sobre os corpos, tanto individuais quanto coletivos – micro e macropoliticamente falando – na produção da vida em sociedade.

Com a noção de biopolítica e biopoder (Foucault 1988, 1999) podemos compreender que os contornos deste mecanismo de dominação-opressão presentes em nossa sociedade, estão diretamente ligados à relação entre poder/saber e o modo como ela interfere na organização social. O controle exercido sobre os corpos não é entendido de forma mecânica e direta, mas, como resultante de um jogo de forças enredada de forma abstrata, diluída e dissolvida nas relações de poder, e que vão sendo captadas pelo sujeito ao longo da vida, desde antes de seu nascimento e até a morte. Por exemplo, atualmente vemos o aumento significativo de planos de saúde incorporando a cesárea como procedimento padrão para o nascimento do bebê, alimentando a ideia de que esse modo de conceber a criança é a forma mais segura, rápida e indolor, provocando uma mudança na concepção de parto e distanciando de sua forma natural (e mais sadia) como é o caso do parto vaginal, tanto para a mulher quanto para o bebê. Isso implica uma série de outras questões como encarecimento do parto, dependência de uma equipe de especialistas no acompanhamento da gestação, o aumento e controle do poder médico, o nascimento como mais um procedimento cirúrgico, etc. Outro

exemplo, na outra ponta da vida, é a venda de planos e serviços funerários transformando as mortes em um evento lucrativo, substituindo os velhos rituais de luto por um ente, por uma concepção de óbito como um procedimento mecânico, racional e automático, que permite (ou limita) o indivíduo à compra de determinado caixão, coroa, forma de enterro atrelando o valor sentimental da pessoa à qualidade dos materiais e dos produtos ofertados pelas empresas.

A biopolítica apresenta-se como a estratégia de governamentalidade que usa do conhecimento sobre o corpo para promover e regular a vida em sociedade. Foucault (1988) descreve dois pólos nos quais se desenvolveu a organização deste poder sobre a vida: a disciplinarização dos corpos e a regulação das populações. O primeiro visou à adequação dos corpos, a ampliação de suas capacidades e o uso de suas forças, de modo a se tornarem mais eficazes e produtivos. O segundo maximizou a compreensão sobre seu funcionamento biológico e os processos de vida, desde o controle de natalidade/mortalidade ao de saúde/doença, para o ajustamento profícuo do corpo 'saudável'. Dessa maneira, na biopolítica, o poder político ou biopoder passa a ser o da administração dos corpos e da gestão calculista sobre a vida. O biopoder, segundo o autor (Foucault, 1988 e 1999), foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a vida individual e coletiva foi ajustada no interior dos processos de desenvolvimento político, econômico e social no mundo ocidental, produzindo com isso hierarquização de outros valores sociais, culminando, por exemplo, na legitimação e manutenção das classes sociais a favor dos interesses privados, do bem estar social associado exclusivamente ao consumo de bens, ou nos discursos meritocráticos, do sucesso ou fracasso como resultado do esforço pessoal e estritamente de responsabilidade do sujeito.

Há várias questões que se abrem sobre a relação de poder com a biopolítica, principalmente quando compreendemos como operam fatores de hierarquização e segregação social, a normatização e a regulação das vidas. Quem são os que estão no topo e quem são os

que estão na base? Por quais meios se justifica a divisão de classes? Quem são os de dentro do padrão? Quem são os desviantes? Quais vidas são plenas? Quais vidas são perdidas? Como os saberes são absorvidos e quem tem acesso aos conhecimentos produzidos? Para quê? Por quê? Para quem?

O poder não é compreendido apenas do ponto de vista negativo e estanque, e sim como “suporte móvel das correlações de forças que devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas, sempre localizados e instáveis” (Foucault, 1988, p. 89). A ideia de resistência, por exemplo, surge como uma das formas pelas quais se torna possível estabelecer um tensionamento em relação às determinações que são impostas social e historicamente, como possibilidade de provocar mudanças na sociedade. Parte daí a noção de um jogo de forças simbólicas que envolvem os sujeitos e as relações, de maneira que não se trata, apenas, de uma inversão de papéis, entre dominador e dominado, mas, também, de sentidos que atribuímos ou significamos ao que se produz socialmente.

Se por um lado temos o controle governamental para a manutenção da vida, socialmente qualificada, por outro, temos a produção da morte do outro, desqualificado. Para garantir e regular a sobrevivência de uma população considerada adequada, seguindo essa lógica, é necessário se desfazer daquilo (ou daquele) que pode ameaçá-la. “No reverso dessa supremacia da vida, está o que Foucault (2006) denomina de ‘tanatopolítica’. Ao estimular o crescimento da vida, a morte aparece não como imposição, mas como um benefício à vida de todos” (Gomes, 2017, p.49).

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite

fechar o círculo, quanto mais a tecnologia faz guerras e voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e as encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. A situação atômica se encontra hoje no ponto de chegada desse processo: o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra sua permanência em vida (Foucault, 1988, p.129).

A produção desse outro, que se torna uma ameaça, entra no cálculo do controle sobre a vida e não se dá por acaso, como dito, está bem enredado no meio social reproduzido de forma contínua e amarrada em nossas sociabilidades. Esse mecanismo está fortemente ligado e implícito nos discursos e nas práticas sociais presentes em nossos cotidianos, como, por exemplo, na manutenção do racismo; na criminalização da pobreza; na concepção de sucesso e fracasso; na visão de ‘cidadão de bem’ *versus* bandido, corrupto ou ladrão; nas padronizações heteronormativas; nas hierarquias sociais, entre outros.

Em diálogo com a ideia de biopolítica e biopoder, o historiador e cientista político camaronês contemporâneo Achille Mbembe (2016) vem discutindo a relação entre o poder e a morte, trazendo para o centro das reflexões atuais possibilidades de compreender o fenômeno da violência próprio da periferia do capitalismo, em que evidencia a eliminação sistemática de massas consideradas improdutivas, descartáveis, matáveis. Ele cunhou o termo “necropolítica” para abarcar esse tipo de gestão e governamentalidade baseada na destruição de corpos e de populações consideradas descartáveis e supérfluas e, “necropoder”, referindo-se às formas pelas quais o poder se apropria da morte. Tendo a morte como objeto de gestão, o poder vai estabelecer parâmetros, medidas e definições de como se deve morrer, quem deve morrer e o que fazer com esse corpo sujeito à morte. De acordo com o autor,

a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo

contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p.146).

Na necropolítica, então, são criados modos de existência em que os sujeitos são submetidos a um controle, e nos quais as condições de vida são mínimas (ou inexistentes) e altamente mortíferas. O necropoder produz a sensação permanente do risco de morte, fazendo com que os sujeitos permaneçam na linha limítrofe da sobrevivência, cuja relação e a distinção entre vida e morte são quase inexistentes.

No Brasil, as formas de gestão necropolítica dialogam com outros dispositivos e racionalidades que imperam no país, como o autoritarismo, colonialismo, patrimonialismo, mandonismo e que mantêm de certa forma, sem grandes alterações, as posições de privilégio de certos grupos ou camadas sociais sobre outras, o que contribui para a manutenção das desigualdades sociais e para o predomínio das relações de poder de acordo com a situação social e as condições de vida dos sujeitos, reeditando, de certo modo, a luta de classes, o racismo, os preconceitos, a exclusão social, presentes ao longo da história do país.

## 2.1 COMO O BRASIL SE APRESENTA ATUALMENTE?

O cenário atual do país mostra que a pobreza atinge grande parte da sociedade. Isso representa um total de mais de 44 milhões de pessoas vivendo próximas da linha de pobreza, que é de R\$ 140,00 mensais, de acordo com os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo reportagem do G1, a partir dos dados do IBGE em 2018, por meio da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), pode-se verificar que:

Entre os 1% mais ricos do país – ou seja, aqueles que ganham em média R\$ 27.744 por mês –, o rendimento médio avançou 8,4% na comparação com 2017. Na outra ponta, os brasileiros que fazem parte da faixa dos 5% mais pobres – com rendimento médio de R\$ 158 por mês – perderam 3,2% da renda. (Gerbelli, 2019).

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, cerca de quase 12 milhões de pessoas moravam em favelas, que são conjuntos de habitações construídas de forma improvisada e desprovidas de infraestrutura básica como saneamento, energia, coleta de lixo, etc., e se formam, geralmente, em áreas como encostas de morros, nas margens de córregos, rios, canais e mangues. Muitas vezes nesses espaços as pessoas ficam expostas às várias doenças, enfermidades e adoecimentos pelas condições precárias e insalubres que vivem, sem o acesso facilitado aos serviços de saúde, à educação, à cultura e ao lazer, elevando a situação dos sujeitos ao nível mais crítico de desproteção social.

No Brasil a desigualdade se expressa de forma nítida sobretudo na população negra. Em 2018, a população brasileira era formada por 43,1% de brancos, 9,3% de pretos, 46,5 % de pardos e 1,1 % entre população indígena e amarela (IBGE, 2019). Essa estimativa depende da auto-declaração dos indivíduos, o que pode representar um número real maior de pessoas de ascendência negra somando àquelas que não se assumiram. De qualquer forma, a população negra, formada por pretos e pardos, já pode ser considerada, somente com esses dados, a maioria da população brasileira. Isso se torna ainda mais problemático se comparado a outro estudo feito pelo IBGE (2019) a partir, também, dos resultados da PNAD. Nessa pesquisa verificou-se algumas características da desigualdade social, por meio de análises das condições de vida da população por cor ou raça, no que se refere aos temas essenciais como moradia, educação, distribuição de rendimento, mercado de trabalho, violência e representação política. Em todas elas manifestam-se a vantagem dos brancos em relação aos negros no que tange o acesso e a garantia de direitos sociais. Ou seja, nossa desigualdade

expressa o racismo de forma institucionalizada, além daquele que se manifesta nas relações cotidianas e nas sociabilidades, como veremos mais adiante neste estudo.

Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9% contra 11,5% da população branca), e sem esgoto sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8% contra 26,5% da população branca), implicando condições de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças (IBGE, 2019, p.5).

Na educação, em 2018 a taxa de analfabetismo entre a população negra com 15 anos ou mais era de 9,1%, marca superior se comparado aos 3,9% da população branca analfabeta. No ensino superior, mesmo com o sistema de cotas, a inserção de negros nas universidades é bem menor do que da população branca. No tocante à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, propostas pelo Banco Mundial, foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas. Em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era de 15,4%; e 32,9% entre as pretas ou pardas. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a esse valor, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar (IBGE, 2019, p.4 e 5).

De acordo com o Atlas da Violência (2019) tivemos em 2017, mais de 65 mil homicídios, a maior taxa da história registrada a partir desse estudo específico. A taxa de homicídio é um indicador da violência na sua forma mais extrema, utilizada para medir a incidência da violência em países, regiões e grupos populacionais (IBGE, 2009). Naquele ano foram mortas mais de 49 mil pessoas negras, ou 75,5% das vítimas. Em Alagoas registrou-se

o pior índice: para cada indivíduo branco vítima de homicídio, a probabilidade de um negro foi de 18,3. Das ocorrências registradas, mais de 25 mil foram de jovens assassinados; 4.936, mulheres (66% delas eram mulheres negras); e 5930, LGBT. A maior parte das mortes foi ocasionada por arma de fogo, 72,4%. A maior parte das vítimas não tinha o Ensino Fundamental completo. A região nordeste foi onde se concentrou o maior número de mortes.

Nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, por exemplo, é bastante comum a convivência com grande número de pessoas em situação de rua e mendicância pelas ruas da cidade, nas praças públicas ou em portas de lojas e restaurantes, que são invisibilizadas ou tratadas com todos os tipos de agressão ou violência. Há certo movimento por parte do Estado e por parte da sociedade, para ações e políticas higienistas, que visam apenas tirar o problema da vista, expulsando as pessoas dos locais ao invés de buscar solucionar de fato a questão da extrema miséria em que vivem esses sujeitos. Temos muitos exemplos disso espalhados pelo país e, para citar um deles, há recorrente intervenção na Cracolândia, no bairro Santa Efigênia em São Paulo, que hoje é um dos grandes pontos de uso e tráfico de drogas, entre outros crimes. As constantes tentativas de ações da prefeitura e da polícia civil resumem-se na retirada coercitiva da população por meio da violência e da expulsão das pessoas do local à base de tiros de bala de borracha, gás de pimenta, jatos d'água, bombas de efeito moral, etc.

É possível perceber cada vez mais uma negligência assumida pelo Estado contra pessoas vivendo em ocupações irregulares e de risco. Além da negligência há também tentativas de invisibilização dessas situações. Um exemplo dessa triste realidade aconteceu recentemente na comunidade Vila Esperança em Cubatão-SP, a aproximadamente 50 km de São Paulo. A vila era composta por pouco mais de 35 mil habitantes vivendo sem saneamento básico e infraestrutura, às margens da Rodovia dos Imigrantes. Muitos moradores dependiam da venda de produtos à beira da estrada. Em 2006 foi construído um muro de três metros de

altura em uma extensão de quase um quilômetro na rodovia dos Imigrantes, que liga a capital à Baixada Santista, isolando a comunidade e impedindo o comércio no local, principal fonte de renda da população (TV Folha, 2017).

Assim, também, fica mais expressiva a postura opressora do Estado pelas ações policiais como instrumento de controle, por meio de verdadeiros extermínios mediante chacinas brutais à luz do dia. A Gazeta do Povo divulgou a chacina em 2008, na cidade de Guaíra, oeste do Estado do Paraná. Três suspeitos foram condenados pela morte de 15 pessoas e tentativa de mais oito, motivados pela disputa do tráfico de drogas. No mesmo ano, o Estadão noticiou o crime de latrocínio, que custou a morte de oito pessoas da mesma família, sendo quatro delas crianças. O crime ocorreu no município de Zé Doca no Maranhão. Em 2012, o jornal Folha de S. Paulo anunciou a morte de 11 pessoas e mais três feridos. A chacina aconteceu em Carapicuíba, região metropolitana de São Paulo. Os motivos das mortes não foram divulgados. Em 2015, em Osasco e Barueri aconteceu uma das maiores chacinas já registradas, a Folha de S. Paulo divulgou que o crime, envolvendo policiais e guarda civil, terminou com a morte de 17 pessoas. De acordo com a reportagem do G1, em 10 anos o Rio de Janeiro teve mais de 400 chacinas, que resultou na morte de mais de 1,3 mil pessoas. Crimes que parecem chocar momentaneamente, mas que acabam no esquecimento da população.

Nos sistemas carcerários concentra-se uma regulação ainda mais opressiva, violenta e “justificável” por parte do Estado como forma de garantir a segurança e proteção da sociedade. De acordo com Cardoso, Schroeder e Blanco (2015), entre os anos de 2007 e 2008, foi montada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com objetivo de investigar a realidade dos presídios brasileiros, motivada pelas inúmeras denúncias em relação às condições degradantes e indignas nas quais os detentos são expostos, como a superlotação dos

presídios, a violência e corrupção dentro dessas instituições, além do questionamento sobre os custos sociais e econômicos desses estabelecimentos.

Foi verificado pela Comissão que os estabelecimentos penais brasileiros não oferecem aos presos condições mínimas para que vivam digna e adequadamente, faltando principalmente instalações de qualidade, com estruturas adequadas para descanso, higiene, alimentação, lazer, trabalho e estudo, sendo frequentes as situações de tensões e violência em muitas instituições. Ademais, a violência exacerbada por parte das autoridades – a chamada “tortura institucionalizada” – revelou-se de difícil comprovação, apesar de muito denunciada pelos próprios detentos, o que fazia com que esses e muitos outros excessos restassem impunes, havendo forte na indiferença das autoridades para com a realidade prisional. (Cardoso, Schroeder & Blanco, 2015, p.5).

Entre as décadas de 1990 e 2000, por exemplo, no estado de São Paulo, houve uma intervenção da polícia na Casa de Detenção de São Paulo para conter uma rebelião. Essa ação acarretou a morte de 111 detentos e ficou nacionalmente conhecida como “massacre do Carandiru”, o maior já registrado na história do Brasil. E no estado de Rondônia, na Casa de Detenção José Mário Alves Silva, também conhecida como “Presídio Urso Branco” foram registradas rebeliões, torturas e chacinas (Cardoso, Schroeder & Blanco, 2015).

Mais recentemente, de acordo com o Boletim de Notícias do Conjur (2019), o Brasil em 2018 possuía superlotação carcerária estimada em 166%, com 729.949 presos, quando sua capacidade estipulada o número deveria ser de 437.912 pessoas, e houve um registro de 1.424 presos mortos em presídios. São Paulo foi responsável pela morte de um terço dessa população, com 495 mortes.

Ainda sobre a indiferença com a morte em larga escala no país, o Observatório do Terceiro Setor (2019) noticiou que 17 pessoas morrem por dia no Brasil por desnutrição.

Segundo dados do Datasus, nos períodos entre 2008 e 2017, o país havia registrado mais de 63 mil mortes decorrentes da fome.

Os dados nacionais, então, parecem estar de acordo com estudo de Gomes (2017) que afirma que há relação entre a violência e vitimização seletiva no Brasil, cujas principais vítimas são pobres, negros, jovens do sexo masculino. Segundo Zizek (2009), a violência objetiva e sistêmica, quando articulada com a violência simbólica e subjetiva presente nas práticas discursivas, permite compreender os mecanismos ideológicos por detrás da violência social: a seletividade velada por parte da sociedade sobre algumas situações e indiferença para outras. Nesse sentido, a produção dessas mortes violentas corresponde a dinâmicas amparadas no modelo cultural das sociedades modernas ocidentais e são resultantes de processos econômicos e mecanismos de governo estatal (Gomes, 2017). Trata-se, como apontou Wacquant (2012), do projeto político neoliberal em curso, em que o braço penal abraça, sobretudo, a população negra e pobre. O que nos leva a refletir sobre esses vários mecanismos que sustentam as práticas sociais em relação à desigualdade no país, uma combinação entre colonialidade, neoliberalismo, bipoder e necropolítica. Seja nesses exemplos cujos casos tiveram repercussão nacional; seja nos casos em que não há nenhuma denúncia ou manifestação social explícita, como geralmente acontece em regiões de menor expressão, como nos municípios do interior e em outros microcotidianos, é inquestionável que a desigualdade social mantém certo padrão ou característica bastante nítida ao longo da história do país e em toda sua extensão territorial, de norte a sul, e que os principais alvos são, sobretudo, a população negra e pobre. Os fatos e os dados apresentando o cenário atual brasileiro, com tantas notícias alarmantes do ponto de vista da precarização da vida da população e do uso indiscriminado da violência por parte do Estado possuem raízes racistas e, matrizes históricas das quais mantemos fortes laços colonialistas que ainda não foram

devidamente superados, além de outras relações de dominação, como a do mercado e dos interesses privados das elites econômicas.

Schwarcz (2019) traz uma bela passagem crítica:

A história costuma ser definida como uma disciplina com grande capacidade de “lembrar”. Poucos se “lembram”, porém, do quanto ela é capaz de “esquecer”. Há ainda quem caracterize a história como uma ciência de mudança no tempo. Quase ninguém destaca, no entanto, sua genuína potencialidade para reiterar e repetir. E a história brasileira não tem como escapar a essas ambigüidades fundamentais: se ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, também anda repleta de seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos. Além do mais, enquanto na sucessão cronológica do tempo destacam-se as alterações cumulativas, marcadas por fatos e eventos isolados – alterações de regime, golpes, mudanças econômicas, sociais e culturais, não é difícil notar a presença de problemas e contradições estruturais que continuam basicamente inalterados, e assim se repetem, vergonhosamente: a concentração de renda e a desigualdade, o racismo estrutural, a violência das relações, o patrimonialismo (p. 223-224).

No tocante às características da desigualdade social no Brasil - como a exclusão social, o racismo e a pobreza - parece imprescindível, no aprofundamento de suas reflexões, buscar compreender seu passado, sua história e resgatar as seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistência e esquecimento que marcam nossa biografia hegemônica e que demarcam, em grande medida, os problemas sociais que enfrentamos hoje.

Recentemente vivemos de forma global, a pandemia do novo Coronavírus, com a doença COVID-19 – assim denominada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) –, que causou (e vem causando) inúmeros impactos sociais, como o elevado índice próximo das 200

mil vítimas fatais da doença, sendo a maioria pessoas pobres e negras; a insuficiência de leitos em hospitais e falta de equipamentos adequados; o despreparado das equipes de saúde para atender grande volume de demandas; as orientações de isolamento social sem adequação especial às diferentes realidades e necessidades da população; a organização mínima do Estado brasileiro com a mudança constante de nomes para ocupar a cadeira do Ministério da Saúde a fim de atender os interesses políticos dos governantes em detrimento da saúde da população; todos esses fatores, entre outros não citados, contribuem, em larga medida, para reforçar a questão política da desigualdade social no país e endossar a discussão em torno da necropolítica e o avanço desenfreado do neoliberalismo como um projeto político em curso no Brasil.

A insegurança e desproteção social da população aumentaram neste período de pandemia. A falta de acesso a serviços de saúde pública, que já era problemático, ficou ainda mais crítico para a população pobre e negra, sobretudo, os idosos; a precarização das condições de trabalho e renda com o risco de fechamento de fábricas, comércios etc. levou muitas empresas e instituições a reduzir o número de funcionários, provocando demissões em massa e conseqüentemente aumentando o desemprego; a flexibilização das leis trabalhistas a favor da saúde da empresa e com redução significativa dos direitos do trabalhador; a busca por benefícios socioassistenciais, como cestas básicas e auxílio emergencial, aumentou substancialmente neste período; a orientação do isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel como condição básica de prevenção à COVID-19 nas favelas e periferias é quase inimaginável ou impossível de acontecer, seja pela falta de espaço, pela falta de acesso aos produtos de proteção e higiene ou pela impossibilidade de estoque de alimento e bens de consumo, o que leva maior exposição dessas pessoas ao risco de contágio e infecção; as medidas de suspensão das atividades presenciais na educação e o formato das atividades on-line limitaram o acesso de crianças, adolescentes e jovens que não possuem recursos como

computadores ou internet, além de desprover de condições adequadas em suas residências para focar nos estudos; o aumento da desproteção social em relação à violência doméstica e das situações de abuso sexual com as mudanças nas formas de atendimentos dos serviços especializados, que foram limitadas, em sua grande maioria, a telefonemas e atendimentos virtuais, prejudicou e expôs as vítimas a própria sorte em relação às situações de agressão. A postura do Estado por meio do atual governo tem sido, em grande parte, negligente e omissa no que tange à preocupação e às medidas públicas tomadas em torno da saúde, da educação, da assistência social e da segurança da população, aumentando as situações de vulnerabilidade social e reforçando o direcionamento político conservador, alinhado aos interesses econômicos e privados das elites em nossa sociedade.

## 2.2 MATRIZES HISTÓRICAS DA NATURALIZAÇÃO DA SUBCIDADANIA NO BRASIL

De acordo com Souza (2003; 2017), o ofuscamento dos problemas sociais da exclusão social no Brasil, a ponto de se tornarem imperceptíveis e permanecerem invisíveis e/ou ignorados, decorre de um longo processo de naturalização das desigualdades sociais pelo povo brasileiro.

A percepção da existência de pessoas pobres e miseráveis é obscurecida por um arsenal de justificativas que normalizam as condições precárias de existência de um segmento da população, como, por exemplo, as ideias de meritocracia, de trajetórias pessoais fracassadas, de sorte ou azar (Santos, Mota & Silva, 2013, p.704).

As situações de precariedade e extrema pobreza como a que vive boa parte da população no país, segundo Souza (2003; 2017), tem suas raízes na singularidade do desenvolvimento da sociedade brasileira, que considera fruto de um capitalismo periférico e que foi formado por um grande contingente populacional de pessoas marginalizadas,

desclassificadas e desvinculadas de quaisquer processos econômicos, sociais e políticos básicos para o exercício da cidadania situando-se em uma condição de subcidadania. O Brasil, que de 1530 a 1888 passou por um longo período de escravidão dentro do regime colonialista, estabeleceu um tipo de organização social que tinha como prática comum a servidão de indígenas (inicialmente) e negros (mais ostensivamente e de forma duradoura), que eram considerados meramente como uma mercadoria, como mão de obra para diversos trabalhos, a fim de servir à economia e aos colonizadores na agricultura, na mineração e também nos afazeres domésticos. O tratamento destinado a eles era bastante cruel, destituído de qualquer dignidade humana. No colonialismo, houve a importação de muitos negros escravizados vindos de várias regiões da África por meio do tráfico negreiro – prática que durou até aproximadamente 1850. A Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850) pôs fim ao tráfico de escravos, que havia, até então, movimentado o comércio de milhares de pessoas. Estas eram capturadas e tiradas à força de suas tribos pelos colonizadores para serem vendidas nas colônias e colocadas para o trabalho forçado.

As condições de vida dos negros escravizados eram as piores possíveis: estes permaneciam no trabalho forçado por longos períodos; eram expostos aos castigos mais violentos; recebiam alimentação mínima e de péssima qualidade; estavam mais propensos às doenças e enfermidades; e, conseqüentemente, havia baixa expectativa de vida entre eles; viviam amontoados em senzalas, cujas instalações eram insalubres e degradantes e sofriam humilhações de todos os tipos, incluindo a exploração e abusos sexuais.

No Brasil, por mais de trezentos anos, a organização social ficou ancorada nessa relação de tipo servil, formando a base da hierarquia social colonialista escravocrata, muitos valores sociais e simbólicos ligados ao racismo foram consolidados durante esse período. É possível afirmar que muitos efeitos decorrentes dessa organização percorrem nas subjetividades de forma intergeracional e são sentidos até hoje, em maior ou menor grau. Há

resquícios das humilhações e desumanizações sofridas pelos negros, as quais, embora atualmente ‘modernizadas’, carregam o germe desse período. Sobre isso, Frantz Fanon (2008) concebe a noção de epidermização para referir-se a um processo aniquilador que imprime na vítima do racismo, durante sua trajetória de subjetivação, toda uma inferioridade social e intersubjetiva ideologicamente produzida, confeccionando esquemas corporais e cognitivos cujos sentidos e afetos delineados naturalizam tal inferioridade, denominada pelo autor como embranquecimento estético-cultural. “Fruto do colonialismo e do racismo colonial”, diz ainda Lippold (2016, p.218), “a epidermização se rearticula no mundo neocolonial e continua se reproduzindo através da mídia e da educação. Sua origem econômica e social se fortalece e retroalimenta na psicologia coletiva, adentrando também o inconsciente coletivo, que para Fanon é a cultura irrefletida”.

Souza (2017) evidencia que a herança escravocrata do período colonial e o racismo permaneceram ao longo da história de forma incorporada nas relações sociais, maquiadas segundo ele pela modernização e por um discurso culturalista dominante, que tentou minimizar o racismo por meio da imagem de um país acolhedor e cordial, transformando a escravidão em um dado sem conteúdo. Os conflitos e contradições de uma sociedade expõem as relações de dominação e a luta entre as classes sociais por interesses divergentes, mas, o abandono a que foram legados os ex-escravos é o que torna singular e explica a situação social, política e econômica do Brasil. Nesse sentido, para o autor, a desigualdade social assenta-se no século XIX, sobretudo, com o avanço da modernidade.

A sobreposição do modelo societário capitalista e neoliberal em ascensão, cujos valores sociais eram baseados em uma lógica competitiva e de mercado sobre uma sociedade colonialista, escravocrata e de exploração, como era o caso do Brasil, intensificou os problemas sociais que já existiam por aqui, principalmente relacionados aos privilégios de uma minoria, que herdou riquezas, cargos, títulos, terras, propriedades e posições sociais. O

grande contingente de ex-escravos e seus descendentes, desprovidos de qualquer direito ou recurso para se manterem, além do seu próprio corpo, impediu o exercício de uma cidadania ou participação mínima desse povo nas decisões sobre o futuro do país. É importante mencionar que os povos indígenas e suas diversas comunidades também entram nessa soma de excluídos.

Podemos considerar, em partes, que o mecanismo necropolítico está em curso desde esse período no Brasil, com a exploração máxima da mão de obra dos negros; com a expropriação cultural e simbólica dos povos africanos trazidos para cá de forma desumana, com o uso excessivo da violência, dos castigos e das condições insalubres de vida a que os escravizados eram submetidos e que são exemplos expressivos das marcas de uma política de extermínio colocada em prática há tempos no país e que hoje permanecem atualizadas e reeditadas nas periferias, principalmente nas camadas mais pobres e populares e que, conseqüentemente, tem como principal alvo a população negra.

O Brasil foi o último país na América Latina e no mundo a por um fim na escravidão e promover a libertação dos negros. Esse fato aconteceu oficialmente em 1888 com a Lei Áurea (Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888), sancionada pela Princesa Isabel. Essa ação não se deu meramente pela defesa dos direitos sociais dos negros, mas pelas pressões internas dos grupos abolicionistas e externas, principalmente da Europa, pela implantação de uma nova ordem social, política, econômica e que servia aos interesses da classe dominante e burguesa da época, inspiradas especialmente nos modelos dos países centrais do capitalismo como os europeus e Estados Unidos, onde o processo de modernização trazia grandes progressos econômicos e sociais (Alonso, 2014).

O marco histórico da abolição deixava ainda mais vulnerável a população negra e seus descendentes. Estes permaneceram reféns também desse novo sistema, uma vez que aos ex-escravos negros não foi reconhecido o débito social do Estado brasileiro e sua inclusão os

deixava em uma posição tão inferior quanto a que já estavam quando escravos. A modernização e lógica neoliberal traziam consigo a marca do mercado competitivo de trabalho. Como consequência, o processo de abolição da escravidão não foi acompanhado de políticas de inclusão social do negro ex-escravo, não foram constituídas as medidas para sua pré-socialização à nova organização social e econômica que se instituíam, a qual exigia comportamentos, valores, uma subjetividade consonante à sociedade capitalista baseada no trabalho “livre”, deixando-os a própria sorte (Fernandes, 1978).

Além disso, ao retomar Florestan Fernandes (1978), Souza (2017) alerta que a política escravocrata brasileira criava obstáculos a qualquer modo de organização familiar ou comunitária entre os escravos. Aproximando-se do pensamento de Fernandes, considera-se que a desorganização de âmbito familiar repercute decisivamente na constituição de um padrão de ação desorganizada na vida social, inicialmente atribuída a negros e mulatos, mas que historicamente foi decisivo para a constituição de uma raça estrutural no Brasil. Ao tratar de “raça” é importante destacar que o autor busca caracterizar as condições de vida de uma população em absoluta miserabilidade, que são, em grande maioria, descendentes sociais dos ex-escravos, e não atribuir às pessoas uma identidade de forma pejorativa, com a carga ofensiva e negativa que essa palavra carrega no senso comum (Santos et al., 2013, p.704).

Antonio Guimarães (2009) explana a falta de políticas para a inserção do negro no sistema produtivo, neste período, como resultado do racismo estrutural fundamentado na doutrina científica que prevalecia no Brasil, segundo a qual as desigualdades entre as raças assentavam-se nas diferenças da constituição de natureza biológica dos seres humanos. “O negro e o mestiço brasileiro despontam como problemas da ciência”, recorda Muniz Sodré (2015, p.97).

Em 1889 o Brasil deixa de ser uma monarquia e passa a se tornar uma república. Se houve, por um lado, a abolição legal da escravatura; por outro, não houve até hoje a abolição

social dos negros. O Estado foi negligente quanto aos problemas criados com a escravidão e a inclusão perversa dos negros nesse novo sistema se deu de forma desorganizada e marginalizada.

Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização do sujeito, a humilhação e a destruição progressiva da humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem uma efetiva política de inclusão equivale a uma condenação eterna (Souza, 2017, p.75).

Concomitantemente, articulado às ideologias racistas, as teorias racialistas européias influenciam fortemente as elites do país, enfatizando a superioridade da população de pele branca sobre as não brancas. Tendo em vista a miscigenação característica do povo brasileiro, contudo, as teorias racialistas acomodaram-se em um projeto de embranquecimento induzido, de modo a promover e incentivar imigração europeia em massa, ao mesmo tempo em que se fechavam as portas para novas levas de negros oriundos da África ou quaisquer outros países. O processo de imigração europeia, então, intensifica-se. Milhares de famílias européias que passavam grandes dificuldades pela falta de oportunidade de trabalho se mudam para o Brasil vislumbrando a possibilidade de reconstruir a vida por aqui. Seja no campo ou na cidade, o trabalho para os imigrantes europeus era visto com bons olhos, motivo de orgulho e de autoestima, já para o ex-escravo, ao contrário, esses trabalhos eram justamente a fonte de sua desumanidade e humilhação (Schwarcz, 2019).

Os europeus, cuja sociedade tinha em sua cultura o trabalho como um valor moral enraizado, tornaram o mercado de trabalho ainda mais competitivo e desigual, o que elevou ainda mais o nível de exclusão dos negros, que, por sua vez, tiveram enormes dificuldades de se adaptar ao novo modelo, sendo expulsos cada vez mais para a lavoura de subsistência ou para as favelas nas grandes cidades. O ideal europeu na figura do estrangeiro passa a ser visto

como esperança de rápido progresso nacional e aumenta o preconceito e a discriminação contra os negros, pois, passaram a ser vistos como preguiçosos, improdutivos e verdadeira ameaça aos avanços econômicos do país. Isso contribuiu para aumentar o grau de intolerância e racismo. O ideal de embranquecimento social ainda é uma realidade vivida até hoje, e cujas principais vítimas são os descendentes de negros, em quem o estigma da cor ou de suas características físicas retratam o jogo subjetivo de dominação racista presente na sociedade.

As mudanças na organização social com o novo sistema – capitalista e liberal – e a transposição abrupta dos valores subjacentes a ele, sobrepondo os antigos do regime escravocrata, influenciaram a divisão em novas classes sociais. Para Souza (2017), é fundamental compreender a luta de classes para além do fator econômico, pois, ela implica nas chances que uma pessoa terá na vida, em todas as dimensões possíveis, como os círculos de relações sociais, o acesso aos bens materiais e culturais, às oportunidades de estudo e inserção no mercado de trabalho, entre outras, o que permite balizar a discrepância de oportunidades entre os sujeitos e o grau de dificuldade (se não impossibilidade) das conquistas individuais em nosso meio para as camadas mais populares. Nesse sentido, ao reconstruir a história da formação de classes no Brasil, cai por terra o discurso meritocrático, como pensam muitos brasileiros hoje, de que somente com o esforço individual, fruto do trabalho árduo, é possível alcançar a autonomia e emancipação, quando na realidade, muitas vezes, só aprisiona o sujeito em uma busca desesperada por conquista de ascensão social por meio do acúmulo de riqueza ou do consumo.

Nessa nova hierarquia social, a relação de forças produz efeito opressivo sobre as classes populares, formadas por pobres de todas as cores, e foi impulsionada principalmente pela classe média. O autor defende, então, que as classes sociais devem ser compreendidas como um fenômeno não somente do ponto de vista socioeconômico, mas, sobretudo, sociocultural. O pertencimento a determinada classe é o que possibilita o sucesso ou o

fracasso social do indivíduo. Embora haja exceções, geralmente as pessoas estão sujeitas a manterem o nível social a que pertencem.

Isso porque, de acordo com Souza (2013, 2017), a posse de capitais é o que permite pensar o grau de competitividade em nossa sociedade. A disposição de capitais, não apenas econômicos, mas, culturais e de reconhecimento, é o que permite prever quem vencerá na vida e quem será o derrotado. Nesse sentido, tão importante quanto o capital econômico é o capital cultural e o capital social de relações pessoais. O capital econômico, embora seja um dos principais meios de manter-se na dominação, depende também da junção entre o conhecimento útil adquirido ou prestígio social e, também, das relações sociais que favorecem a manutenção do *status quo*.

Para compreender a raiz da naturalização da desigualdade, Souza (2017) recorre a outros dois conceitos: a noção do *self* moderno de Charles Taylor (2005) e a concepção de *habitus* de Pierre Bourdieu (2008), que seriam os signos absorvidos de forma pré-reflexiva pelos sujeitos no processo de subjetivação (Moura, 2010, p.71). Ao emprestar o conceito de *self* moderno, Souza (2017) compreende que o Estado e o mercado provocaram uma mudança radical em nossa organização social, tanto do ponto de vista econômico, como também no valor e na moral, provocando alteração nos papéis sociais, antes mais ou menos estanques. A ascensão da classe média como força propulsora do Estado passou a disputar espaço com a elite branca, da qual se aliou, em certa medida, e buscou distanciar-se cada vez mais da classe popular. Tanto as elites quanto a classe média contribuíram para a aceleração da modernização no país, mas, sobretudo essa última. Estar mais próximo da elite branca e embranquecer significava compartilhar dos valores dominantes e ganhar reconhecimento social perante “iguais”, ao passo que se distanciar dos negros e das camadas populares levava, no imaginário da classe média, a se desprender cada vez mais da inferioridade e do desprestígio do modelo primitivo de civilização atribuído a estes últimos.

Com isso, circularia, entre o meio das diferentes classes, diferentes concepções de *habitus*, que é o que define a prática aprendida e reproduzida pelo sujeito socialmente, em suas ações, escolhas e julgamentos, de forma automática e pré-reflexiva. Desta forma, compreende-se a noção de múltiplos *habitus*, que corresponde ao conjunto de regras, normas, valores, crenças, vínculos e práticas sociais partilhadas no processo de socialização e que são assimiladas pelos sujeitos de acordo com a origem e a classe em que se situam. Nesse sentido, a escala pode variar de um *habitus* primário, mais próximo à noção de cidadania (da participação social de cidadão, portadores de direitos e da dignidade humana) até um *habitus* precário, em que se situa a subcidadania (lugar dos desqualificados, dos desmerecedores e dos excluídos socialmente dos processos de participação social), onde há privação das condições materiais objetivas, subjetivas, culturais e sociais (Moura, 2010).

Pelo *habitus* tende-se a introjetar valores de modo a reproduzi-los sem muitos questionamentos, mantendo padrões similares de comportamento, de pensamento, de opiniões e de vida de acordo com os estratos sociais a que os sujeitos pertencem. Consequentemente, os diferentes tipos de acesso a bens materiais e culturais, ou sua privação.

A posição de subcidadania implica uma hierarquia valorativa depreciativa das pessoas e é atravessada pela determinação de quem é ou não *gente* e, por consequência, quem é ou não *cidadão*. Tal processo incide fundamentalmente nos acessos diferenciados aos recursos materiais e simbólicos na vida social ou na falta e ausência deles (Souza, 2003), (Santos et al., 2013, p.703).

A subcidadania é uma condição vivenciada por grande parte da população brasileira e está longe de ser a exceção, principalmente quando tomamos por base o projeto capitalista neoliberal em curso no Brasil, que desde o fim da colonização promoveu a exclusão social de um grande contingente de pessoas, essencialmente formada pelos ex-escravos e seus descendentes.

Portanto, se faz necessário e urgente refletir sobre a relação entre a subjetividade e a desigualdade social, de forma a não congelar o sujeito em um retrato social de subcidadania eternamente, porque assim como lembra Sawaia (2009):

Por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Nessa concepção, a subjetividade deixa de ser perturbadora para ser constituinte da objetividade social (Sawaia, 2009, p.365).

Com isso, lanço a pergunta para nós psicólogos e demais interessados na mudança deste quadro: por quais caminhos podemos percorrer na tentativa de superação das desigualdades sociais e de que forma podemos contribuir para construções de subjetividades mais potentes e menos estigmatizadoras tendo em vista um contexto tão adverso como o apresentado da subcidadania?

Neste cenário de relações, predominantemente, opressivas e excludentes, ainda inversamente proporcional, crescem também as formas de resistências, as formas de produzir sentidos e subjetividades mais potentes, as formas de construir e desfrutar de uma vida mais digna de se viver, cuja semente a Psicologia também pode ajudar a plantar e cultivar.

### **3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DA “CANONIZAÇÃO” DAS EPISTEMOLOGIAS POSITIVISTAS NA PSICOLOGIA SOCIAL MODERNA**

É notório que o desenvolvimento da Psicologia como ciência, desde suas origens no ocidente, veio ocupar de modo predominante a função de ferramenta de governamentalidade, tendo como alvo gerar saberes voltados para a domesticação e controle da população (Foucault, 2010). Nos países da periferia do sistema-mundo, a Psicologia referendou ainda os epistemicídios, ou seja, o extermínio e ocultamento de saberes e práxis desses lugares do planeta como um desdobramento da universalização do gênero de pensamento eurocêntrico, a promover um vasto desperdício de experiências humanas possíveis, visto pouco abrir-se aos modos diversos de pensar, dialogar e agir (Santos, 2010). Nesse sentido, ela compôs e permanece a compor, enquanto área de conhecimento das humanidades, o que denuncia Mignolo (2017) ao afirmar que o eurocentrismo não é uma questão de geografia meramente, mas de epistemologia que, ao mundializar-se, aniquila e hierarquiza conhecimentos e cosmologias a partir dos seus próprios parâmetros. Sobre isso, assevera Edgardo Lander (2005):

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente (p.9).

Com efeito, argumenta Silvio Almeida (2018) que com a colonização do chamado novo mundo e a expansão da economia mercantilista, dirigidas pela Europa central, foram construídas as bases materiais e filosóficas para a confecção da modernidade. O projeto iluminista, consolidado nos séculos XVIII e XIX, coloniza crescentemente o mundo com suas ideias, ideais e princípios, delineando as ferramentas “que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem” (Almeida, 2018, p.20).

Tal distinção, por sua parte, justifica e avaliza que o projeto civilizacional iluminista – fraternidade, liberdade, igualdade universais – não contempla a todos os humanos, mas tão somente os considerados civilizados, via de regra, brancos europeus. O colonialismo, nessa medida, embora contrastante com os princípios liberais iluministas, justificava-se. Aos povos selvagens ou primitivos, e racialmente inferiores, é implausível estender os cobertores da cidadania liberal iluminista, dada sua incivilidade e incapacidade cognitiva e intelectual para tanto.

A oposição de civilizados *versus* selvagens, assevera Marina Massimi (2000), também se faz fortemente presente internamente no Brasil. Em escritos políticos do século XIX, com o país já independente de Portugal, a autora ressalta a preocupação dos mandatários políticos acerca da problemática indígena, cujo foco voltava-se para a necessidade da “domesticação” para a construção da nova sociedade nacional. José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, ressalta Massimi (2000), é explícito na defesa da colonização indígena, mas não mediante o uso da força militar, mas por um processo de aculturação. Para realizar este objetivo, é necessário, diz ela citando o próprio José Bonifácio, “conhecer primeiro o que são e devem ser naturalmente os índios bravos, para depois acharmos os meios de os converter no

que nos cumpre que sejam” (p.48). Ainda referindo-se ao documento de José Bonifácio, diz Massimi (2000, p.50):

Ao mesmo tempo, a adaptação dos índios ao novo modelo sociocultural, e, em particular à nova organização do trabalho, deve ser realizada gradativamente, acostumando-se pouco a pouco ao novo modo de vida e estimulando neles novas necessidades, através da introjeção no índio da exigência do bem-estar própria do homem civilizado.

Anuncia-se, assim, uma nova atribuição aos conhecimentos e práticas psicológicas. O saber, agora, pressupõe o controle e a transformação das pessoas para que se amoldem em um ser civilizado, isto é, disciplinado e adaptado. “O saber sobre o outro identifica-se com o poder sobre o outro” (Massimi, 2000, p.52).

Enquanto ciência, a Psicologia emerge e desenvolve-se a partir da primeira metade do século XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, com forte influência das ciências naturais empíricas e seus pressupostos de neutralidade, previsibilidade e controle de variáveis. Uma série de processos históricos e políticos contribuíram para a consolidação desta visão e, sobretudo, de uma práxis voltada para os atendimentos clínicos, com foco em processos psicológicos internos, com uma construção individualizante do sujeito, deixando em segundo plano, ou não levando em consideração, as estruturas sociais e os sistemas socioculturais, justapondo e adaptando o indivíduo ao meio.

A Psicologia contribuiu fortemente para a consolidação dos modos de governamentalidade capitalista moderna e colonialista, alinhando a produção de conhecimento à criação e dinâmicas de controle e da norma, instituindo modelos adequados de homem, de sociabilidades e de condutas dentro do padrão ideal desse sistema.

A Psicologia Social, por sua vez, embora apresente diferentes perspectivas ontológicas, epistemológicas e políticas ao longo de sua história, origina-se modernamente no

período entre guerras, em solo norte-americano (Almeida, 2012), e toma forte impulso no seu desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Como lembra Robert Farr (2013), as ferramentas conceituais e metodológicas que foram criadas nesse período tinham como referência as teorias behavioristas e cognitivistas, partindo de uma postura individualizante, a-histórica e experimentalista, além de estabelecer uma dissociação categórica entre indivíduo e sociedade. Tais estudos, com efeito, baseavam-se em uma matriz epistemológica positivista, cujos métodos exigiam a utilização de variáveis estáveis em seus experimentos, a neutralidade do(a) pesquisador(a) na relação com o seu objeto de investigação/intervenção e, geralmente, voltadas para práticas e processos de regulação da população com pressupostos adaptativos, normatizadores, disciplinadores e de produtividade. Segundo Almeida (2012), a Psicologia Social ficou definida como a ciência que estuda as interações humanas enfocando problemas relacionados com as atitudes e valores, além do grupo como dispositivo para o desenvolvimento da produtividade.

A Psicologia Social brasileira foi fortemente influenciada pelas vertentes cognitivistas e behavioristas norte-americanas. Como diz Celso Pereira de Sá (2007), Haroldo Rodrigues, principal divulgador da Psicologia Social de inspiração positivista norte-americana ainda nos anos 1970, era uma referência proeminente nos cursos acadêmicos de Psicologia. Ao lado disso, diz Sá (2007, p.9), “testemunhava-se uma proliferação de traduções de manuais americanos”, além das obras de Asch, Fritz Heider, Festinger e Katz, entre outros.

Nos anos 1970 e 1980, porém, a Psicologia Social no Brasil e em diversas partes do mundo inicia um processo de crise epistemológica na medida em que uma vertente importante de seus autores e autoras voltam cada vez mais os seus olhares para o cenário de desigualdades e vulnerabilidades sociais acachapantes, associado a um período histórico de violento autoritarismo do Estado antidemocrático. Inicia-se, então, um processo de crescimento significativo de influência das vertentes críticas europeias da Psicologia Social,

em especial, da teoria das Representações Sociais, da perspectiva Sócio-Histórica com base no materialismo dialético e da Análise Institucional. Essas concepções teóricas foram utilizadas por muitos pesquisadores e pesquisadoras no Brasil e no continente latino-americano que buscavam ferramentas teórico-metodológicas de uma Psicologia Social comprometida com os problemas sociais de seus países de modo a produzir transformações efetivas nas situações de forte opressão política e social vivida pelas populações dessas pátrias.

Não obstante o aparecimento crescente de epistemologias críticas que passam, cada vez mais, a problematizar densamente o que se colocava como concepções hegemônicas da Psicologia Social, em suas vertentes positivistas, permanecem baseadas, fundamentalmente, nas obras de autores que construíram suas teorias em territórios do hemisfério norte, baseadas, como afirma Grosfoguel (2016, p.27), “no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália)”. E, como denuncia Gayatri Spivak (2010), por mais críticas que sejam, o uso de tais concepções teóricas sem o filtro “antropofágico” (Andrade, 2017) devido, tende a incorrer em uma violência epistêmica, na medida em que o outro como sujeito é inacessível ao intelectual dos países centrais, visto que esse opera e se efetiva pelo intelectualismo que julga falar em nome do outro, o dito oprimido, exercendo-se assim, mesmo sem intenção, como cúmplice e re-editor de um colonialismo epistemicida.

Tal situação tende a levar a efeitos de poder, nos quais a Psicologia Social, enquanto saber autorizado, referenda historicamente, como regime de verdade universalizado, a ilusão substancialista e dicotomizada da relação indivíduo e sociedade contribuindo, desse modo, para a lógica de atomização das sociabilidades contemporâneas mediante a produção de subjetividades privatizadas. Mesmo entre suas vertentes mais críticas, a dicotomização entre indivíduo e sociedade permanece presente, embora de modo dinâmico e mediante relações

dialéticas que, não obstante historicizem o processo, mantêm, de certa maneira, o ente individual substancializado na relação com o ente social igualmente substancializado.

### 3.1 FUNDAMENTOS PARA UMA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA DO COTIDIANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E EPISTEMOLÓGICAS

A Psicologia apresenta diferentes perspectivas ontológicas, epistemológicas e políticas ao longo de sua história. Há uma pluralidade no modo de produzir essa ciência e, dentro dessa multiplicidade, podemos encontrar aquelas, ainda hegemônicas, cujas matrizes articulam discursos epistemológicos baseados em uma visão positivista eurocêntrica e norte-americano-cêntrica, que, em grande medida, contribuem para dinâmicas políticas de controle e normatização por meio de práticas e processos de regulação da população com pressupostos adaptativos e disciplinadores, além de naturalizarem o modo como os sujeitos devem viver e, também, podemos encontrar aquelas de origem e perspectivas epistemológicas críticas e contra-hegemônicas, que buscam um tipo de produção de saber politicamente engajado atento às questões sociais, políticas e econômicas e opostas à visão essencialista e universalizante, portanto, mais localizadas, parciais e interessadas no processo de subjetivação da vida sendo vivida nos lugares.

Nesse sentido, podemos apontar a coexistência de um conjunto de forças em disputa na produção científica na Psicologia, no qual se entrecruzam racionalidades normativas, coloniais e canônicas, bem como outras perspectivas mais politizadas, descoloniais e periféricas, que buscam não apenas romper com modelos hegemônicos ou negá-los, mas, sobretudo, criar formas de pensar e agir, sobretudo em meio às mazelas do continente mais desigual e violento do mundo: a América Latina. O desafio desse movimento não se dá em uma dinâmica linear e de fácil ruptura, pois não se trata de uma mera escolha ou tomada de

decisão. Essas perspectivas críticas são acompanhadas de envolvimento, de engajamento que vai ao longo do tempo se tornando também um posicionamento (político) sobre a construção do pensamento, do saber e do agir, pois dão ênfase aos processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais sobre as condições de vida das pessoas nos seus processos de subjetivação.

O surgimento das perspectivas epistemológicas críticas e contra-hegemônicas na Psicologia na América Latina se deu principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Nos anos de 1960 e 1970, os psicólogos sociais, segundo Lane (2000), questionaram seu papel nesse contexto politicossocial, como também a teoria e o método da Psicologia Social.

À crise da Psicologia Social veio juntar-se, em nosso continente, o elemento político, em virtude das ditaduras militares, com a opressão social decorrente delas. O período das ditaduras contribuiu para a efervescência desse processo porque, conforme Sandoval (2000), entre os psicólogos engajados na construção de um novo paradigma, estava considerável número de opositores dos regimes autoritários “que enxergavam além do autocontido enclave consumista em que se acomoda a psicologia tradicional e em direção da realidade da pobreza e do sentimento humano” (Sandoval, 2000, p. 103), passando a Psicologia Social a olhar “para o que havia ignorado em cada esquina das cidades da América Latina: a criança mendicante, a mãe sem teto e o trabalhador desempregado” (Barbosa, Rocha & Brasil, 2011, p.146).

A Psicologia Social Comunitária ou Psicologia Comunitária (PC) fez parte desse processo. A perspectiva da PC desenvolvida na América Latina rompeu com modelo de intervenção social positivista norte-americano, que tinha como principal enfoque a questão da saúde mental nas comunidades ligadas ao bem estar social e com caráter de intervenção

assistencialista e paternalista em relação aos grupos atendidos. Na versão latino-americana houve mudança significativa na visão sobre o sujeito, sobre comunidade e, sobretudo, na relação entre esses dois. Além disso, houve também ressignificação do papel do(a) pesquisador(a)/psicólogo(a), acenando para um compromisso social junto às camadas populares e oprimidas socialmente. O novo paradigma buscou, articulando diferentes áreas de conhecimento, bases e ferramentas teórico-metodológicas mais condizentes com a multiplicidade das culturas e mais próximas às realidades das maiorias empobrecidas dos países latino-americanos, que vinham de longa data sofrendo com os efeitos da modernização capitalista e com modelo de Estado repressor e ditatorial. Ao problematizar questões políticas e sociais decorrentes desses cenários de extrema violência e desigualdade social, pesquisadores(as) e psicólogos(as) foram compreendendo a importância de um posicionamento mais firme frente às situações tão adversas, no qual as relações e os processos intersubjetivos, por vezes, encontravam-se naturalizados, cristalizados ideologicamente à racionalidade do modelo imposto pelo sistema capitalista (periférico e colonial) e, também, em um modelo de ciência que mantinha e perpetuava a colonialidade do saber e do poder em nossa sociedade.

Na América Latina as bases para o surgimento da PC foram os movimentos de crítica aos modelos positivistas importados e a necessidade teórica, metodológica e profissional de dar respostas aos problemas sociais urgentes das maiorias populares latino-americanas. Este período, em meados da década de 1970, ficou conhecido como período de "crise da Psicologia Social" e foi desta disciplina que emergiram os primeiros trabalhos em PC, ainda que não houvesse consciência ou pretensão dos(as) psicólogos(as) em definir um novo ramo da Psicologia. O forte nexos com a psicologia social crítica fomentou o desenvolvimento da práxis comunitária, até hoje chamada de práxis psicossocial comunitária. Não por acaso, a denominação Psicologia Social

Comunitária ser, talvez, a mais recorrente no Brasil. O "social" do termo refere-se à corrente latino-americana de Psicologia Social Crítica, desenvolvida em nosso país por pessoas como Silvia Lane, Bader Sawaia, Alberto Andery, Wanderley Codo entre outras.

O novo modo de fazer psicologia propunha alternativas ao tradicional modelo médico predominante na literatura e nas práticas psicológicas, que até então fazia prevalecer apenas as condições negativas dos sujeitos atendidos. Ao contrário, o modelo interventivo emergente procurava partir dos aspectos positivos e dos recursos das comunidades, buscando seu desenvolvimento e fortalecimento através de metodologias criativas e participativas, que centravam nos próprios sujeitos beneficiários a origem da ação. Assim abriu-se o caminho para o desenvolvimento de novas teorias, métodos e práticas tendo como horizonte a transformação social (Montero, 1994; 2003a) (Costa, 2015, pp.277-278).

A realidade desta parte do continente é marcada pela enorme diversidade e desigualdade social, econômica e cultural instalada desde o processo de colonização. Os contextos de guerras, ditaduras, dentre outros regimes opressivos e antidemocráticos, que demarcam profundamente a questão da exclusão social e a opressão vivida por boa parte da população no que tange as questões educacionais, de saúde, de moradia, de trabalho e renda, entre outros, afetavam principalmente as comunidades mais pobres formadas nas periferias urbanas e nas zonas rurais, de maneira muito particular em cada território, mas que representava a maior parte da população nos países.

Pavon-Cuéllar (2017) denuncia os efeitos do capitalismo periférico na América Latina, em que se evidenciam as relações de exploração e dominação comercial colonialista, no qual destacando-se os interesses econômicos que marcaram a política entre dos dominadores/elites e nativos/povo ao longo da história de expansão do modernismo até os dias atuais. Além dos

efeitos da exploração de mão de obra ameríndia nas minas, exploração nas grandes monoculturas de produtos de exportação, houve também outros efeitos devastadores na sociedade, cultura e intersubjetividade dos povos nativos, como o desmatamento, erosão do solo e a destruição do meio ambiente que por vezes é irreversível.

A Psicologia passou por um período de crise que serviu de base para estruturação de uma outra forma de compreender esta ciência: em uma perspectiva crítica em relação ao sistema social vigente e comprometida com sua transformação. Uma das suas principais pautas era a necessidade de pensar uma Psicologia implicada com a investigação e compreensão de temas afetos a nossas terras e nossas gentes, em uma perspectiva sociohistórica, ambiental e cultural, em busca de justiça, igualdade e dignidade. Mas para isso era necessário romper com postura de neutralidade e imparcialidade, com uma produção de saber científico desvinculado e desinteressado politicamente, que contribuíam com a manutenção das relações de poder e de opressão postas. A importância da articulação entre ciência e profissão por meio de uma práxis que buscasse autonomia, emancipação, conscientização e superação das desigualdades sociais fez com que se buscassem outras bases teóricas e metodológicas que dialogassem com questões específicas da problemática latino-americana.

Alguns pensadores foram fundamentais no desenvolvimento deste novo paradigma, como Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Martín-Baró, Martiza Montero, Silvia Tatiane Mauren Lane, entre outros, que buscaram diferenciar suas bases das epistemologias canônicas positivistas norte-americanas e europeias, formando um pensamento, que hoje podemos dizer crítico, descolonial e sobretudo latino-americano.

Maritza Montero (1994, 2006) foi uma das responsáveis por organizar e sistematizar a Psicologia Comunitária que estava emergindo enquanto um novo paradigma, além de contribuir amplamente na divulgação mundial dessa perspectiva mediante uma vasta

produção tanto na academia quanto no interior das comunidades, por meio de projetos psicossociais desde os anos de 1970. A extensa produção bibliográfica da autora segue destacando o compromisso ético e político no desenvolvimento de uma práxis latino-americana crítica libertadora, por meio da ação psicossocial voltada para a transformação social. A visão libertária proposta segue o mesmo caminho teórico de outra figura importante no desenvolvimento de uma Psicologia Social crítica: Ignacio Martín-Baró (1942-1989), que defendeu – até seu assassinato covarde por grupos de inteligência americana – que a Psicologia abandonasse sua postura soberba e cientificista para voltar-se às questões sociais e os problemas vividos pela maioria dos populares. O autor buscou desenvolver uma Psicologia cuja epistemologia e práxis assumisse diretamente o compromisso ético na luta contra a manutenção da opressão dos povos mediante uma visão crítica à ideologia capitalista dominante, buscando a conscientização sobre a alienação dos meios de produção de seu país (Martín-Baró, 2017). A libertação, nesse sentido, correspondia ao entrelaçamento de processos que visavam a produção de mudanças substanciais não apenas nas condições de vida dessas pessoas, mas, também sobre a ideologia predominante que justificava a dominação e naturalizava as injustiças sociais. O caráter crítico da construção de uma prática libertadora exigiu uma redefinição da postura dos pesquisadores e interventores sociais, bem como o envolvimento e mudanças de olhar sobre as pessoas, passando da posição de objetos de intervenção para atores da ação psicossocial, em uma relação dialógica, na qual passava-se a valorizar o saber popular no desenvolvimento da autonomia e emancipação, ampliando a dimensão da troca de saberes. A visão libertadora “diz respeito antes a um princípio orientador da práxis do que ao "campo" ou à "especialidade" da ação psicossocial” (Costa, 2015, p.272); não pertence, assim, a um determinado grupo ou ciência, mas direciona ou fundamenta as ações nos espaços coletivos.

Outros dois autores que influenciaram diretamente na construção de uma Psicologia Social Comunitária, segundo Montero (*apud* Costa, 2015) foram Paulo Freire, no Brasil, a partir da Educação Popular e Orlando Fals Borda, na Colômbia, com a Sociologia Militante. Os dois movimentos tinham características muito próximas, pois partiam de práticas transformadoras e significativas em espaços comunitários, envolvendo os diversos atores sociais e grupos concretos. Além de partilhar da concepção e visão de sujeito – histórico, ativo, produto e produtor de seu mundo – capaz de transformar-se a si mesmo e a sua realidade social.

Entre os pilares que integram a proposta metodológica de Pesquisa-Ação Participante da Psicologia Comunitária na atuação com comunidades estão o método de “pesquisa - ação” de Kurt Lewin e o da “investigação ação participativa” de Fals Borda (Costa, 2015, p. 273). O que diferencia marcadamente a perspectiva de Fals Borda como contribuição para a Psicologia Comunitária é o caráter intrinsecamente político do fazer investigativo e de pesquisa, pois, parte do princípio de que todos os sujeitos são partícipes do processo investigativo, com igual direito a voz, opinião e decisão, com as mesmas capacidades de refletir sobre a realidade e modificá-la. Semelhantemente, Paulo Freire (1979, 1980) também entendia a atividade investigativa de produção do conhecimento como um processo pedagógico fundamental a toda prática libertadora e em conjunto com a população.

La Psicología Comunitaria nace de una práctica transformadora, enfrentada en situación, apela a una pluralidad de fuentes teóricas, para intentar en el momento actual la elaboración de un modelo teórico integrador, ajustado a una realidad, que es responsable del surgimiento mismo de la disciplina, así como la creación de una metodología basada en la acción y la participación, que sea una respuesta alterna a los modos convencionales de estudiar los grupos sociales.

Y como está planteada actualmente, es una psicología de la acción para la transformación, en la cual investigadores y sujetos están del mismo lado en la relación de estudio, pues ambos forman parte de la misma situación (Montero, 1984, p.399).

Com inspiração da Psicologia Comunitária nasceu a Psicologia Comunitária do Cotidiano, cunhada por León Cedeño (2012), cuja construção se deu a partir de uma disciplina especial na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2010 e que tinha como proposta discutir as contribuições da Psicologia Social Comunitária na América Latina e suas ferramentas teórico-metodológicas como forma de dar subsídios para estudantes e profissionais que estavam trabalhando em contato com comunidades de periferia e junto aos usuários das instituições e rede de serviços públicos nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança (León Cedeño, 2015). Algumas referências citadas dentro da Psicologia Social Crítica, como Maritza Montero na Venezuela, Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006), no Brasil; Orlando Fals Borda (1925-2008), na Colômbia; e Ignacio Martín-Baró (1942-1989), em El Salvador, foram discutidas durante a disciplina, assim como as contribuições de Paulo Freire (1921-1997), cujos trabalhos acenavam para o enfrentamento das situações de opressão assumindo compromisso ético e político em relação às formas de dominação no contexto latino-americano.

Desde a década de 2000 no Brasil houve uma expansão da atuação da Psicologia em comunidades, principalmente com a Política Pública de Assistência Social que trazia inúmeras demandas e dilemas em torno do trabalho e das contribuições dessa ciência. Com isso, as trocas realizadas entre os estudantes e profissionais na disciplina de Psicologia Comunitária, a partir das diferentes experiências em campo nas políticas públicas, foram dando corpo à Psicologia Comunitária do Cotidiano.

León Cedeño (2015) utilizou como base dois autores, Maritza Monteiro (1984) e Peter Spink (1989, 2003, 2008) que foram os principais pilares na discussão em torno do

desenvolvimento de uma Psicologia Comunitária do Cotidiano. Nessa perspectiva, a Psicologia é entendida enquanto uma ciência histórica, no qual a realidade social lhe serve como orientadora fundamental de seus estudos. A realidade social, composta da relação dialética entre sujeito e sociedade, possui caráter simbólico, que permite a construção intersubjetiva do todo e no qual a Psicologia deve incidir por meio da intervenção psicossocial com vistas a fortalecer, resgatar e potencializar as virtudes e potencialidades dos desfavorecidos, ao mesmo tempo em que evidencia e denuncia as relações de opressão, no sentido de lhe conferir relevância social que impacta negativamente na vida dos sujeitos (Montero, 1984). Maritza Montero foi responsável por sistematizar os princípios teóricos da PC, que são: União entre Teoria e Prática, Transformação Social como Meta, Poder e Controle na Comunidade, Conscientização, Socialização, Autogestão e Participação, que demarcavam principalmente um olhar político e ativo da Psicologia por meio de um compromisso ético-político na sua práxis.

A Psicologia Comunitária do Cotidiano, que bebe da mesma fonte de sua matriz, busca desenvolver uma perspectiva emancipatória que visa promover transformação social. Por meio das situações-problemas concretas – aquelas sentidas como ‘necessidades’ pela comunidade ou aquelas relações que caracterizam uma forma de opressão – busca-se, de forma horizontal e em conjunto com a comunidade, soluções e alternativas para seu enfrentamento. Nessa abordagem, na dinâmica de intervenção psicossocial, há um “processo singular de entrar em pequenos detalhes do cotidiano”, em grande parte pela via do informal, e contribuir na produção de “mudanças no que consideramos digno de transformação” (León Cedeño, 2015, p.241) de maneira coletiva e participativa pela soma de protagonismos. Diante disso, compreende-se que toda ação gera uma responsabilidade e que estamos (enquanto psicólogos/as), na mesma medida e no encontro com o outro, transitando entre limites do preconceito, da alienação, do senso comum, do não saber, da desconstrução de verdades

normatizadoras, da conscientização, da negociação e do jogo de poder das relações. A experiência de intervenção psicossocial, nesse sentido, não está na ideia de reproduzir uma metodologia prognóstica para obter determinado fim ou resultado, mas, de compreender como o método pode ir sendo negociado durante o processo de interanimações, das negociações dialógicas em busca de transformações pertinentes e necessárias para determinado contexto.

Outro autor utilizado e bastante discutido no desenvolvimento da Psicologia Comunitária do Cotidiano foi Peter Spink (1989, 2003, 2008), professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As principais contribuições do autor foram em relação aos estudos do campo-tema e a relevância do cotidiano nas pesquisas. Além delas, outros dispositivos discutidos pelo autor, como princípio de horizontalidade e da conversação, a dimensão do informal como elemento fundamental na pesquisa, fortalecimento das ações no território, foram cruciais para a construção das bases da Psicologia Comunitária do Cotidiano.

O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado – usando a noção de Henri Lefebvre (1991) – herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrário, ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, é arguido dentro de um processo que também tem lugar e tempo. Mesmo quando herdamos um campo-tema ou usamos termos que presumimos como legítimos, por exemplo, o campo dos movimentos sociais de HIV/AIDS, continuamos a negociá-lo por meio dos argumentos sobre a sua importância como tópico (Spink, 2003, p.28).

Para o autor, o campo são as redes de causalidades intersubjetivas que se interconectam de múltiplas formas, maneiras, momentos, lugares, encontros e desencontros. O campo pode ser compreendido como argumento no qual estamos inseridos e trazemos para reflexão na pesquisa. Nesse sentido, o campo não é o lugar, e sim o tema, cujo foco está na

compreensão da produção de sentidos nos espaços de vida do sujeito e da sociedade. Ou seja, o “campo é o campo do tema, o campo-tema”, o que aproxima os pesquisadores das questões do dia a dia e do cotidiano sendo uma parte em toda sua processualidade, cuja implicação do pesquisador e seu envolvimento estão enredados nas negociações, em processos multidimensionais (Spink, 2003, p.36).

Spink e Frezza (2013) apontam que “no cotidiano de nossas vidas, somos, de fato, produtos de nossa época e não escapamos das convenções, das ordens morais e das estruturas de legitimação”, e que “impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos” (Spink, & Frezza, 2013, p.15). A dialogia e o processo de negociação dos sentidos contribuem para produzir outros (novos) sentidos. Ao tratar da produção de sentidos e das práticas discursivas como propostas de revisão do pensamento crítico na Psicologia, Mary Jane Spink compreende a possibilidade de envolver em suas bases conceituais, metodológicas, epistemológicas, teóricas e visão de mundo, a construção de um saber no qual

o sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (Spink. & Medrado, 2013, p.22).

Os fenômenos sociais podem ser compreendidos do ponto de vista das regularidades, por meio dos discursos difundidos, naturalizados e instituídos, mas, também de um novo/outro lugar ressignificado, já que frequentemente é pelo rompimento com o habitual estabelecido que se torna possível dar visibilidade aos sentidos. A produção de sentido como uma prática social e dialógica é resultante das práticas discursivas presentes nos cotidianos,

como narrativas, argumentações e conversas e possui caráter polissêmico (diverso), que “corresponde aos momentos ativos da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade”, em que as pessoas se manifestam, recriam o mundo e expõe pontos de vistas variados (Spink. & Medrado, 2013, p.26). A compreensão dos sentidos carrega em si um conjunto de inúmeras vozes trazidas pela pessoa e que no diálogo com o outro produz consequências – intencionais ou não – em um jogo contínuo de posicionamentos. O contexto dos sentidos e os repertórios interpretativos de cada pessoa e grupos, embora localizados e situados, implicam diretamente no texto social mais amplo, na história e na cultura socialmente construída ao longo do tempo em um diálogo permanente entre passado e presente, entre sentidos antigos e novos.

A autora aponta ainda que no trabalho com práticas discursivas, o contexto discursivo faz interface com três tempos históricos: “o tempo longo, que marca os conteúdos culturais, definidos ao longo da história da civilização; o tempo vivido, das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização, e o tempo curto, marcado pelos processos dialógicos” (Spink. & Medrado, 2013, p.31), o que permite aproximação com conteúdos históricos cristalizados nos discursos institucionalizados; diferenciação entre posições socialmente distintas e disponíveis; posicionamento diante das interações da linguagem.

O cotidiano, segundo Peter Spink (2008), é compreendido como algo comum a todos. Cada sujeito vive, qualquer um de nós, independente do papel social ou lugar que ocupa, governantes, empresários, esportistas, trabalhadores de fábrica, diaristas, aposentados, moradores de rua etc.

Podemos, no jogo dos sentidos, valorizar o cotidiano de alguém como sendo importante no sentido institucional; mas esta é uma questão diferente. Ao contrário, propomos que todos nós, independentemente de onde estamos e quem somos, acordamos pela manhã e entramos no dia que temos pela frente; dia este que nada

mais é que um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em micro-lugares (Spink, 2008, p.70).

A noção de micro-lugar não se configura como oposição a um macro-lugar, pois se refere à ideia de há lugares entendidos enquanto pequenas sequências de eventos. Com isso, o autor ressalta a valorização e importância dos acasos marcados por encontros e desencontros diários em diferentes situações que se processam na vida dos sujeitos, nas conversações e interanimações dialógicas do presente: “*do falado e do ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores, escadas, elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem*” (Spink, 2008, p.70).

Nesse sentido, o cotidiano é composto de milhares de micro-lugares, que são produtos e produtores de todos os processos sociais e de identidades, assim como o *habitus* e suas hierarquias e padrões. Todos nós participamos desse movimento e desse jogo de relações (de poder) em uma empreitada coletiva e contínua que construímos ao longo da vida. Com isso, lembra o autor, que o pesquisador ou psicólogo, nesse caso, é simplesmente um entre muitos outros que buscam contribuir e argumentar transformações que sejam relevantes para a sociedade, como o cenário das desigualdades e vulnerabilidades sociais que foi apresentado. Esse resgate da Psicologia Social como uma prática social se dá por meio de trocas mais horizontais nos mais diferentes espaços que ocupa, nas conversas, nos debates, nas organizações, nas negociações e na produção de sentidos coletivos (Spink, 2008).

Leon Cedeño (2015) esboçou em cinco princípios o que considerou como a contribuição da Psicologia Comunitária do Cotidiano no campo psicossocial comunitário. Esses princípios estão interrelacionados, não se começa um para pensar o outro, mas, discorrer um implicará necessariamente todos os outros. São eles: Ajudar Sem Atrapalhar, Muros Invisíveis, Contradição Somos Nós, Centralidade das Relações e Direito à Beleza.

Ajudar Sem Atrapalhar é um princípio que busca abordar a reflexão acerca da intervenção psicossocial nos espaços comunitários. Sua proposta está relacionada à sensibilidade quanto às ações e posições, não apenas do psicólogo/a, mas de todos àqueles que incidem sobre/na comunidade. Deparamo-nos muitas vezes com atitudes que, por mais benévolas que possam parecer, podem estar carregadas de arrogância e prepotência. Esse equívoco geralmente acontece quando se pressupõem as necessidades de um grupo ou da comunidade sem conhecer quais são de fato, suas prioridades. Agir sem conhecimento mínimo do lugar e fazê-lo de forma vertical, pode mais atrapalhar os processos, do que contribuir. Ajudar Sem Atrapalhar está mais próximo da ideia do fazer junto, que é a soma de pequenas contribuições, gestos, atitudes, comportamentos, micro-ações que, ao realizá-las na intenção de ajudar, o fazemos sem invadir o espaço do outro, sem desrespeitar o outro.

Com a ideia de Muros Invisíveis busca-se discutir todas as situações que expõem um tipo de relação de poder, no qual manifesta uma diferença assimétrica entre o eu e o outro, entre “nós” e os “outros” e se apresentam camuflados no cotidiano carregando de forma velada a questão dos preconceitos, das alienações, das discriminações, dos racismos e da exclusão social presentes em nossa sociedade. Reconhecer a existência desses muros é uma forma de compreender que estamos inseridos em um texto social permeado de valores, regras e normas naturalizados e internalizados de maneira irrefletida, como é o caso da meritocracia, do machismo, da LGBTfobia, e que somos parte responsáveis pela sua manutenção ou ruptura e superação.

No cotidiano de nossas relações podemos perceber que também reproduzimos muitas ações, “*das mais microscópicas às mais terríveis*”, como do consumismo, do machismo, do racismo, do autoritarismo, entre outros “ismos” (León Cedeño, 2015, p.237). Ao assumirmos que a Contradição Somos Nós, estamos na verdade, nos comprometendo, por meio dos encontros com as pessoas e das trocas intersubjetivas, a revisar essas questões ainda não

devidamente superadas a partir de nós mesmos em um movimento contínuo de conscientização daquilo que precisa ser ressignificado, modificado, refletido, colocado em questão. Ao partir da noção de “nós”, podemos reconhecer nossos limites ou fronteiras, assim como também, aquilo que precisamos abandonar enquanto coletivo e/ou sociedade. Esse princípio se aproxima do provérbio africano “*ubuntu*”, “*sou porque somos*”, que contraria a visão individualista imposta pela lógica capitalista neoliberal e a dicotomização entre o indivíduo e sociedade.

No campo psicossocial, ao tratarmos da Centralidade das Relações como elemento fundamental para construção do saber, neste caso da Psicologia Social, visa-se diluir cisões presentes em nossa sociedade entre o “eu” e “você”; entre o micro e o macro; entre o sofrimento e a potencialidade. Nos encontros intersubjetivos propõe-se o exercício de se trabalhar a partir de modelos mais horizontais de relação em que cada micro-lugar onde as trocas acontecem materializam a realidade social da qual fazemos parte.

O Direito à Beleza aborda uma questão fundamental: predominantemente, é negada à maioria das pessoas: a ‘vida digna de ser vivida’. A intervenção psicossocial pode contribuir com ações que visem a potencialização e o desenvolvimento de potencialidade dos sujeitos, de forma que “gerar a beleza é gerar coletivamente formas de vida melhores do que as que temos gerado” (León Cedeño, 2015, p.239). Em grande medida, está relacionado ao compromisso ético e político junto à população oprimida e excluída, que, muitas vezes, não reconhece esse direito para si. Diante do cenário das desigualdades sociais e da precarização das condições de vida, como forma de manutenção das relações de opressão, a maior dificuldade está em reconhecer a força e a capacidade transformadora dos “milhares de pequenos gestos” que buscam reconhecer o Direito à Beleza, que fortalecem as potencialidades em cada sujeito, grupo ou comunidade e que colaboram de fato para mudança concreta da realidade das injustiças sociais.

Destarte, nenhum desses princípios é sólido ou duradouro, pelo contrário, assumem uma forma fluída, provisória e intercambiante, passível de ser negociadas no cotidiano, pois transitam nas relações intersubjetivas, na construção da vida coletiva e na produção de sociabilidades mais horizontais. São ferramentas e instrumentos dos que, enquanto psicólogos(as), podemos fazer uso em nossa práxis porque contribuem para a construção não só de um saber útil, mas, principalmente, junto à população mais oprimida.

O enfrentamento das desigualdades sociais requer múltiplas ações e necessitam cada vez mais da compreensão de que a realidade é uma construção social. E se afirmamos que a exclusão social está incluída em nosso modelo de sociedade (capitalista, neoliberal e neocolonial) é imprescindível que assumamos as contradições sociais presentes em nosso meio – como os conflitos da luta de classes, das relações de dominação e opressão macro e micro política, das formas de discriminação e preconceito, do racismo estrutural que emerge com a colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo – como um exercício de conscientização e superação diário e permanente de todos nós.

#### 4 NAS FRONTEIRAS DA SUBCIDADANIA: PERCURSO DO PSICÓLOGO NA COMUNIDADE

Tendo o cenário das desigualdades como uma realidade que produz diferentes situações de vulnerabilidade social e impõe modos de vida precarizados; compreendendo que o *habitus* localiza a atenção no tempo mais extenso da trajetória de cada sujeito, a partir da qual são construídos e amadurecidos repertórios de interpretação do mundo, da vida social e, cada qual nela, suas possibilidades e limites; entendendo, ademais, que nos diferentes processos de socialização tendemos a ser objetivados em identidades instituídas e socialmente naturalizadas, pressupomos, por outro lado, que há maneiras de resistir às colonialidades, às forças opressoras, às formas dominantes e hegemônicas historicamente instituídas que contribuem para manutenção das injustiças sociais, do racismo e da exclusão social em nosso meio.

A aposta nas co-criações de alternativas situadas e comprometidas nos cotidianos junto à população oprimida, com efeito, se processa no tempo curto das interanimações dialógicas, no aqui e agora das relações sociais e afetivas, que se caracterizam pelas discontinuidades e rupturas, driblando as vulnerabilidades sociais, redesenhando possibilidades para ressignificar o que é instituído e naturalizado como o *habitus (precário)*, decolonizando o poder/saber demarcado na cultura social e nos corpos de cada um de nós. Assim, descortinam-se nos cotidianos outras perspectivas, outros modos de produzir vidas, que sejam mais críticos, mais engajados, mais situados, mais horizontais, menos desiguais e injustos e que, nesse mesmo processo, a Psicologia possa servir de um instrumento útil, libertador e junto à população mais oprimida na construção e emancipação de subjetividades e em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, reavaliando e reinventando continuamente seus saberes e também desenhando o seu papel na sociedade. Dessa forma, ao refletir sobre a

práxis do psicólogo(a) busca-se contribuir para a transformação social a partir de elementos concretos da vida sendo vivida em lugares de maior vulnerabilidade social dando visibilidade aos modos de subjetivação nela presentes.

Neste estudo, a aposta metodológica que orientou meu trabalho como psicólogo social comunitário nos territórios em que atuei se fez centrada nos cinco princípios da Psicologia Social Comunitária do Cotidiano. Isso porque seus pressupostos teórico-metodológicos propiciam trazer para a reflexão a relação entre um campo do saber que busca a transformação da realidade socialmente imposta das desigualdades sociais e das forças que contribuem para sua naturalização. Some-se a isso as memórias afetivas que trago enquanto um psicólogo imerso no contexto das periferias em um cotidiano marcado, a priori, pela exclusão social e pela violência por meio do trabalho realizado junto à população mais empobrecida, cujas histórias materializam as relações (de poder e saber) extremamente desiguais. Memórias que se desdobram em reflexões em torno de uma multiplicidade de discursos e práticas no dia a dia desses lugares periféricos da cidade, nos quais interagi densamente, compondo com as pessoas, em busca de contribuir para a produção de transformações e para os processos de potencialização de emancipações. Delineia-se, assim, a metodologia desta pesquisa, como uma etnografia mnêmica. Melhor dizendo, a partir de histórias e práxis de ação – mnemicamente registradas – como psicólogo social comunitário situado em cotidianos das periferias urbanas em que as situações de subcidadania se presentificam marcadamente, assim, procuro tecer reflexões a partir de histórias vividas nas comunidades para contribuir e participar do diálogo com profissionais e pesquisadores que se movem no sentido de seguir a bordar e desenhar uma Psicologia Social comprometida social e politicamente para a desconstrução das opressões e das violências naturalizadas e a emancipação das subcidadanias. Busco, nesse sentido, refletir sobre algumas passagens da experiência de

minha formação como psicólogo comunitário, discutindo a relação entre diversos fenômenos sociais que atravessam a vida em sociedade, suas cisões, imprecisões, lacunas e contradições.

Posso dizer que na formação como psicólogo social venho sendo atravessado por diferentes situações que repercutem em questões sobre a desigualdade social. Isto porque minha trajetória foi construída em centros de convivência, no interior de comunidades de periferia, em lugares que materializam densamente o campotema das vulnerabilidades sociais, cujas matrizes históricas discutidas até aqui, se fazem presentes impondo modos de vida precários.

A primeira experiência veio ainda no período de graduação com a experiência de dois anos de prática de disciplina e posteriormente no estágio acadêmico em uma Associação Cultural em uma periferia de Londrina-Pr. A sede da associação era uma casa popular dividida em dois espaços, sendo um reservado para as atividades culturais e o outro onde morava uma família.

A Associação Cultural funcionava de forma autônoma, com a autogestão de lideranças comunitárias, que promoviam, com parcerias das políticas públicas e de voluntários, atividades variadas para a comunidade local, desde crianças até idosos. Na associação realizei diferentes ações, desde oficinas com as crianças e mulheres, até festas e eventos culturais para e com os moradores. Por se tratar de um lugar com pouco investimento cultural por parte do Estado, as atividades promovidas pela associação se tornavam um atrativo diferenciado no bairro, e contavam com a participação dos moradores.

A organização comunitária era encantadora, pois, se tratava de um movimento bastante libertário e era possível (re)conhecer muitas potencialidades sendo construídas de (certa) forma invisível. Nesse sentido, Ajudar sem Atrapalhar, representava contribuir com a potencialização das várias atividades e ações que já aconteciam ali. Muitas atividades

aconteciam de maneira livre e espontânea, e outras eram planejadas e organizadas com a participação das crianças, mulheres e idosos que ocupavam o espaço.

De acordo com Sawaia (2010), a ideia de comunidade se apresenta como “dimensão temporal/espacial da cidadania, na era da globalização, portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática (plural e igualitária)” (p.51). A Psicologia Social Comunitária busca explicitar seu objetivo de colaborar com a criação ou fomento desses espaços relacionais, que vinculam as pessoas a territórios físicos ou simbólicos e as temporalidades compartilhadas num mundo dominado pela visão individualista, competitiva e consumista. Portanto, ela delimita demarca seu campo de competência na luta contra a exclusão e opressão de qualquer espécie (Sawaia, 2010)

Desta maneira, quando falo do encantamento da organização do espaço da associação é porque na comunidade, a realidade da maioria dos moradores era bastante precária e pobre. Tal como afirma Souza (2013), a subcidadania reflete na falta ou na ausência do acesso aos recursos materiais e simbólicos da vida social. Fora a escola, muitas crianças e adolescentes não tinham acesso a outra atividade. O movimento do tráfico de drogas se fazia presente, assim como também as constantes abordagens e intervenções policiais pelas ruas do bairro. A maioria das famílias sofria com o desemprego e buscavam no trabalho informal, uma possibilidade de sobreviver.

As atividades de estágio, que depois se transformaram em trabalho voluntário, tinham como objetivo contribuir com o enriquecimento das ações culturais e de lazer no espaço da comunidade. Todos os cuidados eram partilhados, desde a manutenção da sede, dos materiais de uso coletivo, até das relações entre os participantes. O envolvimento gerado nessa partilha demonstrava a potencialidade daquela comunidade, que, assim como balizou Nisbet (1974) *apud* Sawaia (2010):

Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elemento de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (Sawaia, 2010, p. 50).

A importância da associação foi colocada à prova em diversas situações. Uma delas foi à permanência da sede. A associação passou por constantes negociações com a imobiliária, proprietária do imóvel, que forçava a passagem de um regime de comodato para cobrança de aluguel. Isso dificultou e criou um clima de incerteza quanto à continuidade do trabalho, exigindo reorganização do espaço e do grupo. Houve inúmeras iniciativas para manter o regime de comodato, desde a criação de um dossiê com fotos das atividades, com registro das premiações e projetos consolidados na comunidade, com relatos de outras ações pontuais, comprovando que o espaço era utilizado com a finalidade de promoção cultural sem fins lucrativos; contudo, todo esforço foi em vão, e a associação foi forçada, mesmo assim, a pagar o aluguel do espaço. A partir disso, buscaram-se novas alternativas. A princípio, com a doação financeira de outra Organização Não-Governamental (ONG) o aluguel foi custeado e pago por um ano e, após isso, através de um projeto do PROMIC (Programa Municipal de Incentivo à Cultura), o aluguel foi pago mais um ano. Posteriormente, a sede da associação foi transferida para outro local por meio da mobilização das lideranças comunitárias que ocuparam a antiga associação de moradores do bairro, que estava desativada há algum tempo

e foi reconstruída por meio de mutirão, obtendo a cessão de uso gratuito por parte da COHAB (Companhia de Habitação de Londrina)

A manutenção ou aquisição dos materiais de uso coletivo como colchonetes, materiais pedagógicos (lápiz, canetinha, giz de cera, cola etc.), livros, era algo que demandava custo e era costumeiramente adquirido por meio de “vaquinhas” (financiamento coletivo) ou, em duas situações, por meio de editais para projetos sociais. Cada necessidade gerava ações coletivas e eram supridas conforme à disponibilidade, criatividade, conhecimento, engajamento e envolvimento das pessoas, sem a sobreposição de ninguém e sem uma liderança única, como propõe a Psicologia Comunitária (Montero, 1984).

Desempenhei papéis variados nesse processo, de educador social a pintor; de animador de festa a participante de oficina; de espectador a organizador de eventos. Eram formas de atuação que foram ganhando corpo conforme o tempo e a consolidação de uma relação de confiança. Sob olhares atentos das lideranças locais desde o início do estágio, fui percebendo o quanto uma figura externa era vista com desconfiança, pois havia muitos receios – legítimos – quanto à relação utilitarista, pois muitas pessoas buscavam se apropriar daquele espaço para um benefício particular ou político, como vereadores em época de campanha. Nesse contexto, *Ajudar Sem Atrapalhar* fez todo o sentido. Minhas contribuições só poderiam servir conforme a demanda e as necessidades daquele lugar e com meu envolvimento com o espaço. O sentimento de pertença veio com o tempo, não apenas cronológico, que também representa algo, mas, principalmente, com a crescente sensação de fazer parte, de estar junto, fortalecendo a ideia de comunidade. Sawaia (2010) ressalta que os “espaços comunitários se alimentam de fontes que lançam a outras comunidades e buscam na interlocução da fronteira o sentido mais profundo da dignidade humana (p.51).

O trabalho com as crianças pequenas por meio de brincadeiras e oficinas de arte-educação (conforme as habilidades que desenvolvi ao longo da vida e pela facilidade com

desenhos, artesanatos, esculturas etc.) permitiu um passo importante na construção de uma relação com uma demanda evidente e necessária no espaço. Na região havia muitas crianças, e algumas delas, após o período de aula na escola, permaneciam no espaço da associação acompanhando outras atividades destinadas aos adultos e idosos ou brincando no quintal da sede. A reconstrução de um espaço específico para as crianças partiu de uma ação que iniciou com algumas atividades aos sábados e que, ao longo dos anos, foi ampliando para outros dias, com a participação de líderes comunitárias, e outros voluntários e estagiários de Psicologia, sendo estipulados dias e horários específicos durante a semana. Embora o objetivo, a pedido das líderes e crianças, fosse criar oficinas, havia espaço para muitas trocas além das atividades propostas, no qual a criança podia manifestar suas questões e algumas dificuldades da família ou da escola. No início, a visão do/a psicólogo/a que predominava na comunidade era daquele/a que realizava atendimento clínico individual para demandas de saúde mental.

Sawaia (2010) recorda que para a Psicologia, inicialmente, a comunidade foi incorporada na área clínica, “visando humanizar o atendimento ao doente mental”, com foco educativo e preventivo (p.44). O trabalho com a comunidade, nesse recorte, tinha como objetivo o desenvolvimento de potencialidades para integrar as populações mais pobres aos programas oficiais de modernização e de prevenção de doenças, sob controle e orientação do Estado. Seu pressuposto estava ancorado na visão de progresso pela via da modernização cultural. O discurso culturalista dominante, como apontou Souza (2017) tende a escamotear os conflitos e as questões sociais relacionadas à desigualdade social, contribuindo para manutenção das relações de dominação.

Enquanto estudante de graduação, essa visão ainda estava sendo desconstruída em mim, pois ela também predominava hegemonicamente no curso, e havia muitas dúvidas sobre como deveria agir ou se o que estava fazendo de fato era papel de psicólogo. Essa foi uma questão que na época, por diversas vezes, levantei nas supervisões e na disciplina de

Psicologia Comunitária. Em “O Pesquisador Conversador do Cotidiano” (Spink, 2008), Peter Spink discute e problematiza o reposicionamento do pesquisador e demonstra o quanto somos, muitas vezes, levados a idealizar ocupando um papel de uma representação imaginária seja de pesquisador, cientista ou psicólogo e deixamos escapar a realidade concreta.

São os procedimentos corretos que produzem o conhecimento ou são as conversas orientadas para tentar acertar? O que é mais importante, uma lista de pontos a serem verificados para determinar a validade do método ou uma disponibilidade para o diálogo? Se a idéia de tentar resolver coisas juntos, de compartilhar as preocupações e angústias como também os prazeres dos sucessos é uma descrição razoável de como nós, coletivamente e em geral, enfrentamos a vida, por que deve ser diferente na psicologia social? Declarar-se parte de um campo-tema é demonstrar a convicção ética e política de que, como psicólogos sociais, pensamos que podemos contribuir e que estamos dispostos a discutir a relevância de nossa contribuição com qualquer um, horizontalmente e não verticalmente (Spink, 2008, p.76).

O autor fala ainda sobre a resolução prática dos problemas, esses que surgem como uma questão social que envolve muitas pessoas, profissionais ou não, e que contam com pouco de “sorte” em sua solução. Ter certa desenvoltura com as artes foi “a sorte” que precisava para encarar a demanda daquela comunidade com as crianças e foi o canal de comunicação para uma troca possível e concreta, pois a linguagem lúdica facilitou os caminhos para uma atividade que preencheu mais um espaço na agenda cultural da região e permitiu o diálogo com as crianças de forma espontânea e criativa.

Após a passagem pela graduação, a primeira experiência de trabalho como psicólogo foi coincidentemente em um bairro vizinho ao da associação que realizei o estágio acadêmico. Tratava-se de um centro de convivência que atuava com o Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por meio de uma ONG que terceirizava o serviço no município.

O SCFV faz parte de um conjunto de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como objetivo a Proteção Social Básica da população. O SCFV é assim definido:

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013.

Esse serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2017).

O SCFV para crianças e adolescentes funciona no contraturno da escola por meio de atividades que são estruturadas como um percurso socioeducativo, atendendo as especificidades das faixas etárias que visam: “estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências; desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade; e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2017, p.8).

A atuação em Políticas Públicas requer uma apropriação acerca de sua dimensão política, estratégica e de desenvolvimento social cujas diretrizes permitem que instituições atuem em conformidade com seus propósitos e contribuam para melhorias no atendimento à população que se encontra em vulnerabilidade social. Dessa forma, o(a) psicólogo(a) desempenha nesses espaços um trabalho junto à comunidade e, também, participa dos processos de desenvolvimento social nos espaços de controle social. Nesse sentido, é fundamental conhecer a realidade dos territórios, suas vulnerabilidades e potencialidades, sua

história e cultura, pois isso permite reconhecer dispositivos presentes nela – instituições, discursos e práticas sociais –, assim como também a existência de relações, nos quais o poder (os poderes) se articulam em diferentes níveis e movimentos, demarcando tipos de dominações, opressões e exclusões específicas, para os quais o trabalho psicossocial se faz necessário.

Nas Políticas Públicas, as instituições e organizações têm em mãos um papel importante no enfrentamento de uma realidade dura e precária, como a das vulnerabilidades sociais. No trabalho em um SCFV vivenciam-se muitas situações complexas, seja na relação do serviço com a comunidade; na relação com a gestão administrativa e operacional; ou no trabalho e desenvolvimento de projetos.

A instituição, como campo de pesquisa e de ação para a psicossociologia de comunidades, se mostra como lugar privilegiado, pois constitui o espaço socialmente organizado no qual se dão as articulações entre os diferentes elementos sociais (econômicos, ideológicos, culturais e políticos) e os elementos psicológicos (Nasciutti, 2010, p. 102).

É importante ressaltar que não deve haver dissociação entre social e psicológico. O risco de tal dicotomização pode (re)aparecer quando se deixa de questionar as práticas instituídas e cristalizadas, quando se ignoram as condições históricas e naturalizam o instituído. Nesse sentido, quando se atua com Políticas Públicas, principalmente de Assistência Social, há necessidade (constante) de rever processos e dinâmicas no/do trabalho para não correr o risco de assumir postura assistencialista e homogeneizar as pessoas em meros ‘usuários’ dos serviços.

Desde o primeiro dia atuando nesse serviço senti alguns incômodos. Incômodos esses que provavelmente vinham do estranhamento de uma instituição que atuava ‘na’ comunidade e não ‘com’ a comunidade. Predominantemente, a visão em relação à comunidade vinha

carregada de estigmas e preconceitos, fosse por parte dos serviços fosse por parte dos próprios moradores. A comunidade era formada por pessoas, em sua maioria negra e pobre, cujas condições de vida eram bastante precárias e humildes.

As famílias pouco frequentavam o espaço do serviço, e aos poucos fui compreendendo suas razões, pois havia muitos muros visíveis e invisíveis que tornavam a segregação e exclusão social uma realidade concreta e difícil de viver. Esses muros estavam presentes nas mais diferentes formas e situações. Muros que representam, em níveis micropolíticos, “as desigualdades próprias de uma sociedade de dominação e controle” (León Cedeño, 2015, p. 238). Em uma dada ocasião, uma menina de 6 anos foi levada à coordenação, pois não se sentia bem para fazer a atividade. Fiz o atendimento da criança e percebi manchas vermelhas pelo seu corpo. Bastante tímida, a menina limitava-se a responder minhas perguntas com “sim” e “não”. A família não atendia ao telefonema e então sugeri à coordenação levar a garota até sua casa, que ficava em torno de quatro quadras dali. No caminho até a casa tentei puxar algumas conversas, mas ela não era de muitas palavras; parecia também um pouco assustada com tudo aquilo. No trajeto pude observar melhor o bairro. Muitas casas populares simples, com portões improvisados de madeira. Algumas delas nem portão tinham. Havia lixo espalhado pelas ruas, calçadas e até mesmo dentro dos quintais. Não se via muitas pessoas pela rua, mas as poucas que encontramos eram donas de casa e senhoras idosas, que olhavam com certa curiosidade a minha presença. Ao chegar à casa, a mãe nos recebeu com a outra filha no colo, uma bebê de aproximadamente 8 meses, que também não passava bem no dia. Falei sobre a indisposição da menina e as manchas vermelhas pelo corpo e indiquei que seria importante uma avaliação no posto de saúde, pois, assemelhava a alergia ou manchas provenientes de picada do mosquito da dengue. A mãe surpreendeu-se com a visita, pois temia que fosse do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar, embora seja um órgão do Estado criado para zelar os direitos das crianças e adolescentes, geralmente não é bem visto nas

comunidades mais pobres, pois sua atuação historicamente foi de uma relação opressiva, punitiva e intimidadora. Fato que foi reafirmado pela mãe, que disse sobre o medo de tal intervenção. Segundo Foucault (1999), o Biopoder se estabelece por meio de mecanismos reguladores que exercem controle da população. Nesse caso, é muito provável que a regulamentação aparece, sobretudo, forjada na ameaça e/ou no risco de perder a guarda do filho por motivos e razões que, muitas vezes, as famílias desconhecem, passando a se comportar de forma reativa ou temerosa.

Em outro contexto, muito provavelmente uma visita ou a simples orientação para levar uma filha ao posto de saúde porque apresenta alguma enfermidade não gerariam intimidação, receio de punição ou mesmo medo de perder a guarda. A mãe agradeceu a visita e se prontificou a levar a menina no posto de saúde no mesmo dia. De certa forma, presumi que naquele lugar funcionava um tipo controle punitivo sobre a população, em que as instituições serviam como órgão fiscalizador e não de atenção à comunidade.

Com pouco mais de uma semana de trabalho um fato curioso chamou a atenção. Um menino de 9 anos de idade, negro, de olhar curioso e muito sorridente, durante toda uma semana foi levado até a coordenação por indisciplina. Nesse período já havia assumido alguns atendimentos de educandos e ele era um dos casos recorrentes.

Em uma das conversas com o garoto, perguntei-lhe por que todo esse enfrentamento com o educador e resistência com a atividade? A resposta surpreendeu-me: disse que gostava de conversar comigo, pois era uma coisa diferente: não se tratava de “mandar fazer”, mas de “trocar uma ideia”. E, de fato, era um garoto muito comunicativo. Enquanto conversávamos me ajudava na construção de um portfólio e era notória sua habilidade manual. Disse que aprendeu a fazer artesanato com a mãe, que era doméstica, mas estava desempregada havia algum tempo. O pai, alcoolista e também desempregado, saiu de casa após desentendimento com a mãe ainda quando ele era bebê, mas morava por ali no bairro. Contou que foi obrigado

pela mãe a ir para o centro de convivência, pois assim diminuiria a despesa da casa e era uma forma de poder tomar café e almoçar durante a semana. Depois disso, combinei que ele me ajudaria com o portfólio por algumas horas sem que precisasse vir por indisciplina. Encontrei, por assim dizer, as ‘*manhas*’ que Paulo Freire (2011) utilizou para se referir aos mecanismos de resistência para suportar as relações de opressão do meio:

“Manha” é uma expressão que caracteriza um certo comportamento bem brasileiro no qual a pessoa, não querendo ou não podendo enfrentar outra pessoa ou uma situação embaraçosa ou difícil, tenta camuflar o fato ou situação com ardis ou artimanhas num diz que diz ou faz que faz que não assume o outro ou a coisa nem tampouco desiste deles. Ganha tempo procurando tirar proveito em benefício próprio sem explicitar seu intento, “jogando” com palavras e muitas vezes, sobretudo as pessoas de classes populares, jogando com o próprio corpo no gingado que tenta fugir do real (Freire, 2011, p.305).

O garoto me apresentou a *manha* que tinha para lidar com aquele lugar e eu aprendi rapidamente que ele havia escolhido conversar comigo porque nosso diálogo era uma maneira de tornar mais suportável aquele espaço. Ao negociar esse novo sentido de sua ida à coordenação foi, quiçá, uma das formas de resistência que encontramos, pois se tratava de ressignificar um ato de rebeldia em que o garoto não visava bater de frente com o sistema; pelo contrário, encontrava uma brecha para lidar com a situação.

Outro caso interessante foi a de um adolescente de 13 anos. Uma semana antes de começar a frequentar o serviço, sua chegada foi discutida entre a equipe. Tratava-se de um educando que retornaria para o serviço após cumprir medida socioeducativa no CENSE (Centro de Socioeducação). Ao chegar à unidade o garoto foi recebido de forma muito particular, com muitas orientações e sob olhares desconfiados. Nesse mesmo dia não demorou muito e o educando foi conduzido até a coordenação por “atrapalhar” a atividade. A conversa

iniciou com o adolescente justificando “inocência” e mal entendido do educador na atividade, contudo, mudei de assunto e procurei outros caminhos para o diálogo, já imaginando que esse enredo estava por demais repetido e igual. Apresentei-me e pedi que fizesse o mesmo, pois eu era novo no lugar. Com piadas com minha ascendência japonesa e brincadeiras pelas rivalidades de nossos times de futebol, a conversa foi ganhando outros contornos. Assim, ele relatou suas experiências nas ruas do bairro. Disse que fazia uso de bebida alcoólica, maconha e cocaína desde os dez anos. Havia muitas brigas entre seus pais, que acabava em sua maioria com violência física e ameaças de morte. Dizia que por conta do tráfico sua casa era sempre cheia de pessoas e com muita movimentação durante o dia e a noite. Havia muitos enfrentamentos entre sua família e a polícia e, em uma dessas ocasiões, fora apreendido e levado até o CENSE. Estava bastante atrasado em relação à idade/série, pois não frequentava a escola havia quase um ano, além de ter sido reprovado duas vezes. Relatou com indignação que havia pouco tempo o tio tinha sido morto devido à troca de tiros com a polícia, mas, de acordo com os jornais, o noticiário informou que a morte se deu por briga entre gangues. Ele sabia inclusive o nome do policial. A família do garoto, assim como boa parte dos moradores da comunidade, entra na equação das massas que são exterminadas e descartadas sem o pesar ou comoção alheia. Os estigmas de ameaça e risco também são forjados por meio de processos, como o que o garoto estava sendo constantemente atravessado, e que se somam ao conjunto de outros discursos que liquefazem as esperanças de adolescentes de periferia como ele, que desde cedo são marcados por policiais, são privados de liberdade mesmo sem estar em um sistema prisional; que recebem olhares e tratamentos discriminatórios (velados ou não) de outras pessoas, que carregam a vontade de vingança pela morte de um ente querido morto injustamente; que percebem tal injustiça ou simplesmente deixam de acreditar na justiça porque são constantemente colocados nesse lugar e nessa posição depreciada. Estes são, em partes, alguns elementos que giram em torno dos *habitus precários*, conforme apontou

(Souza, 2003, 2017), intensamente amarrados pelo necropoder, que torna a relação entre a vida e a morte a mesma coisa, reafirmando o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p.146).

Neste centro de convivência, meu contrato de trabalho era temporário e pouco tempo depois fui chamado por outra ONG que atuava com o mesmo tipo de serviço em outra região. Para finalizar minha participação no serviço, produzi um relatório crítico discorrendo algumas passagens dessa experiência e entreguei à gestão.

Havia uma expectativa da minha parte, afinal esse seria o meu primeiro trabalho como ‘psicólogo’ efetivamente, pois, no serviço anterior meu contrato era de assistente de coordenação. Ainda que o cargo anterior não impedisse a atuação como psicólogo, ele limitava os espaços de intervenção psicossocial, pois as atribuições internas eram bastante específicas e a ação ficava reduzida a outras funções administrativas. Nesse sentido, com o novo trabalho sentia que havia novas possibilidades de atuação e interação mais livre com a comunidade.

Nessa outra região, o território era popularmente conhecido pelo alto índice de violência, criminalidade, tráfico de drogas e pobreza. A comunidade foi fundada há quarenta anos. Fez parte de um período de forte expansão urbana nas décadas de 1970-1980 e foi fruto de projeto habitacional composto por vários bairros com casas populares. Ela foi formada principalmente por famílias de baixa renda vindas de favelas da periferia e das zonas rurais. Nem toda a infra-estrutura urbana e social, como eletricidade, saneamento básico, transporte coletivo, educação, saúde, praças, parques, estavam prontas quando ela foi inaugurada. Parte dessa estrutura vem sendo – lentamente – revista, principalmente a partir dos movimentos dos moradores no tensionamento com órgãos do Estado responsáveis por tais serviços.

Para acessar o território havia somente três possibilidades, com apenas uma das entradas asfaltada. As outras duas eram de difícil passagem e foram feitas de forma

improvisada: uma delas era por uma estrada de pedra e terra batida. Em dias de chuva, sua travessia era bastante arriscada, pois no caminho formavam diversas poças de lama e o terreno ficava bastante escorregadio, principalmente para os estudantes secundaristas, que o utilizavam cotidianamente, já que se tratava do trajeto mais rápido até os colégios da região; a outra via seria atravessando uma linha de trem. Essa passagem era feita de pedregulhos e restos de material de construção – constantemente os moradores depositavam esses entulhos para deixar a passagem menos escorregadia e evitar a formação de lama em dias de chuva. O risco de acidente por ali também era uma constante, pois a linha ainda estava ativa e periodicamente o trem passava transportando carga por ali. Não havia cancela e a sinalização limitava-se apenas por uma placa indicando ‘cuidado’.

O território era formado por três pequenos bairros, mas apenas um deles possuía serviços como centro de educação infantil, UBS, escola municipal, SCFV e mercado.

Os contornos da região eram margeados por pequenos morros, uma plantação e uma mata fechada com pequeno córrego ao fundo. Havia um isolamento notório do bairro. Os morros formavam verdadeiros muros que segregavam essa comunidade do restante da cidade. Bastava subir em um desses morros para avistar no horizonte a região central com seus muitos edifícios, prédios, shoppings etc. As moradias, por se concentrarem no interior da baixada, ficavam invisíveis em uma visão em plano horizontal.

Ainda de cima dos morros era possível enxergar toda a extensão da comunidade. Havia uma divisão feita pelos moradores, que ficou popularmente conhecida como “ruas de cima” e “ruas de baixo”, sendo a segunda rua de cima para baixo, a faixa limítrofe que dividia essas duas áreas. Havia uma única avenida principal que cortava o bairro todo em dois lados, esquerdo e direito, formando uma imagem de quatro quadrantes. Essa divisão implicava na organização social interna do bairro e nos territórios comandados pelo tráfico local.

Uma parte dos registros sobre a história do lugar, talvez a mais encantadora, é mantida principalmente pelas memórias dos moradores mais antigos da comunidade. Eles a contavam por meio de passagens de suas chegadas e pelas formas de organização que foram estabelecendo pouco a pouco, como a construção do centro de educação infantil; o centro comunitário, onde funcionavam atividades de artes para crianças; a escola de ensino fundamental (anos iniciais), que iniciou com apenas duas salas e um refeitório e foi ampliado posteriormente; as ações comunitárias das diversas lideranças locais que passaram por ali, com a intenção de trazer melhorias para o bairro e conter a questão da violência presente desde sua fundação; a igreja católica, que prestava assistência aos moradores por meio da catequese e ação social pastoral; a criação e manutenção da horta comunitária mantida pelos moradores; a construção de um coreto feito pelos próprios moradores para apresentações culturais; as organizações de festas típicas e tradicionais pela Associação de Moradores; além, é claro, de personagens e figuras que marcaram a história do lugar, positiva e negativamente falando, protagonizando situações que se mantiveram vivas na memória da comunidade. Outra parte do registro do lugar, mais depreciativa e pejorativa, é amplamente divulgada pelos noticiários policiais das mídias locais – rádio, televisão, mídia digital e jornal– que buscam evidenciar a questão da violência, das situações que envolvem as práticas ilegais e criminosas e expõem exclusivamente de forma negativa o lugar, caracterizando como um local perigoso.

De acordo com o último diagnóstico socioterritorial realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 2019, a comunidade possui pouco mais de mil famílias registradas no sistema Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais (IRSAS), ou seja, cerca de 30% da população total. Muitas famílias se encontram no trabalho informal e ilegal. As famílias em sua grande maioria são chefiadas por mulheres. Um número expressivo de homens encontra-se preso no sistema penitenciário por algum tipo de envolvimento com o crime, organizado ou não.

Uma das características bastante notória da comunidade e que era facilmente percebida ao andar por ali era a quantidade de pessoas que ocupavam de forma pulsante e intensa as calçadas, ruas e outros espaços públicos, como coreto, praças, quadra poliesportiva. Era possível encontrar várias rodas: havia rodas formadas por mães, que sentadas à beira da sombra, cuidavam dos filhos que brincavam nas ruas em frente as suas casas; havia rodas formadas por idosos, que paravam e se acomodavam na mureta em frente ao mercadinho principal para tomar banho de sol pela manhã; havia rodas de fumantes em algumas esquinas específicas, principalmente próximo ao bar; havia sempre alguma roda de vizinhos tomando cerveja ou cachaça; havia diversas rodas formadas por adolescentes sentados na calçada; enfim, uma verdadeira ocupação dos espaços pelos moradores, uma cena incomum nos dias atuais, em que as relações comunitárias são bastante restritas.

Nos contornos do bairro era possível encontrar muitas ocupações formadas por pequenas construções de barracos de madeira e lona. Havia uma grande quantidade de pessoas que se instalavam provisoriamente e outras que passavam a morar ali. Muitas delas não possuíam moradia ou foram de alguma maneira expulsas de casa devido a algum conflito familiar ou despejadas por falta de condições de pagar aluguel. Muitas delas, além de perderem os vínculos familiares, também relatavam ter perdido o trabalho. A grande maioria delas estava em situação de uso abusivo ou nocivo de alguma substância psicoativa, como o crack, álcool ou cocaína, principalmente. Todas elas estavam expostas a todo tipo de violência, fosse pela polícia, pelo tráfico ou por parte de alguns moradores. Por outro lado, era comum também algum morador doar comida, água, vestimenta, cobertores. Uma das maneiras de se manterem era por meio da realização de pequenos “corres” (como costumavam chamar à prestação de trabalhos pontuais), como varrer uma calçada, limpar um terreno baldio, fazer vigília noturna contra a ação policial no bairro; e até mesmo a

prostituição. Desta forma, participavam ativamente do cotidiano do lugar, contudo, nessas péssimas condições de vida.

A noção de vulnerabilidade social pode apresentar múltiplos significados e sentidos, os quais podem estar associados à homogeneização e manutenção das populações em um lugar de risco, enfatizando a carência e naturalizando a ideia de falta de recursos, como também podem ser compreendidos como lugar para construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na potencialização da vida. É importante problematizar a construção desses diferentes olhares em relação às situações de vulnerabilidade, pois, muitas vezes, eles reafirmam “sentidos cristalizados que apontam para as condições de carência como condições de impossibilidade de vida” (Torossian & Rivero, 2010, p. 63).

Na comunidade havia uma rede de serviços intersetorial e instituições para atendimento da população como o centro de educação infantil, a escola municipal, a UBS, o SCFV, além de uma igreja católica, cinco igrejas evangélicas, duas mercearias, quatro bares ou botecos pequenos. Outros dois bairros menores vizinhos eram dependentes dos serviços presentes nessa comunidade. Os serviços da rede não absorviam por completo toda a demanda do lugar. Uma das maiores dificuldades era em relação ao centro de educação infantil, que por ofertar poucas vagas, muitas famílias se viam obrigadas a matricular o(a) filho(a) em outro bairro mais longe ou deixar com alguma cuidadora, familiar ou vizinha. Essa dificuldade se acentuava principalmente quando a mãe era a responsável financeira ou a única a cuidar da criança. Na escola municipal havia grande rotatividade em relação aos professores que dificilmente permaneciam por longos períodos, com exceção da diretora e da vice diretora, que estavam na escola desde sua fundação. A Unidade Básica de Saúde (UBS) ficava acima de um dos morros, na ‘parte de cima’. Com isso, o caminho até ela, por ser bastante íngreme, tornava o acesso pouco complicado, exigindo esforço maior para idosos, cadeirantes e

crianças pequenas e de colo. A unidade sofria com a falta de profissionais e sua equipe nunca estava completa.

No início, a minha presença enquanto psicólogo nesse lugar foi marcado por um misto de acolhida e desconfiança. Isso se deu em parte, acredito, pela recente inserção de psicólogos/as nos aparelhos públicos de serviços de proteção social da Assistência Social. Embora existisse, na comunidade, uma psicóloga no SUS – Sistema Único de Saúde –, junto à equipe do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família –, seu trabalho tinha outra característica e mantinha certo distanciamento em relação aos moradores. Outra questão que trazia esse misto de acolhida e desconfiança foi o fato da minha aparência estética nipônica que anunciava certo ‘estrangeirismo’, de quem não pertencia àquele lugar, pois não havia nenhum outro japonês na comunidade, formada predominantemente por pessoas de miscigenação negra. Ao andar pelas ruas, ao mesmo tempo em que provocava curiosidade e estranhamento, havia também grande receptividade por parte dos moradores e era tratado com bastante respeito.

O trabalho da Psicologia na comunidade com uma abordagem mais próxima da população vinha sendo desenhado havia pouco mais de um ano, pelo psicólogo anterior do serviço. Havia um carinho e uma confiança expressiva em seu trabalho por parte dos moradores, que chamava a atenção pela relação de proximidade e amizade criada entre o psicólogo anterior e as pessoas. Ambos já eram “do lugar” e pertenciam àquele espaço e quanto a mim, que estava chegando, ainda precisaria de um tempo para fazer parte e me integrar àquela realidade. Nesse sentido, no início passei por um período negociando essa transição, pois a forma de trabalhar do psicólogo anterior era diferente da minha forma de atuação.

Por meio do trabalho com as crianças e adolescentes foi possível adentrar gradualmente ao universo do território, de maneira muito particular, pois se tratava de um

lugar que zelava pelos cuidados das crianças. Por meio desse cuidado comum com filhos/as e, netos/as foi possível compreender pouco a pouco as teias de relações entre eles, fossem estas de parentesco ou de proximidade, amizade ou vizinhança. A cada atendimento e escuta, compreendia mais da organização social, das relações de poder existentes, as formas de expressão de cultura local, a importância das redes de solidariedade nos cuidados, especialmente com as crianças pequenas, entre outras práticas sociais específicas da comunidade. Nesse sentido, o trabalho de potencialização junto à comunidade pode criar condições para que seja superada a ideologia fatalista e individualista

A ruptura do fatalismo não envolve apenas a mudança individual ou a transformação das condições sociais. É necessário que haja a modificação da relação entre o indivíduo e a sociedade. Não se elimina o fatalismo transformando-se apenas as crenças dos indivíduos em relação ao seu mundo e ao seu destino. É preciso que ocorram alterações nas condições reais da vida social. O processo de ruptura do fatalismo é dialético e, por isso, implica a transformação das atitudes individuais e a mudança da organização social, o que se dá através da recuperação da memória histórica, da potencialização das virtudes populares e da organização coletiva (Ansara & Dantas, 2010, p.98).

Ao longo desse processo de atendimento e escuta com as famílias, então, foi se ampliando também a compreensão das demandas históricas do lugar, bem como as necessidades mais urgentes sentidas pela população. A convivência cotidiana mostrava a luta e o esforço para sobreviver, pois, a materialização da subcidadania e da necropolítica aparecia de forma encarnada, transparecendo diferentes formas de exclusão. A condição de pobreza e de miséria era difícil de ser superada, pois, havia também certo preconceito em relação às pessoas. Havia um estigma muito grande em torno da comunidade, cujos moradores sofriam para conseguir emprego ou trabalho simplesmente pelo fato de morarem na região. Nas

entrevistas de emprego era uma prática comum as pessoas mentirem ou omitirem sobre o local que residiam, dando endereços de parentes e amigos que moravam em outros bairros. Havia preconceito nítido também em relação a outras situações como, por exemplo, a recusa dos serviços de táxi a transportar pessoas dali; igualmente, os mercados e farmácias mais próximos se recusavam a fazer entrega naquele lugar. “As microrelações de poder locais são, vez por outra, co-extensivas aos dispositivos biopolíticos” (Gomes, 2017, p. 55). Ou seja, os sujeitos em seus locais de convivência além de corresponderem verticalmente aos mecanismos biopolíticos, também são capazes de alimentá-los por meio de práticas discursivas forjadas tanto entre seus pares identitários como na confrontação com o ‘outro’.

O ‘sujeito contingente’ se elabora num ‘fechamento contingente’ em um ‘entre-lugar’ (lugar da identificação). Se o sujeito é um ‘ato de enunciação’, o é num ‘espaço de cisão’. Bhabha (1998) auxilia a compreender que se a violência objetiva está antes ‘encarnada’ na linguagem, como afirma Žižek (2009), a linguagem, ou a ‘enunciação’ elaborada nos encontros entre ‘eu’ e ‘outro’, pode impelir práticas de violência. Essa violência latente pode ser pensada enquanto um mecanismo de distanciamento produzido por meio de ‘fechamentos contingentes’ cotidianos elaborados nos espaços de encontro entre diferentes (Gomes, 2017, p.55).

Grande parte da população conseguia uma renda por meio de trabalhos informais como diárias de limpeza, de auxiliar de servente, de coleta e separação de reciclagem ou sobrevivia com auxílio dos benefícios socioassistenciais. Havia um ciclo de precarização das condições de trabalho, pois muitos ali não conseguiam nem mesmo concluir o ensino fundamental ou médio devido à pressão para ajudar nas despesas de casa desde cedo, por volta dos 13 ou 14 anos. O envolvimento com o tráfico, dessa maneira, era uma possibilidade mais próxima entre eles para conseguir algum dinheiro, pois além do comércio em si, o tráfico

movimentava outras pequenas funções remuneradas pontualmente como ‘campanas’, ‘boleias’, ‘aviõezinhos’, guardadores de drogas etc.

O tráfico de drogas, apesar de sua ilegalidade, torna-se uma opção entre poucas alternativas. As possibilidades de escolhas vão se restringindo à medida que os sujeitos não são preparados para o mercado de trabalho legal, cada vez mais competitivo e excludente. Desde cedo, participam de uma sociabilidade que idolatra, teme e protege o traficante de droga. São expostos a um meio social que aspira ao sucesso financeiro e ao consumismo que eles representam e, assim, admiram aqueles que conseguem atingi-lo, mesmo que de forma ilegal (Farias & Barros, 2011, p.537).

Quando Wacquant (2012) afirma que o projeto político neoliberal apresenta estreita articulação entre mercado, cidadania e Estado, nas comunidades mais pobres esta relação se estabelece de tal maneira que dificilmente o sujeito consegue mudar o padrão de vida e são, por assim dizer, incluídos precariamente no sistema (Farias & Barros, 2011).

Muitas residências não possuíam saneamento básico como rede de esgoto e água encanada. As condições de algumas casas eram mínimas, com três cômodos divididos entre cinco ou seis moradores. Era comum dormirem de forma improvisada no espaço da cozinha e sala, por exemplo. Quando possível, as famílias construía também de forma improvisada outros cômodos. Contudo, o espaço interno da casa ficava pouco arejado, muito quente em dias de sol e bastante úmido em dias de chuva. Em algumas situações o espaço ficava ainda mais reduzido devido ao fato de o quintal servir de depósito de entulho e outros materiais de reciclagem, pois era também uma fonte de renda da família. Havia algumas famílias que por não ter acesso à compra de gás regularmente alternavam entre uso do fogão e a comida feita à lenha para fazer suas refeições. Muitos barracos eram feitos com lonas, madeiras e ripas.

O dispositivo da violência presente naquele lugar reforça o caráter ideológico e estratégico voltado às políticas de segurança no controle das comunidades mais pobres,

enfazando a relação entre a pobreza e a criminalidade, como ‘inimigos’ a serem combatidos, como apontou Wacquant (2012). Martin-Baró (2017) salienta que a violência, quando vista de forma genérica, tende a camuflar mecanismos de uma estrutura social moral injusta. A violência parte de um processo histórico e é produto das relações sociais que expõem os conflitos e interesses divergentes – como o mercado financeiro, a luta de classes, o racismo, o machismo etc. - e se expressam de múltiplas formas, por vezes, contraditórias e difusas nas microrelações, na convivência cotidiana. Nesse sentido, Martin-Baró (2017) ressalta a importância da conscientização de que por detrás de toda manifestação da violência, há uma estrutura social mais ampla que cria e gera condições para sua reprodução, justificção, racionalização e normatização. Nas sociedades capitalistas – e principalmente aquelas do capitalismo periférico –, configura-se uma situação permanente de luta, que resulta na manutenção de uma ordem social apoiada por um mecanismo que faz uso constante da violência em sua organização, direcionada a uma determinada população (Souza, 2003, 2017). A violência estrutural é mantida pela relação de poder desigual, no qual uma minoria exerce controle sobre a maioria e é sustentada por mecanismos legais e jurídicos, que camuflam a desigualdade, exploração e exclusão social.

A precarização das condições de vida pode levar qualquer sujeito ao adoecimento e ao sofrimento mental, uma vez que grande parte dos valores sociais é atribuída às condições materiais e ao consumo, como exposto até aqui. No contexto das vulnerabilidades sociais há uma intensa produção de violências e também diferentes processos de exclusão e opressão nas mais variadas dimensões da existência humana.

Nesse sentido, a saúde mental, da mesma forma que a violência e a pobreza, estão intimamente relacionadas às estruturas do sistema capitalista. Do ponto de vista biopolítico, como apontou Foucault (1988), a saúde da sociedade é regida por um controle quase absoluto: “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a

longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (Foucault, 1988, p.131). O discurso contemporâneo neuropsiquiátrico, por exemplo, descreve todos os fenômenos humanos em termos de um funcionamento orgânico biológico manipulável. Ele apreende e localiza todo sofrimento em patologias, que por meio de sintomas e comportamentos são codificados à luz dos termos médicos e das convenções em torno de uma nova doença. O encaixotamento das subjetividades em diagnósticos patologizantes regula os sofrimentos a partir de uma equação simplificada: a apresentação da queixa ou sintomas pelo sujeito e a prescrição da medicação pelo especialista.

Desta forma, ao resgatar algumas memórias da práxis na comunidade, essas questões em torno da pobreza, violência, saúde mental transitavam direta e indiretamente nos modos de subjetivação, por meio dos discursos e das práticas sociais. Em grande medida, a precarização das condições de vida em seus níveis mais microscópicos representa o projeto o projeto de sociedade baseado em uma divisão entre cidadão e subcidadão, como apontou Souza (2003, 2017).

Havia uma notória consciência das injustiças sociais e das mazelas que permeavam a comunidade; contudo, a maioria dos moradores não manifestava o desejo de sair do bairro. Muito pelo contrário. Falavam com muito apreço dali, pois era onde também encontravam seu lugar no mundo e contavam com uma rede de solidariedade muito forte entre eles, com pequenas, mas significativas formas de manifestação de apoio e cuidado tão necessários para a sobrevivência de suas famílias. E nesse sentido, como ressalta Torossian e Rivero (2010), os sujeitos nos contextos de vulnerabilidades sociais se apresentam como potenciais agentes de transformação.

A violência historicamente sempre foi vista como uma característica do lugar, uma identidade que foi amplamente difundida pela mídia local, que focava principalmente notícias

que alimentavam as páginas policiais e os programas sensacionalistas da TV. Contudo, a vivência cotidiana na comunidade foi mostrando outras perspectivas, não exatamente contrária à de que não existia violência por lá, porque havia sim relações de violência doméstica, relações de opressão de grupos ligados ao tráfico, privilégios machistas. Contudo, havia algo na raiz das violências praticadas, para além dos seus efeitos e conseqüências imediatas, algo em torno de uma repetição e condenação prévia dos sujeitos marcados por uma identidade forjada e estigmatizada difícil de desconstruir, seja pela naturalidade com que eram reproduzidas as situações de opressão; seja pela banalização com que eram tratadas suas vidas, e que anunciava fortemente as relações de poder desiguais – veladas e não tão veladas assim – construídas em torno daquela população.

A presença da polícia no lugar era motivo de apreensão e nervosismo e gerava uma sensação de perigo iminente, como a de tiroteios ou confusões com os moradores. Como ressalta Wacquant (2012),

A penalização da pobreza emergiu como um elemento central da implementação doméstica e da difusão através das fronteiras do projeto neoliberal, do “punho de ferro” do Estado penal, unido à “mão invisível” do mercado, ambas em conjunção com o esgarçamento da rede de seguridade social (Wacquant, 2012, p. 506).

A exaltação das políticas de segurança perpassa pela presença da polícia nas periferias, com uma das extensões do braço penal do Estado, que retroalimenta o discurso de segurança através de um controle manipulativo sobre a população. Não me recordo de nenhuma lembrança positiva ou contrária a essa em relação à presença da polícia que remetesse a segurança ou proteção. Uma das situações que vivenciei trouxe um pouco da experiência de fazer parte daquele lugar, como mais um sujeito que carrega a identidade de ‘suspeito’, ‘criminoso’ ou ‘cúmplice’. Como de praxe, realizava diversos atendimentos nas ruas e calçadas do bairro, alguns agendados, outros de forma espontânea conforme caminhava por

ali. Nessa situação específica, estava em um atendimento domiciliar conversando na calçada em frente à casa da família quando escutamos barulhos de pessoas andando no telhado. Com isso interrompemos a conversa para saber o que estava acontecendo e averiguar o que se passava por ali. Um grupo de policiais armados com fuzis rondava as casas da vizinhança à procura de alguém. Preocupado com a situação, fui até um dos policiais para entender o que havia acontecido. Fui imediatamente abordado por um policial que levantou minha camiseta – provavelmente para olhar se havia alguma arma na minha cintura – e balbuciou algo que não compreendi. Aquela atitude pareceu-me invasiva e desnecessária, uma vez que eu estava uniformizado identificando meu local de trabalho e também porque nunca havia sido abordado daquela forma por policiais em outros lugares que frequentava. Mas percebi, naquele momento, que ali me tornava apenas mais “um” deles. Perguntei novamente do que se tratava e fui novamente coagido pelo policial que de forma ríspida e autoritária perguntou se sabia do paradeiro do suspeito que procuravam. Respondi que não e logo o policial continuou sua busca. Com isso, finalizei o atendimento com a mulher – uma interrupção forçada pela situação, pois ela foi verificar se havia quebrado algo na casa (telha ou móveis).

Continuei meu percurso pelo bairro e no caminho fui novamente abordado pela polícia, mas dessa vez eles estavam de carro e pararam ao meu lado, impedindo minha passagem. De forma direta e hostil, um deles perguntou quem eu era e o que fazia por ali. Naquele momento me apresentei como psicólogo e que estava realizando atendimentos a uma família, indicando a residência da mãe. Houve, então, uma mudança no comportamento deles. Um dos policiais fez uma brincadeira perguntando se era realmente um psicólogo formado e se eu os achava ‘loucos’. Respondi de forma irônica que se portavam armas deveriam ter passado por alguma avaliação psicológica, no mínimo, o que gerou risadas entre eles, mas apreensão da minha parte pela resposta que saiu espontaneamente sem muito pensar e que poderia se voltar contra mim. Para minha sorte, o grupo ignorou a brincadeira e continuou sua

busca. Pouco mais adiante, esse mesmo grupo de policiais se encontrou com outro, que estava acompanhado de uma equipe da imprensa televisiva local. Essa, registrava e dirigia a ação dos policiais, que encenavam e repetiam a invasão no quintal da casa onde apreenderam o rapaz suspeito, forjando uma cena, que provavelmente iria para o ar em algum programa sensacionalista. A casa que filmavam não tinha muros e pertencia a uma senhora idosa que estava bastante incomodada com a presença e o teatro dos policiais no quintal de sua residência. A noite acompanhei pela TV a reportagem completa e toda a trama forjada pela imprensa, que transmitiu a ideia de que sua equipe estava correndo atrás dos policiais e acompanharam a “hora exata” da apreensão do suspeito. Além dessa farsa, com muito entusiasmo, o apresentador teceu muitos comentários ofensivos contra a senhora, acusando a mulher de ser conivente com o “bandido” e de “atrapalhar” a ação policial, incitando a opinião pública a acreditar em uma versão fictícia da história.

Outro exemplo dessa tensa relação entre comunidade e policiais, que reforça o controle sobre a população, aconteceu em um evento festivo no bairro. Tratava-se de uma ação voltada para o Dia das Crianças, com algumas ruas preparadas e produzidas para uma tarde recreativa com brincadeiras populares de rua, como bola queimada, bets, esconde-esconde, cirandas etc. Novamente em busca de um suspeito, a polícia rondava o bairro com o carro entrando de forma acelerada e perigosa no meio das atividades. As pessoas, incluindo as crianças e idosos, eram obrigadas a sair às pressas para se protegerem. O jovem que procuravam foi avistado no meio da multidão e foi abordado pela polícia. Alegando inocência, o rapaz se recusou a acompanhá-los e saiu correndo pela calçada. Nesse momento os policiais lançaram uma série de disparos de arma de fogo na direção em que o rapaz corria, sem a menor preocupação com o público à sua volta. Muitos gritavam para que os policiais não atirassem daquela forma. No tumulto, ouviam-se muitos xingamentos contra a polícia, que revidava com mais tiros.

Era muito comum ouvir das próprias crianças a raiva e o desejo de vingança, fosse pelas ações de truculência e confusão causada pela polícia no bairro; fosse pelas formas como eram tratados. A violência, nesse sentido, era subjetivada desde muito cedo e desencadeava o ciclo que se repetia entre “bandidos” *versus* “policiais”. Como aponta Gomes (2017), “a gestão da violência no espaço urbano tem manifestado um comportamento territorial”, pois incide, sobretudo, em áreas de população pobre. No entanto, a territorialidade da violência expressa uma eficiência multi-escalar ou macro estrutural:

O desafio em compreender arranjos espaciais violentos compostos por formas de vidas precárias, não está somente na localização de processos históricos sobre a pobreza no Brasil, mas na geograficidade complexa de sua continuidade. Se há um território com fronteiras bastante previsíveis, sua previsibilidade pode ser resultante de um esforço multi-escalar (Gomes, 2017, p. 57).

Assim, além da violência incitada pela relação com a polícia, havia também outra reproduzida pela guerra interna entre os grupos do tráfico local. Como já exposto anteriormente, o bairro era popularmente dividido entre “ruas de cima e ruas de baixo”. Havia três grupos de tráfico no bairro, sendo dois deles chefiados por mulheres. O único grupo que não era chefiado por mulher, era neutro em relação à confusão. As outras duas estabeleciam um duelo interno havia bastante tempo. Havia muitos interesses envolvidos: dominância, sentimento de vingança por familiares ou amigos mortos durante os conflitos, provocações e ameaças de ambas as partes.

O combate entre os grupos era geralmente anunciado para que os demais moradores pudessem se proteger e aconteciam, em sua maioria, no período da noite ou nos finais de semana. Dificilmente acontecia durante o dia e no meio da semana porque muitos dos envolvidos também trabalhavam em empregos formais. Além disso, outra questão levada em consideração era o fato de que nos horários comerciais funcionavam os serviços como

creches, escola, UBS, SCFV, com grande circulação de pessoas, moradores ou trabalhadores(as) desses locais. Em raras exceções, a confusão se dava nesses horários. Em uma dessas exceções, por conta de um tiro disparado em direção à escola, feito por um adolescente, foi convocada uma reunião entre os serviços locais e as lideranças dos dois grupos. Na conversa foi exposta a sensação de insegurança gerada entre os trabalhadores, mas, principalmente entre as crianças, o que foi rapidamente resolvido pelas lideranças reafirmando o acordo de não haver mais esse tipo de confusão no horário das atividades escolares. A outra ocasião aconteceu em um dia de visitas. No caminho para o atendimento avistei um grupo de mulheres e crianças conversando sentadas à beira da calçada. Nesse grupo estava inclusive uma das senhoras com quem iria conversar no dia. Tratava-se da matriarca do tráfico da “rua de cima”. Ao me aproximar da roda, ouvimos muito barulho de tiros que pareciam vir em nossa direção e prontamente todos ali saíram correndo para dentro da casa de uma vizinha, que estava com o portão aberto. Lembro apenas de ouvir gritos para entrar na casa também. Dentro da casa começamos a conversar sobre o episódio. As mulheres explicavam que se tratava de provocações que anunciavam que haveria um novo embate. Elas contaram histórias dessa guerra e dos conflitos que terminaram na morte de muitos amigos e parentes. Conte que sentia uma sensação de fragilidade, impotência e insegurança frente às situações de troca de tiros entre eles, pois era uma rivalidade que tirava a vida de seus familiares de forma cruel e bárbara.

Nessa batalha interna houve muitas vítimas fatais ao longo de sua história. Pequenas provocações eram suficientes para iniciar e reacender a raiva entre eles. Os grupos estavam sendo formados cada vez mais por jovens e adolescentes. Os meninos iniciavam sua vida no crime e no tráfico muito cedo, por motivos e razões variadas. Alguns deles demonstravam certa idolatria pelos “patrões” que comandavam as ações no bairro, almejando ter, em certa medida, o mesmo reconhecimento no futuro.

Outras pessoas iniciavam pelo desejo de vingança de um ente querido que fora preso ou morto e também havia aqueles que pelas necessidades financeiras da família acabavam se envolvendo. Cada grupo contava histórias de seus feitos e de seus líderes, transformados em heróis e lendas. Suas biografias eram narradas, sobretudo, pela forma como “cuidavam” do lugar e das pessoas por meio da ajuda financeira e proteção aos moradores e pelas benfeitorias que praticavam na comunidade. Essas histórias eram admiradas pelas crianças e pelos mais jovens.

Podemos compreender o quanto o anseio heróico pode ter um lugar de destaque, pois é o herói que representa, de maneira bem clara, a luta entre o reconhecimento do desejo e o desejo de reconhecimento. Para Araújo (2001), o heroísmo não está estritamente relacionado ao modo de vida “ego-centrado”, há outras maneiras de buscar o reconhecimento através de opções de vida consideradas altruísta sendo mártir, revolucionário, protetor de uma comunidade (Faria & Barros, 2011, p. 540).

Uma das razões para a entrada precoce dos jovens no crime ou tráfico era que a maioria dos homens adultos estavam presos ou foram assassinados. A substituição do(a) líder acontecia de forma rápida. Não havia muitos ritos de passagem que demarcassem a entrada no crime. Mas, havia certo prestígio e status entre eles ao fazer parte desse universo. Outras práticas também colocavam os meninos mais novos em outro nível, como por exemplo, o uso de alguma substância psicoativa (bebida alcoólica, maconha, cocaína etc.); passagens pelo CREAS II (Centro de Referência Especial de Assistência Social) por algum ato infracional ou em conflito com a lei; passagens pelo CENSE (Centro de Socioeducação) onde adolescentes apreendidos são levados enquanto aguardam pela decisão da justiça ou para cumprir medida socioeducativa em meio fechado; ter iniciado a vida sexual e perdido a virgindade.

Nesse período em que convivi na comunidade, acompanhei também muitos velórios de famílias que perderam seus filhos, bastante jovens, todos mortos a tiro, fosse pela polícia

ou por conta desse conflito interno. Essa realidade se soma aos crescentes dados estatísticos que apontam o número expressivo de mortes de jovens negros de periferia no Brasil e que permeiam a faceta necropolítica, apontada por Mbembe (2016), em que as garantias de sobrevivência dos negros são extremamente frágeis ou quase inexistentes. Na periferia e com a entrada no crime, o viver para o jovem parecia se resumir a escapar das situações e das circunstâncias em que a morte rondava não como uma ameaça, mas como uma imposição.

A associação pobreza-racismo-violência era marcadamente reproduzida em muitas histórias na comunidade, de forma intergeracional, representando, em certa medida, tamanha complexidade imposta na condição de subcidadania. Em muitos casos era explícito como essa associação atravessava a vida das pessoas, e era cerceada pela necropolítica.

A seguir são apresentadas algumas situações que expõem exemplos da complexidade que permeia como Souza (2013, 2107), o *habitus* precário, num contexto em que condições materiais objetivas, subjetivas, culturais e sociais aparecem de modo bastante precário ou quase inexistente.

Um deles, em particular, envolvia uma família tradicional do lugar, que morava no bairro desde sua fundação. A matriarca da família, hoje já idosa, residia com dois de seus seis filhos (três homens e três mulheres). Seu marido era envolvido com o tráfico e foi morto em um acerto de contas, quando os filhos ainda eram pequenos. Desde então, a matriarca teve que encontrar meios de sobreviver por meio de diárias de limpeza para garantir o mínimo aos seus filhos. As crianças, na época, passavam o dia inteiro sozinhas enquanto a mãe saía para o trabalho e, em muitas ocasiões, elas saíam para o centro da cidade para mendicância. Atualmente, a mãe (sobre)vive com benefício socioassistencial e cuida dos dois filhos adultos que possuem diagnóstico de esquizofrenia severa. Os outros filhos vivem em outras casas, mas no mesmo bairro.

A filha mais velha morava ao lado da mãe, na casa vizinha. Ela tinha quatro filhos, todos de pais diferentes. Sua filha mais velha era uma adolescente, mas já estava casada e gestava uma menina. Seu segundo filho, também adolescente, de aproximadamente 15 anos – na época em que o conheci –, estava bastante envolvido com o tráfico. Ele cumpria medida socioeducativa em meio fechado havia algum tempo, então, a princípio o conhecia apenas por ouvir falar de sua história. Ele havia sido adotado por uma vizinha e amiga da família, que cuidou dele desde bebê. Ele reconhecia como mãe apenas a senhora que o adotou mas sabia de toda história. Ele chamava mãe biológica apenas pelo nome. Na época, a mãe, que tinha apenas 17 anos, tomou a decisão de doar o filho para a vizinha, pois já tinha a menina e estava grávida de mais um. O terceiro filho era o que mais dava trabalho para a mãe. Ela dispndia a maior parte dos cuidados e atenção para este garoto, pois ele aprontava muito no bairro e fora dali. Ele, assim como o irmão mais velho, já havia passado pelo CENSE e era atendido pelo CAPS i (Centro de Atenção Psicossocial Infantil). O filho mais novo era mais tranquilo e não exigia muito da mãe.

A mãe tinha envolvimento indireto com o tráfico, pois deixou de ser uma liderança direta após o nascimento dos filhos e principalmente pela exigência de cuidado que o terceiro filho demandava. Mas, ainda era notória sua influência nas “ruas de baixo”. Na primeira ocasião em que tivemos contato, a mãe me abordou na calçada, firmemente de mãos dadas com o terceiro filho, e solicitou que, da mesma forma como o psicólogo anterior, a quem confiava o cuidado do filho, mantivesse-o em segurança até o final da manhã, pois ele havia acabado de sair do CENSE, onde cumpriu uma medida socioeducativa por enfrentar a polícia em uma batida rotineira no bairro. Ela expôs brevemente e de forma nervosa sua preocupação, pois o garoto havia sido jurado de morte por desrespeitar uma das regras e limites impostos pelo grupo da “rua de baixo” no interior do bairro.

Por meio das práticas discursivas (Spink & Medrado, 2013) podemos compreender como circulam os tipos de normatividades presentes nas sociabilidades, dos fenômenos sociais que são naturalizados e instituídos. Por exemplo, algumas regras e limites que eram comuns aos grupos da “rua de cima” e da “rua de baixo”: a segurança e o respeito para com as famílias que não tinham envolvimento direto com o tráfico; o respeito pelos trabalhadores da educação e da saúde que atendiam a comunidade; não cometer práticas de roubo e assaltos dentro da comunidade ou qualquer ato que pudesse envolver intervenção policial no lugar; não violar sexualmente as jovens e mulheres; não destruir os espaços públicos; se ligados ao tráfico, não permanecer nas “ruas” do rival – essas normas eram estabelecidas e de conhecimento de todos os moradores. Em caso de alguma infração, havia o risco de coerção e castigos severos, como a expulsão do bairro ou linchamento coletivo. No caso, a mãe não entrou em detalhes, mas pressupus que se tratava de ato grave e imprudente, segundo as regras acima estabelecidas. A impressão de risco era visível nos olhos do adolescente, que pediu para brincar de futebol e permanecer em local aberto. Nenhum outro adolescente do bairro se aproximou de nós durante o tempo que ficamos jogando bola. Seus olhos corriam tanto para a bola quanto para qualquer movimento na rua, fosse de carro ou de pessoas. Por vezes, isso o atrapalhou e desconcentrou na brincadeira, tomando uma série de gols simples, que eu tentava atenuar com algum gracejo incentivando-o a prestar atenção no que fazíamos. Óbvio que o mais importante naquele momento era preservar-se de qualquer atentado, o que na minha cabeça era difícil compreender, pois se tratava de um adolescente com sorriso fácil e inocente. No final da manhã, a mãe veio a nosso encontro e agradeceu o fato de o filho parecer feliz. Ele contava entusiasmado os gols que havia feito e as jogadas que concluiu contra mim. A mãe acreditava que o filho tinha algum problema mental e estava buscando conseguir algum laudo médico para aposentá-lo por ‘invalidez’ e receber com isso um benefício socioassistencial. Foi então que contou melhor a história do garoto. Disse que ele já

havia passado pelo CENSE outras vezes e que era atendido pelo CAPS i há bastante tempo. Esse último havia prescrito medicação controlada, pois havia suspeita de TDAH. Contraditoriamente, mas de forma bastante compreensível, a mãe expôs que preferia ver o filho preso no CENSE do que livre no bairro, pois pelo menos não correria risco de sofrer uma ameaça ou ser morto. A mãe disse também que ela mesma precisava de um tratamento psiquiátrico, porém não tinha condições de fazer por conta do filho. Contou que já havia sido internada em hospital psiquiátrico, mas a experiência fora bastante negativa. Disse que no hospital recebeu tratamento muito ruim e era constantemente ‘dopada’ com medicações que a faziam dormir. Contou que fez várias queixas à equipe sobre essa questão; entretanto, nunca fora escutada. Diante da situação, relatou que fugiu da internação pulando os muros da instituição. Depois disso, comentou que passou a frequentar apenas o CAPS III quando tinha alguma crise, principalmente quando se tratava de algum ataque de medo, pânico e/ou ansiedade. Disse que também fazia uso de medicação controlada e contou que em dias de muitas peraltices do filho acabava dando um ou outro comprimido de sua medicação escondido, como forma de acalmá-lo e fazê-lo dormir.

Ela dizia ter um carinho muito grande por esse filho, mas a preocupação com ele lhe causava constantemente muito estresse, nervosismo e irritação, aumentando seu quadro de ansiedade e sensação de medo e pânico. Alguns meses depois desse primeiro contato, o adolescente voltou a cometer infração no bairro, e sofreu uma surra coletiva por parte do grupo do tráfico, que o deixou bastante machucado. A mãe presenciou o castigo e nada pôde fazer, pois, o filho havia transgredido os limites contra um dos chefes da “rua de baixo”. Além da surra, o castigo se estendeu a uma limitação espacial e o garoto só poderia permanecer brincando na rua em frente à sua casa. Só estava permitido andar fora dali acompanhado de sua mãe ou caso necessitasse sair do bairro em dias de acompanhamento no CAPS i, por exemplo. Algum tempo depois, o castigo foi suspenso, mas sob advertência. O adolescente se

envolveu com um grupo de adolescentes do bairro, pouco mais velhos que ele, e começou a fazer uso de bebida e experimentar outras drogas. Além disso, passou a cometer pequenos assaltos fora do bairro. O garoto sempre caminhou nas fronteiras e nos limites das leis, fossem elas externas ou internas à comunidade. As pressões externas aumentavam cada vez mais. Já era uma carta marcada entre os policiais, que o reconheciam de longe, assim como internamente, era sempre o primeiro suspeito das traquinagens no bairro, sendo acusado e apontado por muitos moradores. Foram feitas inúmeras tentativas pela família e pela rede de serviços para preservar a segurança do garoto, que a essa altura já havia abandonado a escola e estava decidido a entrar de vez no mundo do crime. Gomes (2017) ressalta que “compreender a eficácia contemporânea de um processo complexo de manutenção/produção de corpos violentados, a ponto de morte, exige atenção às múltiplas formas de dominação, destituindo-se de qualquer imaginário de um único vetor despótico” (p.53). O necropoder fica bastante demarcado na história não apenas dessa família, como de outras na comunidade.

Em um fim de tarde e começo da noite; um carro insulfilmado (de vidros com insulfim) e sem placa, cheio de homens armados, passou atirando em direção a um grupo de adolescentes, no local em que o garoto costumava ficar. Contudo, os atiradores confundiram e acertaram seu irmão mais novo, que não tinha nenhum envolvimento. Sua fisionomia lembrava bastante o irmão mais velho. A criança não resistiu e morreu no local, para desespero da mãe, que chegou para ajudá-lo, mas nada pôde fazer. A comunidade se revoltou com a situação, pois se tratava de uma criança inocente que estava entrando para a adolescência, além de ser muito querida pelos moradores. Havia muitos suspeitos do crime, que poderia ter sido praticado pela polícia que ficava à paisana ou por algum acerto de contas de grupos externos ou do próprio bairro. O assassinato nunca foi solucionado, mas provocou por um bom tempo um clima de revolta e insegurança na comunidade.

Tempos depois, o terceiro filho, após completar a maioridade, foi morto pela polícia em uma perseguição a carro. Foi noticiado na época pela imprensa que se tratava de uma tentativa de roubo de caminhonete e que houve troca de tiros com a polícia.

A filha caçula da matriarca também passou por acompanhamento durante algum tempo. Ela possuía dois filhos, uma menina de sete anos e um menino de dez. De início, sua queixa era em relação ao comportamento do filho, que segundo ela era muito nervoso e agressivo. Ele estava começando a dar trabalho na escola e se envolvia constantemente em alguma briga com colegas na comunidade. Ela disse que estava bastante estressada, nervosa e ansiosa com isso e que já havia tentado de tudo, inclusive castigos e palmadas. A mãe cuidava sozinha das duas crianças desde que o marido fora preso. Uma das razões da mudança de comportamento do filho, segundo a mãe, era que ele estava começando a compreender os motivos da prisão do pai. A admiração que o garoto tinha pelo pai começou a estremecer, pois ele via-o como herói até então. A mãe não conversava ou falava sobre o envolvimento da família com o crime, mas percebia que conforme os filhos cresciam ficava cada vez mais difícil protegê-los dos fatos. O pai era uma das lideranças da “rua de baixo” e havia sido preso por envolvimento com o tráfico e por trocar de tiros com a polícia. Na época, os filhos eram muito pequenos e não guardaram nenhuma lembrança do ocorrido. Desde então, as crianças tinham contato com o pai apenas na prisão, nos dias reservados para visita familiar.

Em um dado atendimento, a mãe pediu para que a conversa fosse feita no interior de sua casa, pois gostaria de contar algumas coisas que não era possível dizer em um espaço público. Diante da situação, combinamos o dia e horário. Na conversa a mãe expôs a história do marido e seu envolvimento com o tráfico e com outros crimes. Ela contou que ele estava preso havia bastante tempo e que ainda permaneceria lá por um longo período; disse que mantinha contato diário com o marido por telefone celular, pois na prisão alguns detentos têm acesso ao aparelho celular de forma clandestina. Desde que o marido fora preso ela tinha se

tornado seu porta-voz na comunidade e era quem cuidava dos negócios e das tratativas no bairro. Contudo, disse que não era exatamente sobre isso que gostaria de falar pessoalmente nem sobre o comportamento do filho, mas que o real motivo da conversa era outro. Disse que estava passando por uma crise a ponto de cometer alguma loucura, mencionou que estava passando por uma situação muito difícil. Neste momento, ela começou a chorar e a tremer compulsivamente. Contou que o motivo de todo seu estresse e nervosismo era devido a um incômodo do qual não sabia nominar. Disse que estava angustiada e bastante chateada com a amiga e vizinha – líder matriarca das “ruas de baixo” –, após ela ter recebido em sua casa havia algumas semanas o homem que havia assassinado seu pai.

A mãe contou que, ao ver o homem entrando na casa da amiga, de súbito teve um misto de sentimentos como medo, desespero, angústia, raiva, vingança, ódio, impotência, saudade, desconfiança, traição, tudo ao mesmo tempo. Desde então, a ansiedade tomou conta do seu corpo, levando a uma séria de conflitos com os filhos, como perda de paciência e discussões diárias; ela passou a se isolar da vizinhança e tratar as pessoas com rispidez. Além disso, vinha tendo muita insônia, falta de apetite e perda de memória recente. Ela contou que as lembranças de seu pai vinham de uma infância muito difícil, mas que guardava memórias do seu jeito carinhoso, principalmente com ela, que era a caçula da família. Disse que sabia que o pai na época também exercia forte liderança no tráfico e que foi morto em um acerto de contas. Relatou que o pai fora assassinado quando ela era ainda uma criança, mas que nunca se esqueceu da cena do crime por ter sido em frente à sua residência na época; muito menos se esqueceu do rosto do assassino, que morava em um bairro próximo da comunidade. Disse que na época as coisas se abrandaram porque o rapaz deixou de frequentar o lugar.

Embora ela soubesse dos acordos que aconteciam entre as facções vizinhas, considerava uma traição da amiga, que inclusive sabia de toda a história. Desde o ocorrido estavam sem se falar, e a mãe sabia que esse distanciamento afetaria não apenas a relação

entre elas, mas, também a organização como um todo. Disse que nunca havia passado por algo parecido, que a tivesse desequilibrado tanto. Contou que estava fragilizada emocionalmente e não estava sabendo lidar com toda revolta (re)vivida em seu coração. Lembrou que depois da morte do pai ela e os irmãos passaram a pedir dinheiro na rua e eram constantemente humilhados pelas pessoas ou sofriam ameaças com o Conselho Tutelar. Disse que começou a inalar cola junto com os irmãos para esquecer a fome. Contou também que muitas noites acabavam dormindo no centro da cidade no local em que faziam uso do entorpecente, junto com outras crianças, nos anos de 1990. Disse que sempre nutriu sentimento de vingança e desejo de matar o rapaz, mas nunca levou a cabo. Ela era a única dos irmãos que mantinha relações diretas com o tráfico devido ao marido; seus irmãos tiveram algum envolvimento, mas abandonaram depois de certo tempo.

Pouco tempo depois, encontrou uma forma de atenuar a situação e passou a morar na casa da sogra, em outra rua, para evitar o convívio direto com a vizinha e com a possibilidade de encontro com o assassino de seu pai. Contudo, nesse período também explodiram diversas ameaças de um possível confronto com a turma da “rua de cima” e havia necessidade urgente de articulação interna e reaproximação com seu grupo. Embora os grupos fossem rivais no bairro, eles respondiam à mesma facção nacional do crime organizado. Um dos agentes dessa facção estava para vir à comunidade com o objetivo de mediar a situação e por fim ao conflito entre eles, que já se arrastava por longa data e havia matado muitas pessoas no bairro.

Em meio às negociações, que já duravam cerca de uma semana, a mãe teve uma crise que a levou a perder a consciência e, posteriormente, a fala e os movimentos do corpo. Ela passou a receber cuidados de amigos e familiares e foi retirada das tratativas. Dois dias após o ocorrido fui chamado até a casa em que ela estava, pois a mãe não reagia a nada, comia e fazia suas necessidades com ajuda das pessoas. Ela permaneceu nesse estado por alguns dias. Aparentava grande exaustão, seu olhar era distante e sem brilho, parecia não reconhecer

ninguém à sua volta. Somente no segundo dia de visita a mãe esboçou uma tentativa de conversa e parecia um pouco mais forte, embora não recordasse de nada. Acompanhei a mãe e a família até o CAPS III; lá ela recebeu atendimento da psicóloga e da psiquiatra. Foi indicado tratamento medicamentoso e afastamento de qualquer situação de maior estresse. A família optou por não dizer nada sobre os fatos ocorridos na comunidade nem a situação que levou a mãe a ter essa crise. Durante todo o período em que a ela passou por tratamento foi respeitado o espaço de seu cuidado junto à família. O grupo da “rua de baixo” não recorreu a ela nesse tempo nem a envolveu no desenrolar do conflito, que terminou com a morte das duas pessoas que mais incitavam a briga, uma de cada lado. Ao retomar um pouco mais à consciência e relembrar dos fatos, com consentimento do marido a mãe decidiu mudar de cidade com os filhos. Contudo, passados alguns anos, ela e os filhos retornaram para a comunidade. Contrariada com a decisão de voltar e bastante preocupada, a mãe foi forçada a voltar, pois seu filho, já adolescente, estava determinado a vingar a morte do avô e se juntar à luta contra o grupo da “rua de cima”.

O outro filho da matriarca tinha envolvimento indireto com o tráfico. Por ser usuário abusivo e problemático de cocaína e crack, muitas vezes prestava serviços para o grupo em troca de uma pequena quantidade dessas drogas. Ele era casado, tinha três filhas pequenas e aguardava o nascimento da quarta. Ele havia sido preso em duas ocasiões como bode expiatório para encobrir situações e pessoas, cumprindo penas leves e sendo solto em seguida. Ele enfrentava o dilema do uso abusivo de drogas e bebida desde muito cedo, chegou a passar diversos dias em uso contínuo nos mocós do bairro. Sua esposa fazia várias tentativas para tirar o marido da situação, que prometia parar, mas logo voltava para os mocós. Boa parte das conversas que realizei com ele, foi justamente nesses lugares de uso, onde era possível encontrá-lo. Em uma das conversas, que ele chamava de “consulta”, lembrou que desde pequeno fazia uso de drogas. Lembrou que com a morte do pai, saía com as irmãs para o

centro da cidade e que em um ponto específico, ele e outras crianças cheiravam cola e fumavam cigarro. Dizia que cometia pequenos furtos, mas a maior parte era para comer ou levar comida para casa. Na adolescência começou a fazer uso de bebida e maconha, sempre de forma exagerada. Passou a fazer uso de cocaína e crack somente na fase adulta e se dizia viciado principalmente nesse último. Disse que tentou por diversas vezes parar com o uso, mas que conforme o tempo de abstinência, o retorno do uso era ainda mais problemático. O fácil acesso às drogas e a proximidades com colegas que faziam uso eram chamariz cotidiano. Ele era bastante querido na comunidade por ser comunicativo e brincalhão. Durante um bom período, mesmo com as constantes intervenções da família, esteve em situação de rua e passou a morar em um dos mocós. Ele dizia que estava conformado em ser um dependente e que não merecia a atenção da família. Próximo do nascimento de sua quarta filha, ele resolveu começar um tratamento no CAPS III e retornou para casa de sua mãe. Na primeira semana após o início do tratamento realizei uma visita e o encontrei debaixo da cama deitado no chão. Mal conseguia abrir os olhos e com certo esforço sentou-se para conversar comigo. Explicou que era o efeito do remédio, mas estava lúcido e acordado. Contou que o ‘tratamento’ fazia sentir muita sonolência, calor e não tinha coordenação motora para se levantar. Contou que foi avisado pelo médico que o efeito da medicação seria forte nos primeiros dias e que logo o corpo se habituaria. A família enxergava com bons olhos o ‘tratamento’, pois ao menos ele estava na casa da mãe e recebia cuidados de higiene e alimentação, além das visitas da esposa e das filhas em um local mais apropriado.

A precariedade das condições de subcidadania afeta os sujeitos nas mais variadas dimensões, e quando abordamos a questão da saúde mental nesse contexto, abre-se uma série de discussões acerca do olhar sobre o sofrimento mental, bem como do tratamento dado à população, que expõe a naturalização das desigualdades sociais também nesse âmbito. Além do caso dessa família, havia muitas outras pessoas no lugar que se apresentavam com

diagnósticos diversos como depressão, transtorno de ansiedade, esquizofrenia, bipolaridade, TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), TOD (Transtorno Opositor Desafiador) etc. Os diagnósticos eram encarados como uma resposta que os explicava e os definia, e não como um problema ou sofrimento a ser tratado e cuidado. Esses diagnósticos passavam a ser aceitos e até desejados, em muitos casos, como uma saída e alternativa frente à realidade em que viviam. A luta antimanicomial iniciada no Brasil com a Reforma da Assistência Psiquiátrica ainda nos anos de 1970 tinha como objetivo a reformulação dos modelos asilar e hospitalocêntrico de atenção aos sujeitos em sofrimento mental. Esses modelos eram marcados por práticas higienistas, eugenistas, medicalizantes, excludentes e patologizantes (Lüchmann & Rodrigues, 2007). A substituição por outro modelo de atenção psicossocial estabeleceu nova estrutura por meio da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e foram estabelecidos novos parâmetros para o tratamento em saúde mental. Contudo, ainda enfrentamos desafios no que tange à hegemonia ideológica, teórica, técnica e moral, que atravessa os discursos e as práticas de cuidado com a saúde mental. Em muitas situações, o sofrimento humano é tratado exclusivamente à luz de psicofármacos e dos diagnósticos neuropsiquiátricos que desconsideram a produção dos transtornos mentais, do adoecimento e do sofrimento como resultante de processo histórico e social.

A medicação é atualmente indicação prioritária das intervenções médico-psiquiátricas, associada a procedimentos diagnósticos descritivos, objetivados pelo discurso científico, bem como levando em consideração a socialização do discurso médico estabelecida pela mídia e as campanhas de marketing financiadas pela indústria farmacêutica, pode-se reconhecer em relevo o paradigma do discurso médico na produção de verdade acerca do sofrimento psíquico e de sua natureza (Guarido, 2007, p.154).

No atendimento familiar com a grande maioria dos moradores era fácil perceber como esse discurso hegemônico estava impregnado e vinha impondo um modo de vida apático, conformista e dependente para os sujeitos. Entre a população dessa comunidade, havia ao menos um membro da família que se apresentava com algum diagnóstico psicopatológico, desde as crianças aos idosos. Quando adulto e idoso percebia-se que o tratamento medicamentoso durava muitos anos, com progressivo aumento da dosagem com o passar do tempo. Havia um tratamento diferenciado em relação a essas pessoas por parte dos moradores, às vezes com compaixão; às vezes com condolência; às vezes com piadas e gozações a depender do diagnóstico que as definia. Os casos de depressão, bastante comuns entre as mulheres e idosos, eram vistos com mais cuidado. Já com relação aos esquizofrênicos, as pessoas eram taxadas depreciativamente, sendo, muitas vezes, motivo de chacotas.

Em um caso particular que acompanhava com maior frequência, todos na família apresentavam algum diagnóstico psiquiátrico e faziam uso de medicações controladas. Tratava-se de uma família composta pela avó, pai e um menino de dez anos. O garoto era taxado com TDAH e por questões de sua homossexualidade; o pai, classificado de louco, esquizofrênico e bipolar; e a avó, depressiva e ranzinza. A criança passava por avaliação no CAPS i (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) pela suspeita do TDAH. A queixa foi apresentada pela escola, que orientou a família a procurar um neuropediatra, pois a criança não se concentrava em sala de aula, falava demasiadamente e se envolvia em brigas constantemente. Seus pais estavam separados havia pouco tempo, mas moravam próximos um do outro. A separação não foi tranquila para o pai, que se queixava de ter sido traído, mas mesmo assim não queria o divórcio. A mãe, que tomou a iniciativa da separação, já estava em outro relacionamento, morando com o novo namorado. Ela tinha a guarda do garoto, mas ele vivia a maior parte do tempo na casa da avó. O pai ficava com a criança em finais de semana alternados. Havia um conflito grande entre a família, com acusações de agressão e maus tratos

de todos contra o menino. Tanto a mãe quanto o pai e a avó relatavam algum tipo de violência sofrida pelo garoto, que sempre aparecia com alguma marca ou machucado pelo corpo. A queixa da mãe para com a avó era que o garoto não podia brincar livremente; já a avó reclamava que a mãe era muito agressiva e dava mais atenção ao novo namorado do que ao filho. Em relação ao pai, o receio, tanto da ex-esposa quanto da sua mãe era a negligência referente aos cuidados com a alimentação e higiene da criança. O garoto ainda sofria com as gozações dos colegas pelo fato de o pai apresentar aquele quadro psiquiátrico e por já assumir, em certa medida, sua homoafetividade.

O pai e a avó eram tratados no CAPS III, de onde recebiam periodicamente suas medicações e muito esporadicamente algum atendimento clínico individual com o psiquiatra. A avó, que era bastante comunicativa, dizia que estava perdendo o gosto pela vida, contava que a sua depressão iniciou com morte do primeiro marido, com quem conviveu por muitos anos. Apesar de não ter nenhuma queixa do novo casamento, nunca se recuperou da perda do outro. Explicou que estava sendo medicada havia mais de dez anos, mas que diante da separação do filho e das recentes brigas na família, sua depressão tinha aumentado e passou a tomar outra medicação complementar para ansiedade. Percebia que sua fala ficara comprometida e arrastada após o novo tratamento e relatou lentidão no raciocínio, bem como aumento da sonolência durante o dia. Ela era bastante religiosa e se apegava às palavras da Bíblia para encontrar explicações para sua história de vida e aceitar o “fardo” que carregava.

Aos poucos, por intermédio da avó, fui me aproximando do pai e realizando algumas conversas. De início, o pai trazia exemplos cotidianos e de rotinas da casa. Dizia com frequência que recebia uma aposentadoria como forma de justificar que era responsável e capaz de cuidar do filho. Contava com bastante conhecimento e detalhes as propriedades e os componentes das medicações que tomava. Narrava inclusive sobre os efeitos e proporções em miligramas que deveria tomar de acordo com os sintomas que apresentasse no dia. Seu

discurso demonstrava que já havia passado anos em tratamento psiquiátrico, e de fato o recebia havia muito tempo, tanto que lhe era garantido o benefício socioassistencial BPC – Benefício de Prestação Continuada pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Perguntei em dado momento, para compreender sua história, quando começou a frequentar as clínicas psiquiátricas e por quê. Prontamente respondeu que ainda na infância havia sofrido abuso sexual e que isso mexeu com sua cabeça. Disse que foi ‘violado’ por um colega que o influenciou a fazer ‘coisas erradas’ escondido da mãe. O colega havia forçado uma masturbação. Na época, o caso foi parar na delegacia e ele passou a ser acompanhado por psiquiatras. Disse que ao tomar as medicações conforme prescrito não apresentava nenhum sintoma ou problema, embora não tivesse descrito quais eram. Havia uma sensação de que suas respostas pareciam prontas como se quisesse provar que seu quadro estava estabilizado. Passado um tempo de maior vínculo, o pai me procurou, pois não estava conseguindo receita médica para uma determinada medicação. Disse que precisava dela porque estava tendo algumas crises e sabia que o remédio poderia atenuá-las. Realizei o contato com o CAPS III e fui informado de que o pai havia sido atendido recentemente pelo psiquiatra e que ele havia negado nova receita. Foi explicado também que o pai tinha esse costume de automedicação e por vezes procurava o Hospital Dia (Serviço de Reabilitação Psicossocial e Funcional em Saúde Mental) concomitantemente para conseguir dupla receita de medicações. Na conversa com o pai, expliquei que havia ligado no CAPS III e expus as orientações feitas pelo serviço quanto à autoadministração da medicação. Pontuei também que um tratamento realizado apenas com uso de medicação não era suficiente para superação do trauma e do transtorno psicológico que desenvolveu, pois os remédios atuavam apenas nos sintomas fisiológicos e não naquilo que gerava seu sofrimento. Nesse momento, o pai começou a tecer uma série de críticas aos profissionais que já o atenderam. Contou que toda vez que começava a falar suas ideias nos atendimentos era interrompido com a justificativa de que estava tendo pensamentos

fantasiosos, fruto do “seu” transtorno, e logo era indicada uma nova receita ou dosagem de medicação. Disse que não sentia abertura para falar sobre suas questões e era, de certa forma, coagido e forçado a aceitar que o controle medicamentoso fosse suficiente para evitar tais pensamentos. Propus que conversássemos, então, sobre esses pensamentos de forma livre. O pai passou a recordar de situações específicas de sua infância e do abuso, a entrada na adolescência e na puberdade, o casamento e a separação, o desenvolvimento de comportamentos estereotipados e repetidos. Disse que estava contando pela primeira vez sua versão da história e que ele não era apenas um doente, como muitos diziam. Contou que sentia um misto de punição, pecado e culpa pelos pensamentos sexuais desde a adolescência e que ao tratar desses assuntos com familiares e colegas acabava sendo motivo de castigo, gozação ou acusado de perversão. Posteriormente realizei uma visita até sua casa para uma nova conversa. Na casa, me surpreendi com a quantidade de medicação espalhada por todos os cômodos, em cima dos móveis ou jogados no chão. Muitas caixinhas estavam com datas de validade vencida. Combinamos de recolher todas as medicações que não estavam previstas em sua última receita e as descartamos posteriormente. O pai contou que havia mais medicações no guarda-roupa e armários da cozinha, mas que recolheria em outro momento e as entregaria depois. Na comunidade, quase não tinha amigos e se limitava a frequentar a casa da mãe ou buscar o filho na escola esporadicamente. Relatava que percebia olhares maldosos ou receosos dos vizinhos quando passava em frente às casas deles e diante disso evitava contato visual com as pessoas.

Esses casos e outros vividos na comunidade retratam o descaso com a população e demonstram que a precarização se materializa em diversos âmbitos. A questão dos tratamentos ofertados nos CAPS, da infraestrutura precária desses serviços e a qualidade dos atendimentos ofertados têm transformado os sujeitos em meros produtos

consumidos/consumidores da indústria farmacêutica, condenados a vagar pelos lugares arrastando uma psicopatologia eternamente.

A precarização das condições de vida não diz respeito apenas ao empobrecimento material e de renda, mas se estende a todo um conjunto de situações e mecanismos que contribuem de alguma forma, para a exclusão dos sujeitos e que reforçam as relações de poder que dominam nossa sociedade.

## 5 RESISTÊNCIAS FRONTEIRIÇAS: O CAMINHO DAS PINGUELAS

Procurei neste trabalho dar visibilidade a pequenos recortes de histórias de comunidades periféricas e seus moradores a partir da minha trajetória profissional, em que o contato com a população em situação de vulnerabilidade social, durante esse tempo de atuação, permitiu apontar algumas situações que expõem as baixas condições de vida de muitas pessoas, que têm, de modo geral, convivido com a violência e com as violações de direitos em cotidianos que exprimem a questão histórica da subcidadania, da formação de um grande contingente de pessoas excluídas dos processos de cidadania que são obrigadas a (sobre)viver nessas fronteiras periféricas do sistema, sendo exploradas e oprimidas em todos os aspectos. Compartilho a inegável sensação de estar mergulhado nesse processo em uma angustiante, incômoda, e por vezes até impotente posição, diante de situações que, a princípio, aparentam ser um verdadeiro ‘caos’, uma realidade completamente desprovida e desassistida de atenção, na qual muitas pessoas são compelidas a lidar em seus cotidianos.

É significativo que se envolver direta e criticamente em luta contra as questões que contribuem efetivamente para as desigualdades e vulnerabilidades sociais presentes em nossa sociedade tem sido uma empreitada pouco valorizada ou, por assim dizer, menos atrativa entre os psicólogos(as). De acordo com Sawaia (2014, p.8), podemos afirmar que “na dimensão psicossocial, continuamos imersos no individualismo e aceitando os interesses do capital e o consumo como leis naturais evidentes”, pois participamos dos modos de organização social capitalista periférico, que classifica e hierarquiza posições e lugares no mundo, a partir de classes sociais, de níveis de *habitus* restritos e distintos. E, assim, entendo que a Psicologia, enquanto ciência, contribuiu hegemonicamente para esta dicotomização da relação indivíduo e sociedade ao produzir seu conhecimento pautado em questões exclusivamente internas dos sujeitos descontextualizando-os de sua dimensão histórica,

política e social, selecionando seu público e clientela, mantendo as pessoas acomodadas e adaptadas, em certa medida, às condições vigentes. A Psicologia, histórica e hegemonicamente, assistiu de longe as camadas mais populares e manteve, em boa parte, seu olhar individualizante na atenção às pessoas desses lugares. Desviando-se das questões políticas e socioestruturais reproduziu, mais ou menos, do mesmo modo as relações de poder e toda sua dinâmica na relação com o outro.

Por isso, ao trazer para este estudo exemplos por meio de pequenos recortes de história, mais do que retratar, descrever ou relatar casos, a intenção é demonstrar uma série de problemáticas em torno de nossa sociabilidade, que atravessa as subjetividades e afeta a vida de milhares de pessoas, que manifestam variados tipos de sofrimento. A atenção e intervenção exclusiva e encerrada no sujeito não resulta em uma mudança significativa em suas vidas, pois as causas que levam a determinadas perturbações, por assim dizer, são de outra ordem e estão enraizadas na estrutura política e social de nossa cultura. Nesse sentido, compreendo que a Psicologia encontra-se, da mesma maneira, atravessada por questões políticas, sociais e históricas, mas situando-se predominantemente em posições de privilégio conservando a ordem estabelecida e as relações de poder nela implicadas. Todavia, além de constatar esse fato (predomínio desta postura hegemônica), é preciso buscar meios de superá-lo encontrando novas formas de produzir conhecimento, trazendo para a reflexão outros olhares para as subjetividades e os processos de subjetivação dispostos na realidade concreta, da vida sendo vivida nos mais adversos lugares.

Dessa maneira, na América Latina, é possível afirmar que a Psicologia (ou uma parte dela) vem paralelamente assumindo cada vez mais o compromisso social de transformação da realidade, cujo cenário tem como pano de fundo as desigualdades sociais e a colonialidade do poder, como aponta Quijano (2010), participando paulatinamente dos cotidianos das

comunidades de periferia a partir da inserção de profissionais nas políticas públicas e na atenção primária da população.

Se por um lado temos uma maior entrada enquanto psicólogos(as) nas Políticas Públicas, e essa favorece o desenvolvimento de trabalhos junto à população mais pobre; por outro, ainda enfrentamos a dificuldade de muitos profissionais saberem lidar com as demandas desse lugar, naturalizando processos de exclusão social a partir de uma leitura superficial e dicotômica dos processos que envolvem as vulnerabilidades sociais e eximindo-se das discussões gritantes a respeito das desigualdades sociais. Tais dificuldades são reafirmadas, por exemplo, nas posturas verticais e hierarquizadas dos profissionais na relação com o outro, no uso de uma linguagem ininteligível, na reprodução dos modelos de atendimento clínico individual.

De fato, o Brasil apresenta, em 2012, avanços indiscutíveis em relação à diminuição do índice de analfabetismo, da miséria (aumento da capacidade de consumo da pobreza extrema), além de avanços na criação de estratégias para a inclusão e o atendimento universal à saúde, à assistência social e ao desenvolvimento da Arte. No entanto, tais mudanças não alteram a integração das estruturas de apropriação econômica e de dominação política segundo a lógica dos interesses do capital. As estatísticas otimistas coexistem com um dos mais altos índices mundiais de desigualdade social e com diferentes formas de violência contra a população pobre (indígenas, sem-terra, sem-teto) (Sawaia, 2014, p.8).

As necessidades perante a pobreza e a precarização das condições de vida, requer, sem dúvidas, ações de cunho prático e pontual, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e assistência social. Contudo, outra questão se apresenta nesse movimento tão imprescindível, que é a da conscientização.

Para Freire (1980), a conscientização implica que:

A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo (1980, p.26-27).

A conscientização, nesse sentido, refere-se às relações do sujeito com o mundo, envolve o constante movimento das ações com o meio que se vive e as intervenções na realidade concreta, com objetivo de mudar e transformar as relações de exploração, opressão e dominação. A Psicologia, em certa medida, desde sua origem, desempenhou um papel antagônico, servindo de mais uma ferramenta de governamentalidade capitalista gerando saberes para a domesticação e controle da população, como apontou Foucault (2010), e que contribuiu fortemente para a consolidação do atual modelo de sociedade capitalista e neoliberal, fortalecendo ideais de mercado e de competitividade em uma perspectiva exclusivamente econômica. A conscientização do ponto de vista crítico pretende alçar outro percurso, o da autonomia, emancipação e libertação político-ideológica da colonialidade do poder instaurado, que sustenta as estruturas sociais, as desigualdades e as injustiças presentes em nossa sociedade.

Assim, ao adentrar no contexto das subcidadanias e participar dos espaços micropolíticos de comunidades pobres e de periferia, fui atravessado por experiências que modificaram a forma de pensar e agir no mundo. A conscientização diz da relação entre a percepção e compreensão do que se passa na ordem da vida, da subjetividade, dos processos

de subjetivação em diálogo com o nosso fazer e, nesse sentido, me deparei com diferenças abissais que existem em torno dos modos de subjetivação e dos modos de naturalização das desigualdades que habitam em nossas relações (sociais), subjetivado nas formas mais microscópicas. Assim, quando afirmamos que existe uma arquitetura social delineada por uma subcidadania e fortemente protegida por um arsenal de justificativas, regras, controles, verdades, estigmas e práticas sociais que contribuem para a reprodução das desigualdades sociais é porque sua manutenção também é constituída da soma dessas formas microscópicas de naturalização, da qual fazemos parte e somos responsáveis.

Foram várias situações com que me deparei enquanto psicólogo comunitário com o verdadeiro “*não sei o que fazer com isso*”. E o “não saber” tinha muito mais a ver com a sensação do que com o agir, com a ação propriamente dita. O volume e a proporção de circunstâncias que incitam revoltas, indignações, raivas, ódios, fúrias, aversões e repulsa, e que estão densamente incorporadas nas dinâmicas e modos de subjetivação nas periferias, exigem, além das ações de cunho urgente e imediato, um posicionamento frente às situações de vulnerabilidade social que se desdobram da imposição da condição subcidadã, do confinamento em *habitus* precários, que cerceam, por assim dizer, os modos de subjetivação em processos de socialização a partir de uma lógica de violações e violências. Tais situações e circunstâncias foram, em certa medida, explanadas por meio das descrições dos lugares, dos relatos de casos e, sobretudo, da vivência cotidiana nesses lugares.

A apropriação e assimilação da realidade a partir desse ponto de vista, desses lugares, dessas experiências tornam a conscientização um exercício mais duro, complexo e revoltante. A partir disso, podemos afirmar que, seja na pesquisa ou no exercício profissional, a postura de neutralidade, omissão ou descaso deve ser colocada em cheque. A produção de sentidos (Spink, 2013) do qual contribuimos enquanto psicólogos(as) possui caráter político e ideológico, no qual os nossos conhecimentos são sempre situados (Haraway, 1988) e nossa

posição será da mudança ou da reprodução das relações de dominação, exploração, exclusão e opressão (Freire, 1980).

A violência, que atravessa toda a estrutura social, contribui para produzir modos de vida violentos, localizados sobretudo nas periferias e personificados nas figuras de inimigo, de bandido, de traficante, de pobre, de negro. Isso significa que nesses lugares existe maior número de barreiras a serem enfrentadas. Desde os exemplos do abuso de autoridade e da violência policial contra os moradores da periferia; dos casos de racismo, preconceitos e discriminações – velados ou explícitos – contra a população negra e pobre; até dos códigos de conduta do tráfico, que serviam a toda a comunidade, todas elas expõem um modelo de sociabilidade arbitrário, tirânico, coercitivo, exploratório e abusivo que exige ações de enfrentamento em um terreno perverso, inseguro e intimidador. Lidar com a ameaça de morte, ou com a morte por assassinato, ou com a morte por descaso, estão longe de ser situações das quais uma pessoa consegue sair ilesa ou sem qualquer dano, pelo contrário, as marcas e cicatrizes ficam registradas permanentemente no corpo de quem dela participa, direta ou indiretamente. Não se trata de qualificar ou moralizar as mortes, mas de abrir discussões em torno de uma governamentalidade que naturaliza e banaliza vidas a ponto de torná-las matáveis sem qualquer peso ou remorso. A vida de adolescentes e jovens negros na periferia sendo constantemente tiradas de forma brutal e desumana, seja de forma simbólica por meio da discriminação e do preconceito; seja de forma concreta por assassinato, parte desse aniquilamento sistemático e progressivo da necropolítica que se vive principalmente nas comunidades pobres, periferias do capitalismo. A mobilização ou comoção diante dessas situações acontece – sem o mesmo peso ou impacto de jovens brancos da classe média ou da elite – e é, sem dúvida, uma das cenas mais tristes e dolorosas de se presenciar e acompanhar. E nesses momentos, a sensação inevitável de impotência e desesperanças recai sobre nós. Contudo, em torno da governamentalidade necropolítica nas periferias, essa sensação de

impotência e desesperança entra estrategicamente na equação, como um dispositivo de controle. Como alerta Freire (1992), “como programa, a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo (Freire, 1992, p.5). O fenômeno da violência, como aponta Martin-Baró (2017), é produzido dentro das estruturas político-sociais injustas, racistas, elitistas e classistas com intencionalidade ardilosa. Ela (a violência) é dissolvida nos microlugares e nas micro-relações, muitas vezes, reduzida e personificada na figura de um inimigo, a quem direcionamos toda nossa indignação. Embora haja outros dispositivos por detrás dela, como o racismo, a luta de classes, o movimento de privatização, esses são invisibilizados. Uma das formas de acessá-los é por meio deste exercício de conscientização, não apenas do outro, daquele que sofre os efeitos como vítima, mas de todos nós como parte integrante dos movimentos de exclusão e segregação. A reflexão-ação no interior desses movimentos desemboca nos processos históricos do qual faz parte inclusive a produção deste ‘outro’ desprovido de direitos, que serve de mártir do sistema capitalista, formado pelos explorados, excluídos e oprimidos. “É por isso que, alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-las, contudo, dão um passo para superá-las desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão” (Freire, 1992, p.16).

Desta forma, a reflexão-ação da consciência-mundo nesses lugares corresponde, antes de mais nada, à produção de resistências fronteiriças de (sobre)vivência, que são constituídas por movimentos de luta pela vida e pela dignidade e não apenas pela superação das condições de precariedade. Com as diversas situações-limites vividas nas comunidades de periferia, se aprende constantemente, durante todo o processo, tanto a construir “pinguelas” quanto a caminhar por elas. Assim como no jogo da Capoeira Angola, se aprende no mesmo gingado a esquivar-se de um golpe preparando a própria defesa, o movimento de contra-golpe; também

nas ‘manhas’ se aprende a jogar na regra do “diz que diz”, do “faz que faz” (Freire, 2010) que pega rabeira na relação de forças, sem assumi-las nem tampouco negá-las; na soma de “milhares de pequenos gestos” de solidariedade, com modestas atitudes de cuidado e autocuidado, respeitando os limites pessoais que os encontros proporcionam (Leon Cedeño, 2015); nas intervenções criativas, pontuais, provisórias e espontâneas, que buscam de forma ágil e urgente, outras saídas, outros caminhos, do “inédito viável” (Freire, 1992, p.6), no “aqui e agora” das interanimações dialógicas. Muito do que foi possível contribuir nessa trajetória como psicólogo comunitário foi a partir de uma práxis de redução de danos. O caminho das pinguelas era feito a partir dos encontros e da negociação entre uma ou outra possibilidade que estivesse ao alcance, mas, que sobretudo, permitisse a abertura e o espaço para a conversação e diálogo, no qual pudéssemos, principalmente, sair de um terreno estéril da desesperança para outro mais prolífico de potencialização.

A existência de ‘milagres humanos’, como apontou Sawaia (2009), acontece e se faz a partir de encontros que buscam, por meio da potencialização, gerar formas de vida melhores e mais dignas, especialmente, quando se reconhecem as potencialidades coexistindo com situações em que a incapacidade, inabilidade, demérito, descrédito são proclamadas e exaltadas e, sobretudo, a esperança é colocada em xeque. Nesse ponto, é fundamental conceber a esperança como uma necessidade ontológica, como apontou Freire (1992), pois ela, além de historicizar o meio no qual as subjetividades são construídas, situa também a luta por condições dignas de vida e que fortalece o desejo por mudanças na realidade. Segundo o autor, a esperança e a conscientização são ancoradas principalmente na utopia de um mundo melhor.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de

anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é um anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá (Freire, 1980, p.27-28).

Portanto, da mesma maneira, podemos afirmar que a transformação social depende dessa utopia que denuncia as relações de dominação, opressão e exploração e ao mesmo tempo anuncia um futuro mais justo e digno a ser construído coletivamente.

Enrique Dussel, filósofo argentino e um dos maiores expoentes da Filosofia da Libertação, propôs uma Ética da Libertação (2002), que assinalou como uma utopia possível, na qual resgata a vida negada das vítimas dos sistemas de opressão reconhecendo a alteridade do outro no seu sofrimento em não poder viver e confere a importância e seu reconhecimento em condições dignas de paridade nos processos de comunicação na projeção de um futuro (Caselas, 2009).

A Ética da Libertação assenta na negatividade das vítimas, isto é, no fato de lhes ser negada a existência como forma de vida. O sistema estabelecido afirma os valores dos poderosos para a definição de uma boa vida, deixando aos pobres uma negação de vida. Ora, o sofrimento das vítimas representa a negação da sua corporeidade (Leiblichkeit). O que é uma vítima? É alguém afetado na sua sensibilidade, um ser vulnerável, mas, sobretudo aquele a quem é negada a vida. Exemplo disso são as

situações-limite que relegam o ser humano para condições pouco dignas ou processos assimétricos de dominação sobre as mulheres, raças discriminadas, culturas indígenas asfixiadas, processos pedagógicos de opressão, maiorias em situação de não-direito, periferia do mundo colonial, guerras “sujas” etc., provocando situações de exceção que produzem a vítima (o implicado-excluído de toda a discussão). A vítima está, assim, em um plano de afastamento relativamente ao sistema hegemônico; ela é o Outro oprimido que identificamos de três modos: 1) como oprimido; 2) como excluído (deverá ter consciência desse fato); 3) os que não sendo diretamente dominados são materialmente vítimas (o pobre, as massas marginais urbanas).

Nessa medida, impõe-se uma relação entre a sensibilidade e a alteridade com vista ao reconhecimento do Outro.

Em ambos olhares, a utopia deve ser compreendida como projeto de futuro a ser construído coletivamente, mas, que reconheça as dimensões históricas e sociais que fundamentam os processos de exclusão social e que anunciem formas de sociabilidades mais dignas e justas para todos. Desse modo, a co-criação desse futuro, que se faz no presente, estabelece que nosso compromisso esteja do lado e ao lado dos oprimidos, atuando de forma a romper com o instituído das relações de exclusão, colocando em xeque, principalmente, os discursos dominantes que julgam falar em nome do outro e que oferecem respostas prontas formuladas à distância.

Sendo assim, quando pensamos em contribuir com a transformação da realidade, temos que considerar mudanças concretas nas condições de vida das pessoas, assim como também na ruptura com o fatalismo compelido pelo processo de naturalização das desigualdades sociais e pela ideologia dominante que impõe modos de vidas, além da quebra dos muros visíveis e invisíveis dos *habitus* submetidos às diferentes classes sociais e às distâncias simbólicas que separam o eu do outro, incorporadas por nós ao longo da vida. Tais

mudanças só podem ser movidas a partir da práxis e dos sentidos que produzimos em torno de nossas ações; ao refletir sobre as atitudes pessoais e coletivas, em todos os âmbitos e nos mais diferentes contextos. Por isso, reconhecer(-se) nos encontros, desenvolvendo potencialidades que possam contribuir para a produção de outros sentidos.

Ao longo da experiência nas comunidades, o andar pelo bairro e conversar espontaneamente com as pessoas nas ruas, nas calçadas, debaixo de uma sombra de árvore, permitiu promover diálogos e discussões dos mais variados temas e situações, em rodas de conversas com os moradores, a partir de elementos do cotidiano por meio da troca de ideias, sem pretensão de levar respostas prontas, pelo contrário, instigando e problematizando as questões e contradições sociais levando em consideração as mais diferentes opiniões. Fazer circular reflexões de temas complexos como o da violência, o descaso com a saúde mental, a questão das drogas era uma forma de acolher a voz daqueles que muitas vezes são silenciados e não escutados. Estar disposto e disponível para esse debate aberto e inesperado possibilitava transitar entre as necessidades pessoais e coletivas, dando maior visibilidade aos sujeitos, acolhendo os sentidos produzidos e exercitando a capacidade de uma escuta sensível para transformá-los coletivamente depois. Com isso, diminuíam-se as distâncias e rompia-se com o velho roteiro à espera das pessoas nos consultórios ou salas de atendimento, que muitas vezes dificulta o acesso da população.

Se, por um lado, nas comunidades pobres são impostas formas de organização social fundamentada no modelo de sociabilidade arbitrário, tirânico, coercitivo, exploratório e abusivo; por outro, é possível reconhecer que paralelamente a isso são desenvolvidas e formadas redes de proteção e de solidariedade, que visam atenuar os efeitos da pobreza e da violência, gerando um tipo de cuidado recíproco. Dentre os vários exemplos de redes que se cultivavam nas comunidades, alguns deles se destacavam pelo modo como respondiam às formas de opressão e exclusão mesmo com poucos recursos disponíveis, mas acolhedores e

solidários aos mais necessitados. Quando pensamos nas pessoas em situação de rua, logo imaginamos as cenas de grandes centros, nas quais os sujeitos nessa condição perambulam pelas ruas em situação de medicação, sendo principalmente invisibilizados e ignorados pelas outras pessoas que cruzam com eles. Diferentemente disso, o que acontecia nas comunidades era um fenômeno oposto. Os mocós, em geral, são popularmente conhecidos apenas como locais de uso de drogas, mas nas comunidades costumava-se abrigar pessoas vindas de outros lugares, usuárias ou não, e que tinham perdido suas casas. Muitas delas acabavam permanecendo no lugar e com a ajuda de outras pessoas passavam a levantar suas próprias casinhas, a partir de pedaços de madeira, lona, telhas improvisadas com diferentes materiais. A organização desses espaços se multiplicava ao ponto de formar uma pequena vila de casinhas e buscar meios de conseguir água encanada e energia elétrica com a ajuda de outros moradores do bairro. Algumas pessoas chegavam a formar famílias nesses espaços, reconstruindo suas vidas a partir dali.

Foi promovido também um espaço de discussão mais formal junto à rede de serviços locais e à comunidade. Eram encontros de famílias que funcionavam a partir do envolvimento dos moradores e os profissionais da rede que propunham o debate acerca de alguns problemas específicos do bairro, como a falta de profissionais e a demora nos agendamentos na UBS, a carência do atendimento na creche, a questão da violência doméstica e de gênero, a insuficiência de benefícios socioassistenciais, a disseminação de campanhas da Saúde, Educação e Assistência Social, além de outras temáticas como as formas corretas de separação do lixo para reciclagem, a troca de receitas de chás a partir de plantas medicinais como alternativas para pequenas enfermidades, incômodos e indisposições, a questão da sexualidade e os cuidados com o corpo. Inicialmente a organização era feita pela rede de serviços, e gradualmente os moradores foram ocupando outros papéis, coordenando o espaço e assumindo lugar de fala. Algumas mobilizações surtiram efeitos positivos como a do

transporte público, que aumentou de fluxo a partir de abaixo assinado organizado pelos moradores. A coexistência desses espaços potentes em meio a inúmeras formas de precarização e banalização das violências promoviam uma série de movimentos de resistências fronteiriças, de conscientização ativa entre os envolvidos, que permitia reconhecer alguns limites passíveis de serem transpostos a partir da ressignificação dos sentidos impostos a nós.

O significado de ‘nós’ quando assumimos fazer parte das contradições sociais permite a quebra de barreiras e diluir as cisões que se impõem perante os discursos e as ideologias dominantes que insistem em provocar a separação e a dicotomia entre o eu e o outro, entre o micro e macropolítico, entre o indivíduo e a sociedade.

Ao resgatar algumas memórias afetivas como psicólogo imerso nos cotidianos das comunidades de periferias das quais fiz parte, e refletir sobre a práxis trazendo elementos concretos da realidade vivida por muitas pessoas que enfrentam e lidam com problemas históricos, como o da exclusão, do racismo e da opressão, busquei apontar também para alternativas que temos gerado e produzido enquanto uma resistência fronteiriça que caminha por pinguelas provisórias e necessárias rumo à transformação da realidade de forma coletiva e a partir de uma posição reflexiva acerca do nosso fazer.

Concluo este trabalho por meio das palavras do grande poeta Drummond (2003), que diz:

“Um inseto cava  
cava sem alarme  
perfurando a terra  
sem achar escape

Que fazer, exausto,  
em país bloqueado,  
enlace de noite  
raiz e minério?

Eis que o labirinto  
(oh razão, mistério)

presto se desata:  
em verde, sozinha,  
antieuclediana,  
uma orquídea forma-se

(Do poema Áporo, de Carlos Drummond de Andrade)

**REFERÊNCIAS**

- Almeida, L.P. (2012). *Para uma Caracterização da Psicologia Social Brasileira*. Revista Psicologia: Ciência e Profissão, 32(especial), 124-137.
- Almeida, S. (2018). *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Alonso, A. (2014). *O abolicionismo como movimento social*. Novos estudos CEBRAP, (100), 115-127. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>
- Andrade, C.D. (2003). *Carlos Drummond de Andrade: poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Andrade, O. (2017). *Manifesto Antropófago e Outros Textos*. Org. e Coord. de Schwartz, J. & Andrade, G. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras.
- Ansara, S. & Dantas, B.S.A. (2010). *Intervenções Psicossociais na Comunidade: desafios e práticas*. Psicologia & Sociedade, 22(1), 95-103. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>
- Barbosa, G.M.O., Rocha, R.M.G., Brasil, A.T. (2011). *Psicologia Social: Do Enfoque Subjetivista À Intervenção Na Sociedade*. Kairós. Revista Acadêmica da Prainha Ano VIII.
- BRASIL (2017). *Perguntas Frequentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. DPSB. Brasília.
- Boletim de Notícias Conjur (2019). *Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios*. Acesso em 03 de julho de 2020: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presidios>
- Cardoso, S. T., Schroeder, B. B., Blanco, V. J. (2015). *Sistema Prisional e Direitos Humanos a (In)Suficiente Responsabilização do Estado Brasileiro*. Revista Eletrônica de Direito Internacional, Belo Horizonte, v. 15, pp. 1-31.
- Cerqueira, D. Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H. Alves, P. P., Marques, D., Reis, M., Cypriano, O., Sobral, I, Pacheco, D. & Lins, G. (2019). *Atlas da violência*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: DF.
- Costa, J.F.A. (2015) *“Fazer para Transformar”: a Psicologia Política das Comunidades de Maritza Montero*. Psicologia Política Vol. 15. nº 33, 269-283.
- Estadão (2008). *Brasil: Chacina deixa 8 mortos da mesma família no Maranhão*. Acesso em 01 de junho de 2020: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,chacina-deixa-8-mortos-da-mesma-familia-no-maranhao,106378>

- Fanon, F. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Ed. UFBA.
- Farias, A.A.C. & Barros, V.A. (2011). *Tráfico de Drogas: uma opção entre escolhas escassas*. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 536-544. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300011>
- Farr, R. (2013). *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Folha (2012). *Cotidiano*: Acesso em 02 de junho de 2020: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1176238-em-noite-violenta-11-pessoas-morrem-e-grande-sp-tem-12-chacina.shtml>
- Folha (2019). *Cotidiano*: Acesso em 02 de junho de 2020: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/condenados-por-chacina-com-17-mortos-na-grande-sp-podem-ter-sentenca-anulada.shtml>
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 7ª Ed.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Em Defesa da Sociedade: curso no College de France (1975-1976)* (Galvão, M.E. Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Os Anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (1967). *Educação e Conscientização*. In: \_\_\_\_ (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 101-122.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Educação e Mudança*. (Martins, L.L. Trans.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.1.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 3ª edição.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 17ª edição.
- Gazeta do Povo (2009). *Vida e Cidadania: "Réus são condenados a 348 anos de prisão pela chacina de Guaira"*. Acesso em 1 de junho de 2020: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reus-sao-condenados-a-348-anos-de-prisao-pela-chacina-de-guaira-bzfzeh7ise3s3myqrxe7216q6/>

- Gerbelli, L. G. (2019). *Economia: Concentração de renda volta a crescer no Brasil em 2018, diz IBGE*. Acesso em 30 de maio, 2020, de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>
- Gomes, F. B. (2017). *Escalas da Necropolítica: Um ensaio sobre a produção do 'outro' e a territorialização da violência homicida no Brasil*. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21, n.2, 46-60.
- G1 (2019). *Mundo: Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU*. Acesso em 1 de junho de 2020: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>
- G1 (2019). *Notícia: Acesso em 02 de junho de 2020: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/02/em-10-anos-rj-tem-mais-de-400-chacinas-com-13-mil-mortes.ghtml*
- Grosfoguel, R. (2016). *A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado, 31(1), 25-49.
- Guarido, Renata. (2007). *A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação*. Educação e Pesquisa, 33(1), 151-161. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000100010>
- Guimarães, A.S.A. (2009). *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo. Editora 34.
- Hilário, L. C. (2016) *Da Biopolítica À Necropolítica: Variações Foucaultianas Na Periferia do Capitalismo*. SapereAude – Belo Horizonte, v. 7 – n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016 – ISSN: 2177-6342
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014). *Situação social da população negra por estado / Instituto de Pesquisa*. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília.
- Lander, E. (2005). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur-Sur, Clacso.
- León Cedeño, A. A. (2015). *Para Que Serve a Psicologia Comunitária do Cotidiano: conversando com psicólogos que trabalham nas políticas públicas*. In: Heloani, R., Souza, R. M. B. & Rodrigues, R. R. J. (Org.). Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. Londrina: Eduel, 2 vol., 227-242.

- León Cedeño, A.A; Montenegro, M & Fuji, S.K. (2017). *Psicología Comunitaria de lo Cotidiano: potenciando la creación de alternativas a la violencia*. In: Pavón-Cuéllar (Org). *Capitalismo y psicología crítica em Latinoamérica: Del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes*. Ciudad de México: Kanankil Editorial, 223-264.
- Lippold, W.G.R. (2016). *A África de Fanon: atualidade de um pensamento libertário*. Em, Macedo, J.R. (org). *O Pensamento Africano no Século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 199-228.
- Lüchmann, L.H.H. & Rodrigues, J. (2007). *O movimento antimanicomial no Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 399-407. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>
- Mbembe, A. (2016). *Necropolítica*. *Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufRJ | n. 32*.
- Martin-Baró, I. (2017). *Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais*. (Júnior, F.L. trans). Petrópolis: Vozes.
- Massimi, M. (2000). *Matrizes de Pensamento em Psicologia Social na América Latina: história e perspectivas*. Em, Campos, R.H.F. e Guareschi, P. (org). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 32-57.
- Mignolo, W. (2017). *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32(94).
- Morais, M. P., Carvalho, C. H. & Rego (2012). *Condições de Moradia, Saneamento Básico e Mobilidade Urbana no Brasil: Evidências a partir da PNAD 2009*. In: Castro, J. A. & Araújo, H.E. (Org). *Situação Social Brasileira monitoramento das condições de vida vol.2*.
- Montero, M. (1994) *La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos*. In: *Revista Latinoamericana de Psicología*. Bogotá: Fundación Universitaria Konrad Lorenz, vol. 16, núm. 3, pp. 387-400; Acesso em: 06 de dezembro de 2020. ISSN: 0120-0534. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=805/80516303>
- \_\_\_\_\_. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria : la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 3ª edição. ISBN 950-12-4518-7
- Moura, C.D. (2010). *Subcidadania, Desigualdade e Desenvolvimento Social no Brasil do Século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA. Planejamento e Políticas Públicas n. 34.
- Nasciutti, J.C.R. (2010). *A instituição como via de acesso à comunidade*. Campos, R.H.F. (Org.) (2010). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 16ª ed., 100-126.
- Observatório do Terceiro Setor (2019). *A Fome Mata: 17 pessoas morrem de desnutrição por Dia no Brasil*. Acesso em: 03 de julho de 2020:

<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-fome-mata-17-pessoas-morrem-de-desnutricao-por-dia-no-brasil/>.

Osório, R. G. (2019). *A Desigualdade Racial da Pobreza no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro, IPEA.

Pavón-Cuéllar, D. (2017). *Capitalismo y Psicología em la historia latinoamericana: esbozo de recapitulación histórica para proyectos liberadores anticapitalistas*. in: Pavón-Cuéllar (Org). *Capitalismo y psicología crítica em Latinoamérica: Del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes*. Ciudad de México, 17-46.

Quijano, A. (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. In: Souza Santos, B & Meneses, M.P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 84-130.

Sá, C.P. (2007). *Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: uma perspectiva psicossocial*. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295.

Santos, L. N., Mota, A. M. A., & Silva, M. V. O. (2013). *A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social Brasileira*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 700-715. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300014>

Sawaia, B.B. (2009). *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *Psicologia & Sociedade*, n. 21(3), 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>

\_\_\_\_\_. (2010). *Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade*. Campos, R.H.F. (Org.) (2010). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 16ª ed., 35-53.

\_\_\_\_\_. (2014). *Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?* *Psicologia & Sociedade*, n. 26(spe2), 4-17. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002>

Schwarcz, L. (2019). *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras.

Sodré, M. (2015). *Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ.

- \_\_\_\_\_. (2017) *A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya. -ISBN 978-85-441-0537-5
- Spink, M.J.P. & Frezza, R.M. (2013). *Práticas Discursivas E Produção De Sentido: A perspectiva da psicologia social*. In: Spink, M.J.P.(Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Edição Virtual, 1-21.
- Spink, M.J.P. & Medrado, B. (2013). *Produção De Sentido no Cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*. In: Spink, M.J.P.(Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Edição Virtual, 22-41.
- Spink, P.K. (1989). *A forma do Informal*. *Psicologia e Sociedade* IV, n.7, 99-107.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Pesquisa De Campo Em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Constructivista*. *Psicologia & Sociedade*; n.15 (2): 18-42.
- \_\_\_\_\_. (2008). *O pesquisador conversador no cotidiano*. *Psicologia & Sociedade*, n.20(spe), 70-77. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>
- Spivak, G.C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Torossian, S.D. e Rivero, N.E. (2010). *Políticas Públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade*. In: Cruz, L.R. e Guareschi, N. (Org.) (2010). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2º Ed, 56-69.
- TV folha (2017). *Especial Um Mundo de Muros – Brasil*. Folha de São Paulo. Acesso em 1 de junho de 2020: <https://www.youtube.com/watch?v=Vx2U0d2xmSY>
- Wacquant, I. (2012). *Três Etapas Para Uma Antropologia Histórica do Neoliberalismo Realmente Existente*. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, 505-518